

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA MESTRADO EM
HISTÓRIA

ANGELA CICCONE PINTO

**OS (DIS)CURSOS DO RIO:
UM ESTUDO DE HISTÓRIA AMBIENTAL SOBRE O RIO
MEIA PONTE NA CIDADE DE GOIÂNIA**

GOIÂNIA-GO
2014

ANGELA CICCONE PINTO

**OS (DIS)CURSOS DO RIO:
UM ESTUDO DE HISTÓRIA AMBIENTAL SOBRE O RIO
MEIA PONTE NA CIDADE DE GOIÂNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da UFG, como exigência para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Martins de Araújo.

Goiânia-GO
2014

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

Pinto, Angela Ciccone.
P659d Os (dis)cursos do rio [manuscrito] : um estudo de história ambiental sobre o rio Meia Ponte na cidade de Goiânia / Angela Ciccone Pinto. – 2014.
xv, 166 f. : il., 30 cm.

“Orientador: Prof. Dr. Alexandre Martins de Araújo”.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Pós-graduação em História, 2014.
Bibliografia.
Inclui lista de figuras, abreviaturas e siglas.
Apêndices.

1. Meio ambiente – História. 2. Meia Ponte, Rio, Bacia (GO).
I. Título.

CDU 502(043)

ANGELA CICCONE PINTO

**OS (DIS)CURSOS DO RIO:
UM ESTUDO DE HISTÓRIA AMBIENTAL SOBRE O RIO
MEIA PONTE NA CIDADE DE GOIÂNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da UFG, como exigência para obtenção do título de mestre em História.

Professor Doutor Alexandre Martins de Araújo – UFG (Presidente)

Professor Doutor Leandro Mendes Rocha – UFG (Membro)

Professor Doutor Sandro Dutra e Silva – UEG (Membro)

Professor Doutor Elias Nazareno – UFG (Membro suplente)

RESUMO

É no perímetro urbano da capital do Estado de Goiás que realizaremos nossos estudos acerca da relação homem/rio. Trataremos, desta forma, de uma das interfaces deste rio em sua conotação citadina. Enfatizar-se-á o movimento de influência do rio sobre a interpretação de mundo das pessoas, suas configurações de sentido e as relações de afetividade dos goianienses e, especificamente, dos moradores de suas margens. Intentamos com isso demonstrar “o papel e o lugar da natureza na vida humana” (WORSTER, 1991) correlacionando fatores amplos no que diz respeito ao rio com expressões de sentidos e significados particulares. Propomo-nos a identificar a riqueza e as minúcias da relação dos homens com seu meio, e também as intersecções históricas entre um rio e o contexto regional e mundial no qual ele se insere na perspectiva teórica e metodológica da História Ambiental.

Palavras-chave: História Ambiental, Meia Ponte, sentidos.

ABSTRACT

It is within the city limits of the capital of the State of Goiás that we will make our studies about the relation between man/river. We will, in this way, treat of one of the interfaces of this river in its urban connotation. One will emphasize the movement of influence that the river presents on the interpretation of world by people, its configurations of meaning and the relations of affectivity of goianienses, and, specifically, of the inhabitants of its margins. We intent with this demonstrate "the place and the role of nature in human life" (WORSTER, 1991) correlating large factors linked to the river with expressions of individual senses and meanings. We propose ourselves to identify the wealth and the details of the relation of men with their environment, and also the historical intersections between a river and the regional and global context in which it is inserted within the methodological and theoretical perspective of Environmental History.

Keywords: Environmental History, Meia Ponte, Senses.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que me concederam suas histórias
de vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós, Aramy e Arnaldo, que sempre apoiaram meus estudos.

Aos meus pais, José Luiz e Heleni, minha eterna gratidão por serem tudo o que são. Ambos sempre tiveram um enorme prazer de participar ativamente de todas as etapas de minha vida e com esta pesquisa não foi diferente. Obrigada pelas escutas, as transcrições, o apoio e estímulo.

Ao meu marido, Thiago, por tanto amor e companheirismo, que continuemos fazendo nossa história e discutindo tantas outras apaixonadamente.

A minha amiga e chefe, Rosemeire Mateus, por compartilhar ideias e ideais.

As companheiras desta jornada Nathália Freitas e Kalyna Ynanhiá por tornar minha caminhada mais doce e feliz.

Aos professores Elias Nazareno, Ina Nogueira, Francisco Leonardo Tejerina-Garro, Julio Cezar Rubin de Rubin, Karla Faria, Cristina Moraes, Danilo Rabelo por me atenderem prontamente, me auxiliarem e orientarem os rumos de minha pesquisa.

Ao Seu Marcos Correntino, membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte.

Ao meu orientador, Alexandre Araújo, que me ensinou mais do que ele próprio possa imaginar.

Aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-graduação Marco Aurélio e Daiany.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) pela bolsa.

Aos sorrisos humanos, aos outros lugares, ao boxe, às leituras paralelas, música, dança, comida, às pedaladas de bicicleta, à acupuntura, à terapia e à água, por mostrar todo o potencial e beleza da vida.

[...] não se pode tentar mais nada do que estabelecer o princípio e a direção de uma estrada infinitamente longa. A pretensão de qualquer plenitude sistemática e definitiva seria, pelo menos, uma auto ilusão. Aqui a perfeição pode ser obtida pelo estudante individual no sentido subjetivo, de que ele comunica tudo quanto conseguiu ver.
George Simmel

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	 12
O OBJETO	12
ALGUNS FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA AMBIENTAL PARA A PESQUISA ..	14
A HISTÓRIA AMBIENTAL	17
A ADOÇÃO DE MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS	19
 PARTE I – O RIO E OS HOMENS	 24
 CAPÍTULO 1 – A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MEIA PONTE E SUAS RELAÇÕES COM O BIOMA CERRADO E A URBE	 25
1.1 A CONSTITUIÇÃO DA BACIA DO MEIA PONTE	27
1.1.1 Savana	32
1.1.1.1 Savana Arbórea Densa (Cerradão)	33
1.1.1.2 Savana Arbórea Aberta	33
1.1.1.3 Savana Parque	34
1.1.1.4 Savana Gramínea-Lenhosa	34
1.1.2 Formações Florestais	35
1.1.2.1 Matas Ciliares	35
1.1.2.2 Mata Seca Semidecídua	36
1.1.2.3 Mata Seca Decídua	36
1.2 RESILIÊNCIA E PRESERVAÇÃO	37
1.3 CONDIÇÕES DE EQUILÍBRIO	40
1.4 O RIO NA URBE	44
 CAPÍTULO 2 – OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA ÁGUA PARA O HOMEM	 48
2.1 A ÁGUA NA FILOSOFIA OCIDENTAL	56
 CAPÍTULO 3 – DUAS GRANDES EXPRESSÕES DAS ÁGUAS NA VIDA HUMANA: AGRICULTURA E ABASTECIMENTO NA MODERNIDADE E CONTEMPORANEIDADE	 60
3.1 MUDANÇA DE VALORES: MUDANÇA NA APREENSÃO DOS ESPAÇOS E DAS PAISAGENS	66
3.1.1 A natureza, as águas e seus aparatos legisladores no Brasil	75

PARTE II – A CIDADE E O RIO	88
CAPÍTULO 4 – A CIDADE E O RIO	89
4.1 GOIÂNIA	91
4.2 EM BUSCA DA MODERNIDADE	92
4.2.1 O moderno nas mãos de Pedro Ludovico	98
4.3 GOIÂNIA, CIDADE VERDE?	108
4.3.1 Ecos globais e ecos locais	111
4.3.2 Meia Ponte e suas representações	113
4.3.2.1 <i>Da cidade ao bairro, do bairro à comunidade</i>	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICES	153
APÊNDICE A	154
APÊNDICE B	165

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.	Bacia hidrográfica do rio Meia Ponte e cidades banhadas ao longo de seu curso	27
FIGURA 2.	Perfil Esquemático das Fisionomias da Savana (Cerrado)	33
FIGURA 3.	Banho no Ganges no Festival Kumbh Mela – 2013	52
FIGURA 4.	Visita à barragem da usina e aspectos da região na década de 1940	97
FIGURA 5.	Aspectos de uma moradia improvisada	105
FIGURA 6.	Abrigo de um trabalhador em Goiânia	105
FIGURA 7:	Aspectos das moradias nas áreas populares da cidade	106
FIGURA 8.	Aspectos da ocupação de Goiânia da década de 1960	108
FIGURA 9.	Área de pesquisa no Jardim Balneário Meia Ponte	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMMA	Agência Municipal de Meio Ambiente
ANA	Agência Nacional de Águas
APPs	Áreas de Proteção Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CBHMP	Comitê da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto de Goiânia
MIS	Museu da Imagem e do Som em Goiás
PNMAII	Programa Nacional do Meio Ambiente II
Semarh	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Onde quer que as duas esferas, natural e cultural, se confrontem ou interajam, a História Ambiental encontra seus temas essenciais.”
Donald Worster

Existem vários trabalhos de fôlego que contam a história de Goiânia em diversas perspectivas. No entanto, até onde sabemos, a história de um rio dentro desta cidade ainda não fora escrita. O rio Meia Ponte é amplamente conhecido pelos moradores de Goiânia, em grande parte por ser um assunto comumente presente nos meios de comunicação. Por meio dos veículos midiáticos e dos relatórios institucionais, a imagem que se tem do rio e sua bacia é predominantemente a de abjeção. O que pretendemos com esta pesquisa é percorrer outras formas de apreensão desse rio. Intentamos dar ouvidos às narrativas mais particulares e íntimas sobre o Meia Ponte. Buscamos relatos de memórias remanescentes. Atentamo-nos para as reverberações de um passado que cada vez mais vai perdendo sua força de ecoar, mas, que ainda assim, é extremamente vivo na construção de sentidos para as vidas de algumas pessoas que moram nesta capital. Apresentaremos essas pessoas que nos contam sobre o rio nelas.

O OBJETO

Este estudo objetiva analisar os sentidos e significados elaborados a respeito de um rio incorporado ao espaço urbano. Consideramos as expressões de representação do rio mais recorrentes na cidade e suas expressões mais particularizadas. Os sentidos atribuídos ao rio para os moradores mais próximos às suas margens, no bairro Jardim Balneário Meia Ponte, foram problematizados em nosso trabalho por caracterizarem as expressões tácitas do homem e seu ambiente. Pudemos, através da pesquisa, reconhecer a influência ativa de um elemento natural nas elaborações identitárias e na organização social destes moradores. Dessa forma, a partir desse lugar e da memória de seus habitantes pudemos

compreender uma das manifestações do “papel e o lugar da natureza na vida humana” (WORSTER, 1991).

A história elaborada por nós entre a relação do rio Meia Ponte com essas pessoas foi construída por meio de uma rede de intersecções; algumas de ordem mais ampla, globais; outras, de caráter particular. Propusemo-nos a identificar as relações históricas entre um rio e o contexto regional e mundial no qual ele se insere e a riqueza das minúcias da relação dos homens com seu meio.

Na análise das contextualizações mais amplas, consideramos vários fatores socioculturais e político-econômicos vinculados aos sistemas lóticos. Apreciamos as relações ontológicas marcadas em diferentes tempos acerca da água. Pretendíamos, através do método comparativo, identificar as correspondências ao longo da História do homem com a água. Investigamos as expressões mais comuns da dinâmica entre a natureza e a sociedade, na modernidade e contemporaneidade, tendo em mente a relevância das condições históricas mais abrangentes para um rio congregado ao meio urbano.

Partimos, então, para a análise do rio em relação à cidade. Debruçamo-nos na elaboração da imagem do Meia Ponte no processo de idealização e constituição de Goiânia. Pudemos, através da problematização do fenômeno urbano, vislumbrar as representações do rio nesse meio. Reconhecendo a ambiguidade da imagem cidadina, imbuída de uma unicidade de sentido, todavia, constituída na multiplicidade, analisamos os elementos de significação comuns, e também os particulares, da população com o rio.

Sobre as manifestações particulares, buscamos suas expressões a partir das memórias dos ribeirinhos. Intentamos, através das entrevistas, compreender as elaborações de sentidos desenvolvidas a partir da influência de seu meio. No primeiro momento, antes de irmos a campo, acreditávamos que iríamos coletar uma gama enorme de relatos de diferentes faixas etárias e de ambos os sexos. No entanto, através do trabalho empírico, constatamos que as teias de lembranças em relação ao rio estão bem cingidas na memória das pessoas acima de cinquenta anos, estabelecidas desde longa data no bairro. Assim, não se trata de um trabalho de amostragem.

As expectativas para nossa pesquisa eram de que registrássemos a historicidade do rio através da lembrança das pessoas, mas descobrimos além. Compreendemos que o rio teve e tem a ver com a elaboração de sentido em suas constituições enquanto indivíduo. Nossas entrevistas foram realizadas através de indicações. Cada um que nos disponibilizava um tempo para nos contar suas memórias também indicava um conhecido que poderia fazer o mesmo. Muitos já adiantavam as histórias de seus indicados, relatando um caso, comentando o temperamento de quem procuraríamos, sua proximidade com essa pessoa. Fomos então, através de uma única linha, vislumbrando as teias dessa comunidade. E reconstruímos em parceria a história desta relação que vem rapidamente se modificando e enfraquecendo. Reconstruímos, através da memória e da linguagem, a historicidade do Meia Ponte com essa comunidade. Realizamos juntos esse trabalho, afinal, como analisa Eclea Bosi, “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho.” (BOSI, 2004, p. 55). Neste trabalho conjunto estivemos nós, pesquisadores, “ombro a ombro com o sujeito da pesquisa”, entendendo que “uma pesquisa é um compromisso afetivo.” (BOSI, 2004, p. 38).

A pesquisa, compreendemos, tem dois compromissos e utiliza duas correntes historiográficas para dar cabo de sua problemática. Comprometemo-nos com os homens e com a natureza e utilizamos, para dar conta dessas duas dimensões de uma forma complexa e orgânica, os métodos da História Ambiental e História Oral. A seguir, vemos algumas das relevâncias da corrente da História Ambiental enquanto recurso metodológico.

ALGUNS FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA AMBIENTAL PARA A PESQUISA

Com o propósito de compreender a história de um rio dentro de uma cidade, suas peculiaridades enquanto elemento ativo na construção de sentidos e significados para um grupo humano, consideramos pertinente partirmos pela

apresentação da constituição da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte, enfatizando a descrição da fitofisionomia do Bioma Cerrado, do qual a Bacia faz parte, e os impactos que esse rio sofreu ao longo de sua existência. Reportamo-nos a essas informações por entender que esses dados são componentes indispensáveis à historicidade da Bacia do rio Meia Ponte e estão intrinsicamente relacionados com a problemática de nossa pesquisa.

Portanto, a primeira parte de nosso trabalho consiste, em primeiro lugar, na elaboração de um quadro informativo sobre o rio em questão, especificando a complexidade deste ecossistema¹, a datação e contexto de sua constituição. Preocupamo-nos em tratar o caráter natural do Meia Ponte antes de imergir no campo dos sentidos e significados. Para tanto, pautamo-nos na asserção de Donald Worster, na qual ele pondera que:

Pode-se argumentar que, à medida que a vontade humana crescentemente deixa suas marcas sobre as florestas, cadeias genéticas e mesmo oceanos, não há uma maneira prática de se distinguir entre o natural e o cultural. Entretanto, a maioria dos historiadores ambientais argumentaria que vale a pena manter a distinção, porque essa nos lembra de que nem todas as forças que trabalham no mundo emanam dos homens. Onde quer que as duas esferas, natural e cultural, se confrontem ou interajam, a história ambiental encontra seus temas essenciais. (WORSTER, 2003, p. 25-26)

Assim, buscamos inicialmente identificar algumas relações não antrópicas referentes à Bacia do rio Meia Ponte, no esforço de apresentá-la como uma entidade de valor próprio e, só então, concatenar rio e homens. Em seguida, problematizamos a relevância da água para a vida humana em suas múltiplas interações, finalizando a primeira parte do trabalho.

A segunda parte do trabalho problematiza a cidade e o rio no que se refere às suas configurações de sentidos para os habitantes de toda Goiânia e para os moradores do entorno do Meia Ponte, um bairro específico.

¹ Em síntese, um ecossistema deve ser compreendido “como uma entidade coletiva de plantas e animais que interagem uns com os outros e com o ambiente não vivente (abiótico) num dado lugar” (WORSTER, 2003, p. 28). É dessa noção complexa de relações de um ecossistema que resolvemos partir, para vislumbrarmos algumas interfaces do Meia Ponte, até chegarmos nas manifestações da subjetividade humana.

Embora a pesquisa concentre-se no nível mental e intelectual de análise, preocupada em identificar as estruturas de significação dos entrevistados e suas interlocuções, nela também valemo-nos de abordagens específicas da natureza e socioeconômicas quando historiamos o rio e seu elemento constituinte, a água.

Para abarcar o ordenamento e constituição de um sistema lótico ou ainda para compreender as transformações das práticas e concepções antrópicas acerca da água ao longo do tempo, foram necessários estudos especializados em outras áreas de conhecimento. Segundo Regina Horta Duarte (2005), esta interlocução entre áreas do conhecimento é uma das exigências mais primordiais para a realização de um trabalho em História Ambiental. Gallini (2005, p. 5), comentando sobre o assunto, denomina as fontes da História Ambiental como “ferramentas multiformes”, que em grande parte são instrumentos de outras ciências, sobretudo das ciências naturais, nas quais é necessário aprender a “apropriar-se e utilizá-las”. Um exemplo muito claro sobre a apropriação e utilização dessas ferramentas a serviço de um trabalho historiográfico pode-se identificar na introdução da obra de Victor Leonardi (1999, p. 19), **Os historiadores e os rios**, na qual o autor defende para seu trabalho que,

[...] embora os conceitos de nascente, foz, bacia, divisor de águas, leitos, descarga, escoamento, regime fluvial, cor das águas e carga sólida sejam muito úteis para a potamologia, [...] estarei sempre incluindo um critério a mais, o histórico, para pensar este rio.

Portanto, muito mais que buscar auxílio de outras ciências, faz-se necessário entender suas linguagens e usá-la a serviço da História. Todavia, a abordagem ambiental vai além do diálogo entre as áreas do conhecimento. Ao abordar uma perspectiva holística de história, que a complexidade contemporânea reclama, transpõem-se os limites usualmente percorridos pela ciência histórica até então.

A HISTÓRIA AMBIENTAL

A origem da corrente ambiental na História, agora firmada como ciência imbuída de pressupostos teóricos e metodológicos próprios, foi em grande parte resultado de debates sociais e ecológicos das décadas de 1960 e 1970, de quando se afirma que a História Ambiental:

Parte da contestação de acontecimentos da época, como a revolução verde, chuvas ácidas, problemas hídricos, potencial bélico, entre outros fatores que imprimiram uma preocupação moral naquele momento e demandaram novos questionamentos e perspectivas para as ciências. (DUARTE, 2005, p. 23-35)

Alfredo Lopes (2010) comenta alguns importantes eventos que passaram a concentrar discussões e perspectivas relativas ao ambiente neste período. Segundo ele, algumas preocupações urgentes relativas às questões ambientais e históricas contribuíram para a constituição da História Ambiental. O primeiro deles foi o desenvolvimento da energia nuclear, que reverberou em uma larga e densa discussão devido ao impacto ocasionado com sua utilização em Hiroshima e Nagasaki: “o potencial destrutivo humano alcançou índices inimagináveis, testes e acidentes nucleares alteraram a forma com que os seres humanos concebiam a sua perpetuação no planeta” (idem, p. 488).

A chegada do homem à Lua também passou a ser um marco neste momento. As noções nas escalas geográficas sofreram alterações diante da pequenez do planeta em comparação ao sistema solar. Outra grande mudança de perspectiva adveio das consequências ecológicas decorrentes da adoção do modelo agrícola denominado de Revolução Verde, em 1970. Constatou-se que a promoção desse novo modelo – baseado na utilização de sementes submetidas a melhoramentos genéticos, no uso intensivo de insumos industriais e na mecanização e redução do custo do manejo nos países pobres – que o programa não proporcionou a diminuição da fome no planeta como pronunciavam seus defensores. Ao contrário, “a adoção destes pacotes pelos agricultores colaborou para a degradação ambiental e transformou a vida dos agricultores tradicionais.” (idem, p. 488).

Os impactos da ação humana sobre a natureza e o enfraquecimento da consciência da finitude dos recursos naturais, como aponta Lopes (2010), foram alguns dos discernimentos em relação à natureza que lançaram as questões ambientais na ordem do dia. Os questionamentos políticos, econômicos e sociais repercutiram no campo do conhecimento, fazendo com que a História abordasse determinadas problemáticas e elaborasse conceitos interlocutores dessas manifestações sociais. A esta nova corrente, deu-se o nome de História Ambiental. Esses efeitos tiveram influência não só na História. De fato, o economista do desenvolvimento, Enrique Leff (2001, p. 1), ao analisar o percurso da História Ambiental, conclui que a História foi uma das ciências mais atrasadas em “ambientalizar-se”, ou seja, compreender no conceito ambiental sua potência:

O ambiente irrompeu no discurso político e científico de nosso tempo como um conceito que vem ressignificar as concepções de mundo, de desenvolvimento, da relação da sociedade com a natureza, de tempo e da sustentabilidade da vida.

Para Leff, diante desse quadro de deslocamentos e ressignificações, o termo a ser questionado não deveria ser o de História ou de Ciências Humanas e, sim, o de ambiente. Para ele, a “complexidade ambiental”, muito mais abrangente do que as disciplinas do conhecimento, foi a redefinidora do campo da História e do conhecimento.

O conceito de ambiente dá um salto fora do círculo das ciências, de suas articulações possíveis em um campo de relações de interdisciplinaridade; abre um diálogo de saberes e reflete um processo em que o real se entrelaça com o simbólico em diferentes visões, racionalidades e perspectivas históricas mobilizadas por interesses sociais diversos. (idem, p. 6).

Compreendendo a magnitude do conceito de complexidade ambiental defendido por Leff, qual seria então o papel da História Ambiental enquanto área de conhecimento? A História Ambiental, para o autor (idem, p. 4), “é uma hermenêutica epistemológica que se constrói e se faz visível a partir da definição de um conceito que abre a visão sobre o que até então era invisível, impensável”. Essa afirmação de Leff se traduz, em nosso trabalho, na procura de identificação e análise das

variáveis não humanas sob a organização social de determinado grupo em um tempo e espaço específicos.

A ADOÇÃO DE MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS

Diante dos deslocamentos paradigmáticos e questionamentos históricos que orbitaram a constituição da História Ambiental, nos cabe destacar as três categorias de análise da História, bem como suas transformações e quais relações estabelecem com nosso estudo. Estamos a falar do tempo, do espaço e do homem como categorias essenciais de qualquer trabalho historiográfico e que sofreram drásticas mudanças de perspectiva reclamando uma nova forma de abordagem.

A categoria tempo passou por uma alteração de escala fenomenal, considerando que “o tempo geológico tem evidentes implicações para pensar sobre a aventura humana no planeta, mesmo que seja apenas para torná-la cronologicamente insignificante” (DRUMMOND, 1991, p. 179). Drummond (idem, p. 179) critica a escala de tempo comumente utilizada, concluindo que:

[...] as ciências sociais não colidiram de frente com o ainda autoritário teto de seis mil anos, porque não precisavam – ou pensavam não precisar – ir além de alguns poucos milênios para interpretar os fatos sociais, ou a ação social, ou o processo histórico. [...] Por serem criadores de símbolos e culturas, os humanos foram subtraídos - às vezes explicitamente – do tempo geológico e dos processos naturais a ele associados.

Pádua (2010, p. 6), outro renomado historiador ambiental brasileiro, dialoga com as afirmações de Drummond, considerando o seguinte:

Os modelos dominantes de pesquisa e o ensino da História insistem em se manter, quando muito, no que até o século XIX, e ainda hoje em alguns círculos fundamentalistas, pode ser definido como “tempo bíblico” da história (um horizonte de seis mil anos). A compreensível tradição de centralidade dos documentos escritos, fortemente ligados

aos estratos urbanos da experiência histórica da humanidade, não pode mais servir como desculpa para uma atitude tão conservadora. A antropologia biológica está situando a emergência da atual espécie humana (*Homo sapiens*) na escala dos 200 mil anos. O fenômeno humano, contudo, de difícil definição, talvez possa ser retrocedido para mais de dois milhões de anos antes do presente, com a emergência do *Homo habilis*, na África Central. A história humana antes do aparecimento das primeiras civilizações dotadas de escrita, exatamente o contexto do "tempo bíblico", é de longuíssima duração. Não é mais possível pensar a emergência física, mental e social dos seres humanos – passando por transformações tão radicais como a adoção da agricultura e da sedentarização, por volta de onze mil anos atrás – através da nebulosa da "pré-história".

Em consonância com as considerações sobre o tempo de Drummond e Pádua, em nossos estudos realizamos um exercício de dilatação e retração temporal, visto que para abordarmos a constituição da Bacia hidrográfica do rio Meia Ponte e apresentarmos o seu Bioma, necessitamos compreender uma temporalidade expandida. Quando cotejamos as manifestações e transformações socioculturais em relação à água, então transitamos em temporalidades mais próximas, mas ainda assim, longas e diversas. Em nosso trabalho, no trato com o tempo do rio na cidade de Goiânia, nos ativemos aos últimos oitenta anos de nosso tempo.

Todo este tráfego entre diversas temporalidades foi realizado na intenção de nos aproximarmos, de forma mais fidedigna, da complexidade de nosso objeto. A categoria de tempo, assim como a de espaço, foi, por exigência da historicidade do rio Meia Ponte, elaborada sob uma perspectiva abrangente e densa. O tempo foi retratado através de períodos distintos que correspondem à história do rio, sua constituição natural e, ainda, o contexto de algumas relações antrópicas e, então, suas relações com os homens a partir da construção da cidade de Goiânia.

Quanto ao espaço, consideramos sua composição física e subjetiva. Tratamos dos movimentos de transformação, das recomposições e apreensões do espaço em relação ao meio lótico. Buscamos circunscrever os componentes de um espaço compreendendo-o como lugar. Dessa forma, desvendamos alguns momentos de ruptura de uma paisagem para outra, a fim de entender “o papel ativo do meio natural na constituição de artefatos da cultura e da organização social” (DRUMMOND, 1991). Com este propósito, de buscar o papel explicativo ou causal

da natureza, discorreremos sobre a dinâmica da *urbs*, espaço delimitador de nosso objeto de análise.

A cidade é elemento intrínseco à composição homem-rio que nos propusemos a analisar. De fato, por vezes o rio é obscurecido por ela. Seus sentidos, os do rio e dos homens, estão imersos no fenômeno urbano.

As cidades são, por excelência, os espaços *standarts* do sistema capitalista, são fruto desse sistema e sua vitrine. Sinônimo de modernidade, os espaços urbanos carregam consigo a efemeridade de uma lógica frenética de consumo para as grandes multidões. Abarcam, assim, como uma tromba d'água, tudo o que lhe vier pela frente. Como esclarece Berman (1986, p. 15):

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo que temos, tudo que sabemos e tudo o que somos.

O Meia Ponte é também envolvido pelos anseios de lucro e modernidade que dão o tom ao espaço urbano. Conforme as políticas públicas e interesses econômicos, o espaço redefine-se aos olhos e vontades humanas. Ferreira (2004) analisa muito bem essa situação ao constatar as características das “frentes de água” e “espaços devolutos” em cidades banhadas por águas salgadas ou doces. Ele (idem, p. 40-41) identifica nestes territórios:

[...] espaços de ação e de máxima interação, dotados de propriedades ativas e dinâmicas, sujeitos a reordenamentos constantes, no sentido de responder à situações várias de obsolescência e de renovação.

Assim, verificamos a relação de um rio com sua roupagem urbana – que é sua face atual – compreendendo que, revestido deste papel, recaem-lhe diversas influências políticas, econômicas, sociais e culturais.

As forças de influência e suas dadas inter-relações reconstroem e redefinem os ambientes, tanto no que tange aos espaços, no sentido material e concreto, como nos aspectos subjetivos, de sentidos, significados e identidades. O rio e seu ecossistema estão, por exemplo, considerados nas cartas de valores da cidade,

impulsionados pela especulação imobiliária; nos programas de políticas públicas, agregados à qualidade de vida e planejamento da cidade; nos discursos políticos que se aproximam das propagandas de sustentabilidade; na memória e imaginário de seus habitantes.

O rio faz parte da história da cidade de uma forma contraditória, complexa e muitas vezes obscurecida:

Sabemos como a água constitui um dos elementos iniciáticos da formação da maior parte das cidades. Por outro lado, consideramos por vezes, a água como elemento da paisagem, mas temos dificuldade em 'imaginar' como elemento fundamental da cidade. (FERREIRA, 2004, p. 23).

Neste sentido inanimado, atribuído a tantos rios, desvendamos a interface de abjeção que recai sobre o rio Meia Ponte e a ambiguidade deste discurso ao aproximarmos-nos dos relatos de memórias de seus moradores. A partir desta feição, e contrapondo-se a ela em certa medida, trilhamos a razão de outros sentidos que são construídos por saberes populares distintos, constituídos por quem vive e sobrevive nos limites desse rio. Além disso, seguindo os preceitos da História Ambiental, intentamos mergulhos mais profundos. Almejamos encontrar o rio como estrutura para as referências de sentidos, significados, apreensões, interpretações e identidades dos moradores de seu entorno.

Dividimos nosso trabalho em duas partes. A primeira é denominada O Rio e os Homens e, a segunda, é denominada A Cidade e os Homens.

Na primeira parte, o Rio e os Homens, subdividimos nossos estudos em uma abordagem histórica e ecológica do próprio rio. Posteriormente, discorremos sobre a relevância da água e dos rios em diversos espaços e tempos diferentes, mostrando a permanência de uma relação intrínseca do homem com esse elemento. E, por último, tratamos dos usos e apropriações das águas e rios na modernidade e contemporaneidade.

Na segunda parte da pesquisa referente à cidade e os homens, realizamos uma análise sobre dois discursos inerentes à cidade de Goiânia, a saber, o de modernidade e o de "cidade verde". Em resposta a esses discursos, tratamos em seguida dos meandros dessas razões expressas nos depoimentos de nossos

entrevistados, considerando outras facetas interpretativas deste meio lóxico. Na terceira parte de nossa discussão, realizamos nossas considerações finais.

PARTE I
O RIO E OS HOMENS

CAPÍTULO 1

A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MEIA PONTE E SUAS RELAÇÕES COM O BIOMA CERRADO E A URBE

O rio Meia Ponte é contribuinte da Região Hidrográfica do Paraná através da bacia hidrográfica do rio Paranaíba, do qual ele é afluente direto pela margem esquerda. Os dois rios, Meia Ponte e Paranaíba, se encontram na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais. As nascentes do rio Meia Ponte estão localizadas nos municípios de Taquaral e Itauçu, nos quais, respectivamente, se encontram quatro e dois nascedouros. Pertencente à região da Serra dos Brandões, o rio transcorre em direção predominante norte-sul. A Serra dos Brandões, ao norte, e a Serra dos Pirineus, a nordeste, são seus limites naturais. Os seus principais afluentes pela margem direita são o rio Dourados e os ribeirões Santa Bárbara, Paraíso e Boa Vista; pela margem esquerda, são seus afluentes o rio Caldas e os ribeirões João Leite, Formiga e Boa Vereda (GOIÁS, 2001).

O curso d'água do rio Meia Ponte transcorre 37 municípios goianos, na região mais povoada do Estado, abrangendo 50% do total de sua população. Esse rio tem por extensão 471,6 km, como podemos ver na figura a seguir.

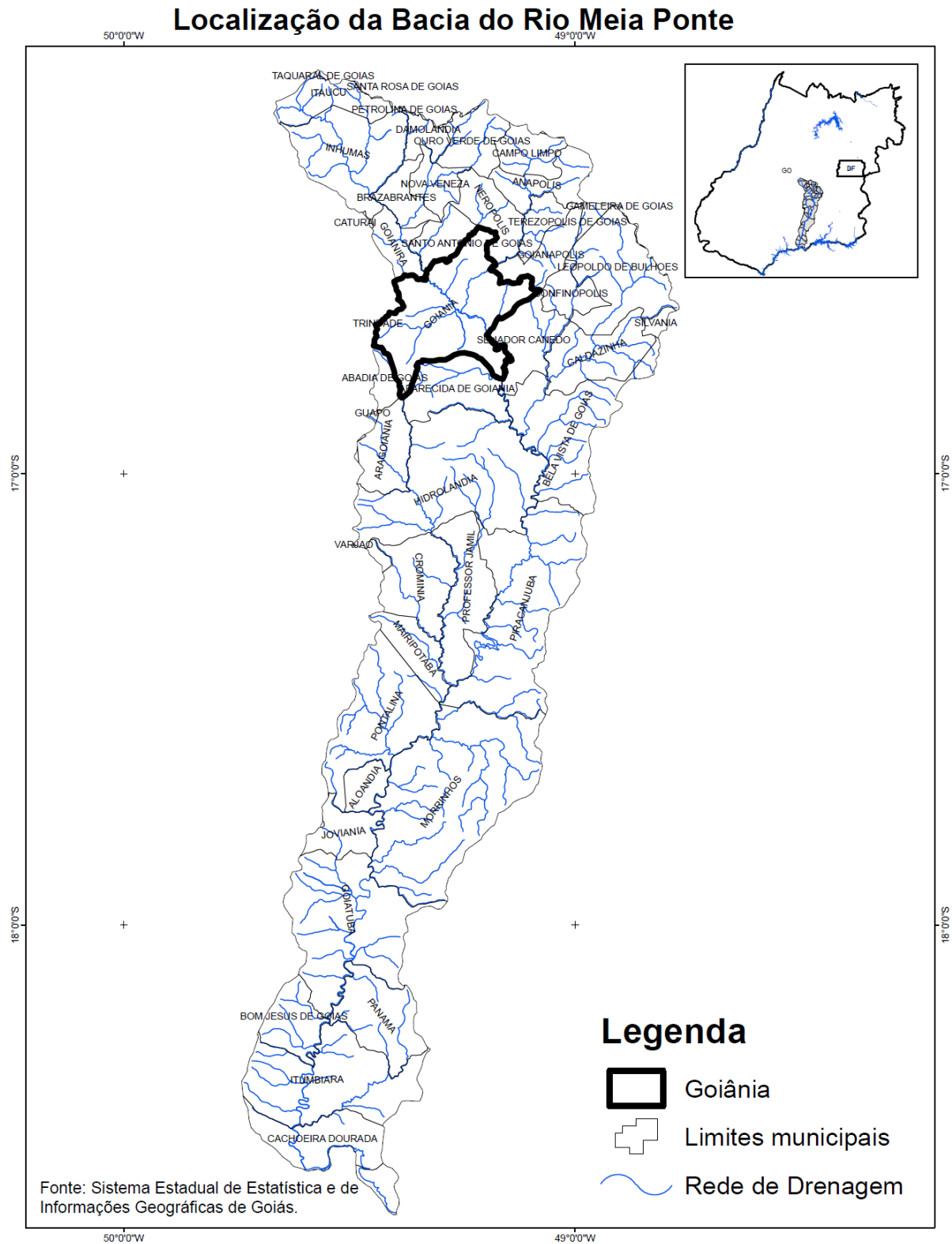


Figura 1. Bacia Hidrográfica do rio Meia Ponte e cidades banhadas ao longo de seu curso.
Fonte: Elaborado por Karla Maria Silva de Faria.

A bacia do Meia Ponte é o principal manancial de abastecimento público das cidades de Itauçu, Inhumas e Brazabranes. Na cidade de Goiânia, o Meia Ponte supre 45% do abastecimento aquífero do município e é responsável pela recepção de seu esgoto sanitário. Essa situação desencadeia impactos negativos para a quantidade e qualidade de suas águas (GALINKIN, 2003, p. 83). Além dos efeitos perturbadores que incidem sobre o Meia Ponte², por conta da demanda de abastecimento de água de algumas cidades, que acabam pressionando sua capacidade de homeostase, esse rio ainda sofre outros tipos de pressões. Suas águas são utilizadas também em atividades industriais, de mineração, pecuária, agricultura, aquicultura e produção de energia elétrica ao longo de toda sua bacia (GALINKIN, 2003, p. 83).

1.1 A CONSTITUIÇÃO DA BACIA DO MEIA PONTE

Os estudos do geocientista Rubin de Rubin (2002) indicam a instalação do rio Meia Ponte em dois momentos distintos do Período Quaternário³. Segundo Rubin, a formação da bacia hidrográfica do Meia Ponte teve início entre final do Plioceno e início do Pleistoceno. O final do Plioceno e início do Pleistoceno, em relação ao Meia Ponte, corresponde a uma fase de estruturação do rio: “a calha deste rio foi entulhada principalmente por leques aluviais e barras longitudinais de canal, talvez de um paleo-rio Meia Ponte.” (idem, p. XXXV).

² Não necessariamente, embora seja comum que isso ocorra, um rio localizado dentro de um ambiente citadino sofra impactos ambientais degradantes. Isso depende do tipo de gestão das águas desenvolvido pela cidade. Sobre o assunto, ver: Indicadores Ambientais e Recursos Hídricos-realidade e perspectiva para o Brasil a partir da experiência francesa.

³ Rubin (2002, p. 97-98) contextualiza o período de formação da bacia hidrográfica do rio Meia Ponte, elencando alguns fatores ambientais que ocorreram no Quaternário. Um dos fatores importantes desse período diz respeito aos continentes; esses já possuíam as configurações atuais. Outras características importantes dizem respeito à fauna e à flora. Através de análises palinológicas, constata-se que a flora moderna já existia desde o início desse período. Quanto à fauna, neste momento, os grandes mamíferos (dentes-de-sabre, mamute, preguiça gigante) encontravam-se extintos e surgiam novas espécies. Outras grandes mudanças se deram nesse período, como as mudanças mais rápidas e drásticas do clima. Ocorreram nesse período glaciações e períodos interglaciais.

A segunda fase, o Holoceno, indica a “instalação” do atual rio Meia Ponte. Este segundo momento de estruturação da bacia do rio Meia Ponte coincide com transformações drásticas na configuração do continente, como era estruturado até então. No final do Pleistoceno Superior e Holoceno Inicial, grandes mudanças ambientais de dimensões continentais, com matizes localizados, ocasionaram entropias de sistemas físicos e culturais. Essas mudanças ambientais que marcam o início do Holoceno decorreram do recuo glacial, que culminou em uma redução das áreas de savana e desertificação de certos locais (BARBOSA; SCHMIZ, 1998).

[...] os ventos frios regrediram com a redução das calotas glaciais e andinas, a corrente fria de Falkland se retraiu e a corrente quente do Brasil se espalhou pelo litoral nordestino. Com o derretimento do gelo, o nível do mar subiu, a temperatura e umidade aumentaram e produziu-se a tropicalização do ambiente. [...] aparentemente isso não aconteceu de forma unilinear, mas com oscilações que, no todo, representaram aumento de calor, da umidade e do nível do mar [...] Naturalmente, as condições gerais foram matizadas no local por fatores diversos, dos quais o relevo parece ter papel importante. [...] Com a elevação geral da temperatura e provavelmente um aumento mais lento da precipitação [...], instalou-se um período muito seco, responsável por mudanças tecnológicas e culturais e pela migração de populações (BARBOSA; SCHMIZ, 1998, p. 16).

As áreas abertas, tendo como área “core”⁴ os chapadões do Cerrado – mas com existência ainda de manchas significativas nos baixos chapadões da Amazônia – provavelmente foram essenciais para novas formas de organização socioculturais das ocupações que migraram para áreas do interior do continente em busca de sobrevivência.

Tal colonização deu-se preferencialmente nas áreas de formação aberta. Inicialmente aconteceu de forma acanhada, mas algum tempo depois já foi possível constatar a formação de um horizonte cultural fortemente adaptado às novas condições ambientais, principalmente quando se aproximou da grande área “core” das formações abertas já existentes nos chapadões do Brasil Central. (BARBOSA; SCHMIZ, 1998, p. 4)

⁴ Áreas nucleares ou áreas core referem-se à porção territorial onde predominam as características principais de um determinado bioma; ou seja, é a área onde os conjuntos faunísticos e florísticos de um dado ecossistema formam uma paisagem homogênea e que reúne as principais características fisionômicas desse bioma.

Os registros de intensa movimentação de populações humanas datam de 12 mil anos antes do presente (A.P) no continente americano e, nas áreas centrais sul-americanas, de 11.000 anos A.P. As consequências dessas transformações no Holoceno geraram reestruturações de ordem social e ambiental, que desencadearam um processo de ocupação de áreas interioranas do continente. Quais teriam sido, porém, as condições ambientais que nos deixaram indícios expressivos, a partir do Holoceno, de ocupação humana no Cerrado? Quais as características deste bioma que contribuíram neste processo de ocupação?

Uma das hipóteses pode estar relacionada aos níveis locais de impacto ambiental dessa determinada área, considerando que:

As características físicas e biológicas desses chapadões mantêm-se com alteração pouco significativa quando comparadas com modificações que afetaram outros biomas continentais durante o Pleistoceno Superior e as fases iniciais do Holoceno (BARBOSA; SCHMIZ, 1998, p. 4).

Conjectura-se que a estabilidade, decorrente de mudanças menos bruscas, agregada aos fatores específicos do Bioma Cerrado, favoreceram a acomodação de populações humanas. Esses fatores, explicam Barbosa e Schmiz (1998), possibilitaram a consolidação e permanência da Cultura de Tradição Itaparica, que perdurou cerca de 2 mil anos nessas regiões. A Tradição Itaparica, segundo os autores, embora apresente indícios de traços tecnológicos comuns com outras culturas pré-históricas, desenvolveram características “*sui generis*, originando uma indústria singular e bastante homogênea.” (idem, p. 4).

As características ambientais que garantiram condições favoráveis de ocupação, assim como uma condição *sui generis* de interação com o ambiente, relacionavam-se com fatores como o ciclo climático e, por conseguinte, biológico bastante homogêneo do Cerrado. Além de ser a paisagem desse bioma favorável a abrigos naturais, outro fator de relevância foi a presença nessa região da maior variedade de frutos comestíveis dos sistemas biogeográficos da América do Sul, constituindo-se o Cerrado em um ambiente de grande potencial para o fornecimento de fontes proteicas diversificadas ao longo das estações. Barbosa e Schmiz (1998, p. 9-10), sintetizam o assunto:

O fato de existir uma fauna que elege o cerrado como ambiente prioritário, associado à grande variedade de frutos, ocorrência de abrigos naturais, clima sem excessos de variação, exerceu papel importante na fixação de populações humanas, bem como no desenvolvimento de processos culturais específicos.

Dessa maneira, a constituição da bacia hidrográfica do Meia Ponte coincide com os indícios de uma longa tradição pré-histórica de ocupação humana, decorrente de uma estruturação socioambiental voltada para a sobrevivência e vivência no Cerrado. O historiador ambiental Warren Dean (1998) argumenta que as interações humanas com o ambiente em períodos tão longínquos – como é o caso de seu próprio estudo em relação à Mata Atlântica, vegetação que data 13 mil anos – são difíceis de serem avaliadas. Segundo o autor (1998, p. 38), “as atuais apreciações não passam de conjecturas e provavelmente jamais deixarão de sê-lo”. Dean (1998) assevera que a quantidade de evidências arqueológicas é limitada e fornece poucos indícios para uma compreensão mais complexa dos padrões de assentamento. As adaptações culturais e, para o historiador ambiental o mais relevante, as pistas sobre a adequação e exploração do ambiente são igualmente reduzidas.

Ainda assim, acerca do Cerrado podemos fazer algumas considerações relevantes no que se refere aos ambientes aquáticos, fonte de nossos estudos. Barbosa e Schmiz (1998) apresentam, através da análise dos dados encontrados nos sítios arqueológicos, qual seria o tipo de planejamento ambiental, com base nos ciclos de abastecimento propiciados pelo bioma Cerrado. Alguns desses dados são muito elucidativos para pensarmos também a bacia do Meia Ponte.

Sendo a obtenção de água condição primordial para a manutenção da vida, sabe-se que os homens sempre tiveram como critério essencial na escolha de ocupação de um território as provisões aquíferas. Há comprovações de que nesse quesito “o abastecimento de água não seria problema no sistema do Cerrado, mesmo levando-se em consideração os aspectos climáticos do final do Pleistoceno e Holoceno inicial.” (idem, p. 22).

[...] Em muitos lugares, os abrigos naturais eram numerosos e o homem utilizou-os intensamente, sempre que ofereciam condições de habitualidade, como por exemplo, a existência de água nas proximidades. [...] Em quase toda extensão [Planalto e Nordeste], mesmo nos tempos de seca, podia-se conseguir água potável em abundância, sem esforço, sendo que grandes abrigos foram rejeitados, temporária ou permanentemente, por falta de água. (BARBOSA; SCHMIZ, 1998, p. 19).

Além desse fator essencial para a sobrevivência, os recursos hídricos contribuíam significativamente para a estação mais austera no Cerrado, a seca:

A época em que havia maior variedade de alimentos correspondia à estação chuvosa. Essa variedade seria compensada, no período da seca, pela grande quantidade de peixes. Assim, os recursos combinados ofereciam anualmente uma alimentação balanceada contendo proteínas, açúcares, vitaminas e sais minerais (idem, p. 22).

Dessa forma, podemos especular que a bacia do Meia Ponte, como outros recursos hídricos do Cerrado brasileiro, pode ter sido extremamente importante para as populações de caçadores coletores. Mas, afinal, quais seriam as características fitofisionômicas específicas da bacia do Meia Ponte em relação à este bioma?

O bioma do Cerrado está majoritariamente localizado no Planalto Central da Brasil e é o segundo maior bioma do país em área (idem, p. 93). Suas formações florestais são oriundas das transformações durante todo o período Quaternário, decorrentes das mudanças glaciais de todo este período:

Nos períodos interglaciais as florestas úmidas teriam se expandido, retraindo-se posteriormente nas glaciações, com alguns indícios de retração dessas florestas, especialmente no final do Pleistoceno [...] e início do Holoceno. [...] Nesses períodos glaciais quaternários, tipicamente secos, sítios específicos teriam possibilitado a manutenção de alguns remanescentes das florestas úmidas e a expansão de florestas secas e formações vegetais mais abertas (campo, cerrado e caatinga) por grandes extensões do continente, atingindo áreas que hoje compreendem o bioma Cerrado. (idem, p. 95)

O Cerrado apresenta três conjuntos de fisionomias. São elas as formações florestais, savânicas e campestres. Todas essas formações subdividem-se. Segundo

Rubin, a cobertura vegetal natural da bacia hidrográfica do Meia Ponte se divide em duas regiões fito-ecológicas, que por sua vez ramificam-se. São elas a Savana e as Florestas. Optamos em nossa pesquisa por utilizar a classificação fitofisionômica do Cerrado adotada por Rubin, priorizando o caráter específico de seus estudos voltados à bacia do Meia Ponte. Adotamos esse critério devido à condição peculiar da biodiversidade do bioma em questão, que tem grande incidência de regiões endêmicas. A título de exemplo, vejamos as considerações do relatório da Embrapa em relação às Savanas, nas quais Ribeiro e Walter analisam (1998, p. 118):

Ratter & Dargie (1992), Castro (1994) e Ratter *et al.* (1996) compararam diversos trabalhos publicados sobre a vegetação do Cerrado sentido restrito, listando as espécies arbóreas mais características. Das 98 áreas comparadas no Brasil, Ratter *et al.* (1996) mostraram que, das 534 espécies encontradas, apenas 26 ocorreram em pelo menos 50% das áreas.

Assim, um trabalho específico sobre nosso objeto pareceu-nos o mais apropriado, a fim de fugirmos de generalizações. No entanto, como as referências sobre as formações florestais – subdivididas por Rubin em Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual – nos pareceram demasiadamente resumidas, mesclamos suas informações com as classificações do parecer técnico da Embrapa, a fim de caracterizarmos de uma forma mais abrangente também as formações florestais. Vejamos a seguir cada um dos dois grandes grupos de formação fitofisionômica em relação à bacia do Meia Ponte.

1.1.1 Savana

Como nos mostra a figura a seguir, a formação de Savana possui usualmente quatro subdivisões. Os nomes fora dos parênteses são as nomenclaturas adotadas por Rubin (2002):

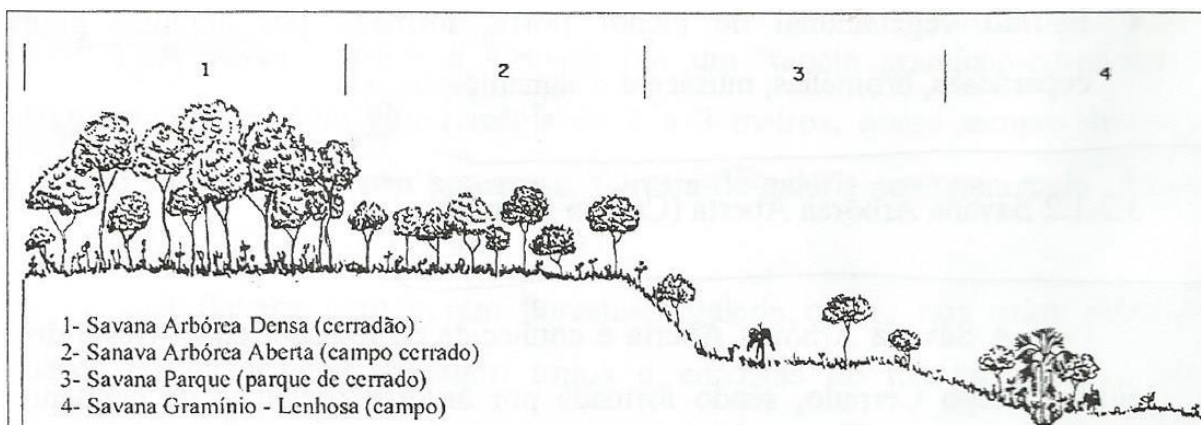


Figura 2. Perfil Esquemático das Fisionomias da Savana (Cerrado).

Fonte: Magnago (apud RUBIN, 2002, p. 59).

1.1.1.1 Savana Arbórea Densa (Cerradão)

Formada por árvores que ultrapassam cinco metros de altura, suas copas não se tocam. No Cerradão, inexistente um estrato arbústico definido. Nessa região, as gramíneas rasteiras frequentemente intercalam-se com plantas lenhosas e palmeiras anãs. As espécies de árvores predominantes de oito a doze metros de altura são: sucupira branca, sucupira preta, carvoeiro, capitão, ipês, jatobá, jacarandá, paus-terra, entre outros. Espécies comuns à região que atingem de quatro a oito metros de altura são: muricis, lixeiras, paus-santo. “Neste estrato ocorrem também arvoretas, dentre essas, marmelada-de-cachorro, unha-de-vaca, além de cipós e palmeiras” (RUBIN, 2002, p. 60).

1.1.1.2 Savana Arbórea Aberta

Também conhecida como Campo Cerrado, ela caracteriza-se pela formação de árvores gregárias de pequeno porte, em média, cinco metros. Nessa região, a cobertura é de gramínea lenhosa rala. Suas árvores, além de baixas, são espaçadas e retorcidas, de casca grossa e abundante. Suas folhas são coreácias e geralmente pilosas. A Savana Arbórea Aberta subdivide-se entre as regiões com ou sem floresta-de-galeria. As que não possuem floresta-de-galeria revestem principalmente os topos de serras, tendo como árvores mais comuns: os muricis, as lixinhas, o barbatimão, o jatobá-do-campo, os ipês, os paus-terra e a mangaba. Já as Savanas

Arbóreas Abertas com floresta-de-galeria comumente são compostas de enviras-cana, de jacareúbas, de ingás, de paus-bombo e de palmeiras de buritis (RUBIN, 2002, p. 61).

1.1.1.3 Savana Parque

A Savana Parque se constitui por uma cobertura de gramíneas-cespitosas, formando tufos ou touceiras. Ela é composta por árvores de dois a três metros de altura, quase sempre da mesma espécie. Também a Savana Parque subdivide-se em florestas-de-galeria ou não. A Savana Parque sem floresta-de-galeria se desenvolve em solos rasos e de baixa fertilidade, que revestem topos e encostas de morros. O conjunto de suas arvoretas é à base de araticum, muricis, paus-terra e canelas-de-ema. A Savana Parque com floresta-de-galeria se constitui por um tapete de gramínea-lenhoso e também se desenvolve em solos de baixa fertilidade. Suas árvores mais comuns são: pau-santo, oiti, barbatimão, araçá, ipê-caraíba e angiquinho (RUBIN, 2002).

1.1.1.4 Savana Gramínea-Lenhosa

Esse tipo de Savana não apresenta fisionomia arbórea. Sua formação campestre entremeia-se por plantas lenhosas anãs. Uma cobertura arbórea pode desenvolver-se nas faixas de matas-de-galeria, junto às drenagens. A Savana Gramínea-Lenhosa sem floresta-de-galeria é originária de solos úmidos ou com alto teor de alumínio. Composta usualmente pelos capins flecha, agreste, flechinha e barba de bode, todas as espécies graminóides dessa região são baixas, atingindo de trinta a cinquenta centímetros de altura (RUBIN, 2002).

Já a Savana Gramínea-Lenhosa com floresta de galeria se desenvolve em planícies fluviais e áreas de inundação. Nos diques marginais, podem ser encontrados enviras, ucuubas, jacareúbas, paus-pombo, além de plantas higrófilas, que vivem em ambientes úmidos, como é o caso das mururés, juncos e mijonas. Nas regiões de lençóis freáticos superficiais, encontram-se gramíneas, camefitas e hemicriptófitas (RUBIN, 2002).

1.1.2 formações florestais

As formações florestais estacionais semidecíduais (Mata Seca Semidecidual) e estacionais decíduais (Mata Seca Decídua) foram apontadas por Rubin como as formações florestais características da bacia hidrográfica do Meia Ponte. Antes de falarmos especificamente de cada uma delas, trataremos das características das matas ciliares, considerando a importância de apresentá-la em um trabalho voltado ao ambiente lóxico.

1.1.2.1 Matas Ciliares

O relatório da Embrapa caracteriza as matas ciliares como toda vegetação florestal que acompanha os leitos dos rios. Geralmente essa cobertura vegetal é estreita, alcançando, na maioria das vezes, até cem metros de largura por margem.

As matas ciliares são compostas de árvores eretas, com altura em média de vinte a vinte e cinco metros, compostas de algumas árvores que permanecem, independente da estação, sempre verdes, o que lhes caracteriza como semidecíduais. Frequentemente suas árvores variam entre: angicos, pentes-de-macaco, perobas, grãos-de-galo, tamborinus, ingás, aroeiras, chichas, ipês, crindiúvas, pajeús.

Geralmente as margens compostas pelas matas ciliares correspondem proporcionalmente à largura do leito do rio que acompanham, salvo as áreas planas, onde suas extensões podem ser maiores. A mata ciliar tem uma ocorrência maior em terrenos acidentados, “podendo haver uma transição nem sempre evidente para outras fisionomias florestais como a mata seca e o cerradão” (RIBEIRO; WALTER, 1998, p. 104), aspecto esse que se apresenta com a bacia do Meia Ponte. Rubin (2002, p. 63) afirma que, para o Meia Ponte, a composição das regiões se caracteriza por um grande número de áreas de tensões ecológicas – fenômeno que não ocorre somente entre as regiões de matas de galeria – sendo essa característica predominante na Bacia. As áreas de tensões ecológicas são interpenetrações de diferentes regiões ecológicas que passam a constituir encraves.

1.1.2.2 Mata Seca Semidecídua

Assim como para a Mata Seca Decídua, nesse tipo de floresta, a queda das folhas contribui para a nutrição do solo através da matéria orgânica acumulada com as folhas. Suas árvores variam de quinze a vinte e cinco metros, e em sua grande maioria são eretas. Na época da chuva sua copa forma um dossel fechado que pode fornecer uma cobertura arbórea de 75% a 95%. Na seca, essa cobertura declina para, em média, 50%. Suas espécies de árvores mais frequentes são: cerejeira, angico, jequitibá, canafístula-preta, cedro, araribá, jurema, maria-pobre, mutamba, caroba, imbira-de-porco, aroeira, cega-machado, pau-pereira, ipês, capitão, maminha-de-porca.

1.1.2.3 Mata Seca Decídua

Esse tipo ocupa áreas rochosas e de origem calcária. Suas copas, diferentes das outras matas secas, não se tocam necessariamente; seu dossel pode ter aspecto descontínuo. No período chuvoso, sua cobertura atinge de 50 a 70%. Devido suas especificidades, as árvores que compõem este tipo de mata (floresta) são: amburana-de-cambão, barriguda, paineira, umbuzeiro, sumaré, assim como algumas espécies de Cactáceas e Aráceas e espinhosas ou urticantes.

Além das coberturas vegetais naturais em relação à bacia do Meia Ponte, existem as coberturas características da antropização da região. A respeito desse assunto, trataremos a seguir, levantando uma discussão sobre ecologia e resiliência, tomando como mote a seguinte consideração realizado por Rubin (2002, p. 74):

[...] a mais grave interferência do homem sobre o meio ambiente foi, [em relação ao Meia Ponte] sem dúvida, a construção da capital [Goiânia], quando os recursos naturais da região foram explorados intensamente, dando início à fase de degradação ambiental da bacia hidrográfica em consideração, principalmente, ao seu alto curso. (grifo nosso)

1.2 RESILIÊNCIA E PRESERVAÇÃO

A respeito da temática de degradação ambiental que integra discussões e estudos acerca da preservação e resiliência de ecossistemas, o historiador ambiental Donald Worster (2003) faz algumas considerações importantes. Para o autor, até pouco tempo, os ecossistemas eram entendidos pelos ecologistas como estruturas imbuídas de um poder de autoequilíbrio regulador, e uma das tarefas desses estudiosos era a de explicar a coerência desses sistemas em meio às perturbações a que estão sujeitos. Porém, para Worster (idem, p. 28), esse modelo explicativo convencional tem estado à mira de críticas e, sobre os ecossistemas, defende que “não há nenhum consenso sobre como funciona e qual sua resiliência”. Sobre o assunto o autor levanta as seguintes questões:

Como e quando as pessoas começam a produzir mudanças nos ecossistemas que possam ser designadas como danosas, e quando este dano torna-se irreversível? Ninguém realmente contesta que a morte de todas as árvores, pássaros e insetos significaria a morte de uma floresta tropical, ou que a drenagem de um lago criaria o fim desse ecossistema; mas, a maior parte das mudanças, induzidas pelos humanos ou por qualquer outra coisa não é tão catastrófica, e o conceito de dano não tem uma definição clara ou um método fácil de mensuração (WORSTER, 2003, p. 28).

Os questionamentos de Worster nos são pertinentes para que se possa vislumbrar a dimensão da problemática do impacto ambiental e as revisões que estão sendo realizadas à luz da realidade contemporânea. A complexidade de um dado ambiente pode escapar à precisão das análises e previsões de esgotamento e, também, de sua capacidade de homeostase. O que nos parece mais plausível apontar sem correr o risco de grandes generalizações são os anunciados impactos gerados até então. Este caminho foi o que adotamos para considerar os processos de antropização em relação ao Meia Ponte. Tomamos como referência os documentos e pareceres oficiais que tratam da bacia.

No ano de 2001 fora realizado, com formato de parecer técnico, um documento em caráter de proposta da instituição de um Comitê para a bacia

hidrográfica do rio Meia Ponte. Um dos pareceres expressos nesse documento, referente à cobertura vegetal da bacia, relata que: “no decorrer dos trabalhos de campo e no manejo das imagens de satélite ficou evidente que a cobertura vegetal nativa remanescente é bastante acanhada, inclusive ao longo dos corpos d’água” (GOIÁS, 2001). Em outro documento, realizado em 2011, com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte (GOIÁS, 2001) já instituído, foi indicada em números a situação da cobertura vegetativa do rio, com a cifra de 12,78 % de seu total (GOIÁS, 2011). As perturbações nos ambientes aquáticos, decorrentes do desmatamento, que por sua vez ocasionam assoreamentos e aumento de temperatura das águas, influenciam diretamente sobre a qualidade e quantidade dessas águas. Os assoreamentos e aumento da temperatura incidem na oxigenação hídrica e, assim, estão relacionados com a possibilidade de vida e reprodução⁵ de determinado ambiente lótico. Invariavelmente, um curso d’água necessita de cobertura vegetal nativa, condição indispensável na contenção dos assoreamentos e aumento de temperatura e equilíbrio dos organismos bióticos. O diagnóstico realizado, também em 2011, pela Agência Nacional de Águas (ANA) levanta mais uma importante informação sobre os ambientes aquáticos no Cerrado. Os estudos por eles apresentados relatam que:

Myers et al. (2000) estimaram que 44% da flora do bioma é endêmica. O número de plantas vasculares apontado por Mendonça et al., (1998) no bioma Cerrado, chega a 6.429, do qual 33%, apesar de também ocorrerem em outros biomas, no Cerrado são encontradas apenas nos ambientes ribeirinhos. As Matas de Galeria e Matas Ciliares, com mais de 30% das espécies de plantas vasculares do bioma (FELFILI et al., 2001), têm extrema importância na riqueza total do bioma, pois muitos são os elementos itinerantes da fauna das outras fitofisionomias do Bioma Cerrado que dependem dessa flora para alimentação, reprodução e nidificação. Essas matas

⁵ O resultado das análises da Agência Nacional de Águas (ANA), em relação à bacia do Meia Ponte, apontam para os cursos de suas águas estados de eutrofização. A eutrofização é o aumento da concentração de nutrientes, principalmente fósforo e nitrogênio. As consequências desse aumento de nutrientes é a proliferação de algas que impedem a entrada do sol e, assim, a fotossíntese, causando a mortandade de peixes e mudanças na biodiversidade aquática. Outros efeitos da eutrofização são: maus odores, redução da capacidade de navegação, modificação da qualidade e quantidade de peixes e a contaminação das águas destinadas ao abastecimento público. Na região metropolitana, o índice de estado trófico do Meia Ponte é de supereutrófico, que caracteriza-se pela alta produtividade de nutrientes em relação às condições naturais, de baixa transparência, comumente decorrentes de atividades humanas. Consultar: BRASIL (2012/2013, p. 161).

também são diretamente responsáveis pela quantidade e qualidade da água que corre nos cursos d'água do Brasil Central. (RIBEIRO; BRIDGEWATER; RATTER; SOUSA-SILVA apud BRASIL, 2011, p. 157-158).

O que se pode verificar a partir dos dados apresentados acima é que um ambiente extremamente complexo e, por vezes, de composições endêmicas, encontra-se altamente degradado e/ou extinto. Muitas vezes, antes mesmo da apreensão sistemática de sua biodiversidade, o que poderia, entre outras coisas, enquadrá-lo legalmente em demandas mais efetivas de preservação ambiental.

No ano de 2000, após dez anos de tramitação e discussões acirradas entre representantes de uma visão preservacionista/conservacionista e representantes de uma perspectiva sociambientalista, a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei número 9.285, de julho de 2000, conduziu à criação de dois grandes grupos de unidades de conservação. O primeiro deles, de unidades de conservação de proteção integral – que não admitem populações humanas residentes - e, o segundo, de unidades de conservação de uso sustentável – que admitem populações humanas residentes e suas respectivas atividades produtivas (DRUMMOND; FRANCO, 2012, p. 359).

Ambas passam pelo crivo da conservação da biodiversidade, através da criação de mosaicos de áreas de proteção. Não sem críticas, este posicionamento oficial, político e prático acaba por combinar diferentes perspectivas de conservação.

Elas integram diversos componentes: a gestão de áreas nucleares, em que a preservação da diversidade biológica tem importância suprema; os corredores biológicos, para manter os fluxos e processos ecossistêmicos pela conexão física entre as áreas nucleares; as zonas de amortecimento, que protegem contra eventuais ameaças externas e que promovem o uso sustentável dos recursos naturais; e a promoção de políticas visando à equidade e justiça social (DRUMMOND; FRANCO, 2012, p. 364).

Fatores esses que, se adotados, poderiam contribuir para a capacidade e resiliência do Meia Ponte frente às suas perturbantes demandas. Mas quais seriam as condições favoráveis para um ambiente aquático que garantiriam sua capacidade

de resiliência? Quais as condições favoráveis na garantia da homeostase dos sistemas lóticos?

1.3 CONDIÇÕES DE EQUILÍBRIO

Quando se fala de equilíbrio dos ecossistemas lóticos devemos considerar dois fatores relacionados aos sistemas hídricos. Devemos entender o fenômeno dos ciclos de água e os espaços constituintes de uma bacia hidrográfica, a unidade de mensuração adotada legalmente/institucionalmente como parâmetro⁶.

Os ciclos d' água são um fenômeno fechado e seu ponto de partida explicativo consiste na afirmação de que toda a água utilizada pelo homem provém da atmosfera. "A água pode ser encontrada na atmosfera sob a forma de vapor ou de partículas líquidas, ou como gelo ou neve" (PINTO, 1976, p. 2) e essas formas variadas podem sofrer um ou vários dos processos de transformação como a condensação, precipitação, infiltração e evaporação, em seu movimento contínuo e complexo:

A 'história' de cada gotícula de água pode variar consideravelmente, de acordo com as condições particulares com que se defronte em seu movimento. Em seu conjunto, entretanto, a contínua circulação que se processa a custa da energia solar mantém o balanço entre o volume da água na terra e a umidade atmosférica. (PINTO, 1976, p. 2-3).

Dessa forma, os ciclos d'água são fenômenos compreendidos através de um sistema fechado; já as bacias hidrográficas são consideradas como um sistema aberto no qual as águas e nutrientes fluem continuamente, perpassando e relacionando-se com componentes bióticos e abióticos do sistema, definindo-se como:

⁶ Como esclarece Tejerina-Garro, durante a qualificação do presente trabalho, realizada em 4 de nov. de 2013, " a escala espacial, Bacia Hidrográfica, é utilizada para mensuração, controle, etc. Porém, a bacia não é considerada como um todo nos processos de conservação. Só partes do todo são conservadas e não incluem necessariamente os cursos de água."

Uma área de terra drenada por um curso de água ou um sistema conectado de cursos de águas, tal que toda a vazão efluente seja descarregada através de um curso principal e limitada perifericamente por unidades topográficas mais elevadas, denominada divisores de águas ou interflúvios. (OLIVEIRA *apud* RUBIN, 2002, p. 29).

A complexidade do funcionamento dos ambientes lóticos exige que as duas estruturas mencionadas estejam equilibradas. Tanto a quantidade e qualidade das águas como sua preservação geomorfológica são fundamentais para a capacidade de regulação de um ecossistema. O ecólogo Tejerina-Garro (2008) considera que os ecossistemas aquáticos são paisagens distintas dos ambientes terrestres, e que sua complexidade, corroborada através do avanço de estudos na área, deveria ser considerada nas aplicações práticas, como as políticas institucionais de preservação do ambiente. Atualmente, a bacia hidrográfica é a referência de mensuração para as medidas legais nacionais, através da Política Nacional de Recursos Hídricos, lei 9.433/1997. O quinto critério dessa lei pronuncia-se da seguinte forma: “a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos” (BRASIL, 1997).

Para Tejerina-Garro (2008), os dois maiores problemas referentes à mensuração adotada pelas legislações de recursos hídricos atuais, que utilizam como parâmetro as bacias hidrográficas, correspondem às suas dimensões e às práticas fragmentadas de atuação. Sobre a dimensão, ele analisa que a “visão de conservação de partes de um sistema aquático poderia estar incluída numa área de conservação terrestre”, no entanto, essa perspectiva tem sido abandonada em favor da escala espacial, pautada na bacia hidrográfica. Quanto ao caráter fracionário das políticas públicas, Tejerina-Garro (2008) adverte que as medidas do plano de manejo são sempre pontuais. Dessa forma, ele argumenta que o conceito de zoneamento longitudinal seria o ideal para abarcar todos os fatores de um ecossistema tão complexo. Esse conceito

[...] considera a existência, no sentido montante-jusante de um curso d'água, de zonas sucessivas, formadas por assembleias de organismos relativamente homogêneos e delimitadas por variáveis

ambientais; o do rio contínuo (Vannote *et al*, 1980), que relaciona um gradiente contínuo de fatores físicos, gerados pela morfologia e hidrologia de um rio, e as estratégias biológica dos invertebrados bentônicos com a entrada de nutrientes; e o do pulso de inundação (Junk, 1997), que estabelece a interação entre o rio e sua planície de inundação, mediada pelo regime de cheias. Diante disso, é difícil admitir a eficácia da conservação dos ambientes aquáticos de uma determinada área terrestre, tendo em vista o tamanho dessa, ou aceitar a ideia de que a vegetação (mata ciliar, em especial) seja um elemento suficiente para a proteção da água. (TEJERINA-GARRO, 2008, p. 19 e 20).

A respeito dos estudos e compreensão sobre as unidades de mensuração, Tejerina-Garro (2008) ainda confirma existirem, desde meados de 1920, “conhecimentos básicos necessários à conservação”, postulados por Olaf Arrhenies, “sobre a relação espécie-área, na qual se verifica basicamente que existem mais espécies em áreas grandes do que nas pequenas” (RICKLEFS *apud* TEJERINA-GARRO, 2008, p. 18). No entanto, a própria legislação dá os indícios sobre os critérios que lhes norteiam a adoção da mensuração por bacias hidrográficas, ao invés de zoneamento longitudinal, o que acarretaria em um aumento expressivo da área a ser conservada. Esse aumento conflita com o critério de número dois, configurado na lei 9.433/1997, na qual está expresso ser a água “um recurso natural limitado, dotado de valor econômico” (BRASIL, 1997, grifo nosso). Trata-se de uma amálgama de interesses dissonantes, na qual os valores econômicos acabam exercendo na correlação de forças a vantagem sobre o critério de preservação, sobrepujando até as condições de limite desse elemento e, muitas vezes, infringindo o primeiro critério dessa legislação que advoga ser a água um bem de domínio público⁷ (BRASIL, 1997).

O geógrafo Claude Raffestin (1993) comenta que nas sociedades atuais as tecnicidades, ou seja, o conjunto de relações que um indivíduo social mantém com dada matéria a que possa ter acesso e dela fazer uso são tecnicidades assimétricas

⁷ Os critérios fundantes da lei 9.433/1997 são: (1) a água é um bem de domínio público; (2) a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; (3) em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; (4) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; (5) a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; (6) a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

e, assim o são, exatamente por pertencerem ao campo do poder. As relações são exploratórias e, portanto, destrutivas em relação à matéria. Para Raffestin (1993) existem duas alternativas diante dessas condições: a mudança das práticas ou a compreensão de que futuramente será necessária a busca de um novo recurso em substituição da matéria esgotada, considerando que isso nem sempre é possível, como o próprio caso da água.

Quando observamos a simplificação de determinado ambiente através de um modelo tecnicista de uso para um território – caso do Meia Ponte para a cidade de Goiânia, da qual ele é responsável pelo saneamento básico – notamos esse aspecto em diversas interfaces. Existe a constatação, tanto física desse fenômeno como a constatação abstrata, na qual as percepções e manifestações culturais dos indivíduos também se alteram. Sob essa perspectiva, demonstraremos este fenômeno de mudanças de apreensão e significação do meio e de determinados elementos através dos relatos dos moradores do entorno do rio Meia Ponte. Suas apreensões em relação a esse ecossistema têm, além de se modificado, se restringido. Raffestin (1993) argumenta a respeito, considerando que, ainda que as práticas espaciais não sejam diretamente observáveis, por pertencerem ao campo específico da subjetividade, os elementos subjetivos intervêm nas estratégias territoriais por poderem estar ligados às decisões, tornando-se assim atos observáveis que fazem parte constituinte da produção territorial, nesse caso, uma produção assimétrica.

Para o autor, todo espaço transformado em território ocorre por meio de um projeto sobre um lugar, dotado de intenções e ações, e esse projeto reflete-se em imagens de dado território. Nossos entrevistados reconhecem que as intenções e ações em torno do Meia Ponte estão em um percurso de transição no qual eles, agentes territoriais, não têm grande expressividade sobre as imagens que são constituídas de onde moram.

Como explica Raffestin (1993), o traçado de um território surge com base em um modelo de relações de poder possíveis dentro de um sistema sêmico, historicamente inteligível pelos atores sociais, no qual os moradores compreendem que ao longo do tempo perderam autonomia e expressividade sobre seu território,

criando nodosidades⁸. Por fim, Raffestin (1993) assevera que a complexidade das relações dentro de um território se expressa na energia e informação gasta para cada estrutura intencionada. Contudo, nem sempre as intenções de alguns atores sociais são as de todos e é essa condição, tão comum das relações espaciais, que geram as assimetrias.

Em Goiânia, as assimetrias referentes ao Meia Ponte são de longa data e multiplicam-se conforme se polarizam os interesses sobre suas águas. Essa complexidade, muitas vezes conflituosa, é inclusive verificada na transformação da paisagem e uso do espaço. Todavia, quais são as condições específicas de um rio em uma metrópole?

1.4 O RIO NA URBE

As cidades são um lugar privilegiado para a manifestação desses tipos de conflitos assimétricos que manifestam forte tendência à homogeneização dos sentidos, até então configurados com predominância na localidade. O rio do banho, do piquenique, do encontro, da pesca, do lavar as coisas da casa passa a ser o rio do abastecimento e, com sua devastação, o lugar da abjeção. O lugar que ocupará na casa dos sentidos e dos afetos fora substituído pela noção de abastecimento e escoadouro.

É no perímetro urbano, com sua grande aglomeração de pessoas, no distanciamento dessas dos espaços públicos e na concorrência de interesses no uso

⁸ Raffestin (1993) explica que na constituição de um sistema territorial existem diferentes elementos que sustentam as práticas espaciais. “Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou comportamento, se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessitura, nó e rede.” (idem, p. 150). Dentro de qualquer sistema territorial existem as tessituras, os nós e as redes refletidos por imagens transpassados por relações de poder. A tessitura é o caráter delimitador de um espaço, imbuída de objetivos ordenadores e, assim, imagens. Os pontos de nodosidades territoriais podem ser interpretados como marcos. Neles se estabelecem os reagrupamentos, locais de referência e também locais de poderes. É nos pontos que o posicionamento dos atores se expressa, portanto, eles podem modificar as imagens e a situação das malhas onde estão inscritos. É a dinâmica dos pontos que constitui as redes. As redes são “sistemas de linhas que desenham tramas” e elas conduzem à comunicação, mas uma comunicação de disjunção, visto que através de suas tramas ela também delinea fronteiras e limites.

de suas águas, que o Comitê do Meia Ponte identifica o maior índice de uso irracional deste elemento (GALINKI, 2003).

Segundo os diagnósticos do Comitê e da ANA, é nos perímetros urbanos que o rio comporta as maiores pressões socioambientais. Cabe lembrarmos que o curso d'água do Meia Ponte transcorre cidades de grande concentração populacional como Anápolis, Aparecida de Goiânia e Goiânia. Ademais, juntamente com o Ribeirão João Leite, a bacia do Meia Ponte é responsável pelo abastecimento de toda a região metropolitana de Goiânia, sendo ainda o receptor do esgoto gerado pela Capital, por Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo. Tais fatores implicam em uma constante mudança organizacional e identitária⁹, causando consequências ecológicas marcantes para o rio (CUNHA, 2006 p. 27).

Aristides Moysés e Sandra Santos (2009, p. 88), em seus estudos sobre Goiânia, esclarecem os dois fatores prejudiciais para o meio ambiente aquático, decorrentes de uma ocupação desgovernada dessa cidade: “o avanço da ocupação das matas ciliares e várzeas junto aos cursos d'água” e o aumento da impermeabilização do solo.

Os mesmos autores enfatizam que as ocupações em torno do Meia Ponte na cidade de Goiânia são, em grande medida, reflexo do abandono do controle sobre o planejamento urbano em resposta às especulações imobiliárias privadas e políticas populistas realizadas pelo poder público, completamente indiferentes à proteção de mananciais. Somado a essa prática existe ainda um fator muito comum ao crescimento das cidades: o de afastar as populações mais pobres para os espaços periféricos, sem lhes conferir infraestruturas necessárias. Além do notório prejuízo físico/espacial dessas levas de deslocamentos, existe outro problema não menos avassalador e perceptível: o desmantelamento das relações de amizade e vizinhança (MOYSÉS; SANTOS, 2009). Todas essas condições são reflexos de assimetrias ocasionadas pelas relações de poder dentro de um território, constituído por uma complexa malha de interesses, conflitos, acomodações, injustiças e deteriorações – humanas e ambientais.

⁹ Robert Ezra Park (1973, p. 30-31) analisa que “a organização da cidade, o caráter do meio urbano e da disciplina por ele imposta são, em última análise, determinados pelo tamanho da população, sua concentração e distribuição dentro da área citadina. Por esse motivo, é importante estudar o crescimento das cidades, comparar as idiosincrasias na distribuição das populações citadinas”.

Moysés (2004) caracteriza a intensificação das ocupações às margens do Meia Ponte como um fenômeno maior de ocupações desgovernadas a partir da década de 1980, quando as áreas ainda consideradas rurais foram rapidamente tomadas. Esse período foi o último a causar um grande aumento de contingente demográfico à cidade, sendo que esse fenômeno, depois desse período, ficou por conta das cidades vizinhas à capital. Moysés e Santos (2009, p. 82) analisam a ação do poder público em relação ao capital imobiliário e, em uma perspectiva socioambiental, nos seguintes termos:

Se no período de [19] 33-50 o Estado compra um espaço e nele planeja a construção de uma cidade, urbaniza-o e transforma-o num lugar digno de se viver, agora o Estado faz “quase” a mesma coisa, mas às avessas. Primeiro, por uma questão de delimitação do espaço do poder, retira da população o direito de “resolver sua carência de moradia” por conta própria. Para se contrapor ao “contrapoder”, compra fazendas nos arredores da cidade, constrói conjuntos habitacionais de baixa qualidade, promove parcelamentos, tudo à revelia da legislação urbana vigente. Ao fazer isso, repassa a imagem de que é sua a responsabilidade pelos assentamentos humanos. A ação do Estado nesse período, diga-se, revestido de ilegalidade e de populismo, atende duplamente os interesses do capital imobiliário. Libera áreas “deterioradas” centrais e segrega na zona rural um grande contingente da população pobre, assentando-a longe do mercado de trabalho e rompendo com as relações de amizade, de vizinhança. Ao promover a ocupação desse espaço com assentamentos tipicamente urbanos, o Estado deteriora uma área de reserva ambiental e coloca em risco o abastecimento de água da cidade.

Para ele, esse processo caracterizou-se por um aspecto (des)urbanizador, ao qual a oferta de infraestrutura, quando implementada, não conferiu cidadania. Para Moysés, em uma perspectiva mais abrangente que tem um desfecho a partir de 1980, são cinco as razões que justificam o fenômeno do planejamento (des)urbanizador de Goiânia: 1) revestiu-se de um caráter centralizado e tecnocrático; 2) foi excludente por parte das elites goianienses – na perspectiva de que a cidade não era para todos; 3) não recebeu do poder público o planejamento, a força política e a transparência necessária, lançando-se à cidade a perspectiva do capital imobiliário; 4) não produziu quadros técnicos necessários e competentes; 5)

faltou uma visão abrangente, metropolitana, da cidade – renegando pouquíssimos planejamentos aos municípios que envolvem a capital (MOYSÉS, 2004, p. 22).

Obviamente, o contexto de ocupações indevidas e adensamento populacional, intensificados a partir de 1980, causaram desdobramentos que viriam acarretar vários problemas à cidade nos anos seguintes. Segundo a análise de documentos da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) da cidade, “mesmo considerando a estratificação social e a ocupação, por vezes desastrosa, os serviços de infraestrutura no início da década de 1980 apresentavam níveis de atendimento satisfatórios.” (RIBEIRO *apud* CUNHA, 2006, p. 14). Esses níveis consistiam na abrangência de 83% da população urbana com água tratada e 70% atendida pelo sistema de coleta de esgoto. No entanto, com o crescimento desgovernado da cidade, esse quadro sofreu grandes alterações. Do esgoto coletado, somente 2% era de fato tratado e, ainda, as descontinuidades nas construções de interceptores resultavam no lançamento *in natura* dos esgotos nos cursos d’água (idem, p. 14), fatores amenizados com a inauguração da estação de tratamento Dr. Hélio de Seixo de Britto, em 2004, mas que não resolvem completamente o impacto causado no Meia Ponte na cidade de Goiânia.

Essa faceta do rio, enquanto recurso dentro de uma grande cidade, e suas correlações socioambientais são a imagem mais recorrente do Meia Ponte nos dias de hoje, mas o que nos propomos investigar é a multiplicidade e complexidade das formas identitárias que o mesmo território pode abarcar, dependendo das relações sociais cingidas com ele. Portanto, recorreremos aos aspectos mais gerais e amplos da relação dos homens com o elemento água, nas perspectivas socioculturais e político-econômicas, para então tratar da dinâmica Goiânia-Meia Ponte e suas expressões regionais de sentidos e significações na segunda parte de nosso trabalho.

CAPÍTULO 2

OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA ÁGUA PARA O HOMEM

“O rio da minha aldeia não faz pensar em nada
Quem está ao pé dele está só ao pé dele.”
Alberto Caeiro

A relação do homem com a água, na qual a água não é somente indispensável à vida como também substrato da mesma, possibilitou em diferentes culturas uma intersecção profunda e abrangente dos homens com esse elemento. Algumas das manifestações de elos e significados constituídos entre os homens e a água são o que nos propusemos observar, no exercício de partirmos de uma perspectiva abrangente a fim de chegarmos às sutilezas e peculiaridades das pessoas que vivem no bairro Jardim Balneário Meia Ponte. Observando tanto a relação antrópica com o rio como a influência do rio sobre o homem, fez-se deste percurso uma busca em compreender o que o rio de nossa aldeia nos faz pensar, afinal?

Antes de trilharmos algumas considerações sobre o rio de nossa aldeia e percebermos quais são suas evocações, retratamos a relação homem/água através de algumas de suas manifestações pelas práticas sociais, cotidianas e fundamentais; na sacralidade; nas manifestações intelectuais, filosóficas e científicas. Nossa análise tem início no trato da transcendência desse elemento e sua indissociabilidade com a vida cotidiana. Mais adiante, nossos olhos deitam-se nas transições de significados que recaíram sobre a água, com o advento da modernidade e suas expressões na contemporaneidade. Por fim, vislumbramos como se constituíram os aparatos legisladores em torno da água. Permeando todos os matizes expostos acima, tratamos das mudanças nas paisagens e espaços geográficos resultantes de amplos e complexos processos de transformações na relação do homem com o ambiente lótico.

Partimos então do que nos é mais próximo e fundamental, a razão primordial do vínculo homem/água, intrínseca à própria constituição humana: sua condição de existência. Homens e mulheres dependem essencialmente de água para

continuarem vivos. Sobre esta dinâmica entre vida e água, o filósofo Bruni (1993) argumenta, por exemplo, a respeito da sede. O autor esclarece que um ser humano pode permanecer vivo até aproximadamente um mês sem se alimentar com substâncias sólidas. Sem água, sua sobrevivência limita-se a apenas dois ou três dias. Extrapolando a noção de sobrevivência, Bruni argumenta que a aproximação entre os homens e água é muito mais complexa e genuína, sendo fator primordial de nossa própria constituição. O sêmen, o útero e o próprio feto dependem de um meio aquoso. Além do fato de que nosso corpo é composto por 65% de água. “Todas as funções orgânicas (digestão, circulação do sangue, respiração, excreção urinária, transpiração, etc.) exigem a renovação rápida da água contida nas células ou nos líquidos intercelulares.” (idem, p. 55).

Neste mesmo sentido de ênfase na relação e dependência dos homens com a água é que Worster (2008) analisa esse elemento em outra função fundamental ao ser humano, a alimentação. Para ele (2003, p. 27), a dinâmica estabelecida entre o homem e o manejo da terra em razão do alimento é a maneira “que as pessoas têm de se conectar ao mundo de forma mais vital, constante e concreta”. E todo esse processo depende fundamentalmente da água para que ocorra.

Com o propósito de entender a relevância da água na produção de alimentos nos dias atuais, Worster (2008, p. 27) problematiza seu papel para a agricultura, considera o tema fundamentalmente importante, em grande medida por ser a água, segundo ele, “elemento mais volátil e incerto que o solo na equação ‘agricultura’”. Dada a condição altamente complexa da água, dependente de uma gama de outras condições naturais como as chuvas, as condições morfológicas, a questão de sua qualidade para a garantia de seu ciclo, Worster a adjetiva de ‘móvel’, ‘esquiva’, ‘inflexível’ e ‘invulnerável’ (idem, p. 27).

É a partir do contexto de complexidade da relação do homem com a água, de sua dependência com esse elemento, que despontam as dimensões de valor, tão marcantes e íntimas, presentes em diferentes culturas, que depositam nesse elemento várias formas de sentidos e significados distintos (TUAN, 2012).

As ocupações humanas sempre tiveram a preocupação com o acesso à água e, ainda hoje, em sua maioria, buscam se desenvolver próximas a ela. A garantia de seu crescimento depende desse fator, ainda que com o passar do tempo, ao menos

no Ocidente, a noção utilitarista sobre a água tenha simplificado e arrefecido os sentidos decorrentes da profundidade dessa relação (FONSECA, 2004, p. 11).

Mircea Eliade (1969), em sua obra intitulada **O Mito do Eterno Retorno**, analisa de forma histórica e ampliada a transição de perspectivas mais ramificadas e tácitas para elaborações menos interseccionadas. Nessa obra, o autor trata do fenômeno de transição das explicações e regências do mundo, de uma perspectiva cíclica e religiosa para a predominância da concepção linear e histórica, através de um longo processo. No entanto, Eliade pondera que as manifestações do sagrado ainda fazem parte das experiências de vida do homem contemporâneo, mesmo que esse tenha perdido o elo explicativo de tais manifestações e significados.

Segundo ele, as experiências de epifania que podem e, recorrentemente, acontecem com pessoas ao entrarem em contato com a natureza é um desses exemplos. Para o indivíduo contemporâneo, a noção de sagrado, de transcendência, de sublimação ainda persiste em diversas dimensões de sua vida, ainda que de uma forma inconsciente.

Eliade (2010), através do método comparativo, relaciona as estruturas e morfologias do sagrado manifestadas nas hierofanias. A hierofania é a manifestação/representação do transcendente por um fenômeno ou objeto. Eliade demonstra que existem hierofanias ligadas a vários elementos e fenômenos da natureza, como as pedras, vegetações, o céu, o sol, a lua, a água, a fecundidade, a chuva. O autor afirma que a experiência do ser com o sagrado, através da hierofania, ocorreu em diferentes culturas e momentos históricos. Ou seja, em vários casos, em tempos, espaços e etnias distintas, os elementos da hierofania se repetem, são uma constância.

Em seus estudos sobre as águas e os simbolismos aquáticos, Eliade analisa a relação direta desse elemento com a concepção da criação do cosmos. A água, em sua forma fluida e disforme, apresenta-se também como a possibilidade da transmutação, do novo. Vejamos de que forma o autor (idem, p. 153) pondera seus sentidos:

Princípio do indiferenciado e do virtual, fundamento de toda a manifestação cósmica, receptáculo de todos os germes, as águas simbolizam a substância primordial de que nascem todas as formas e

para a qual voltam, por regressão ou por cataclismo. Elas foram no princípio, elas voltarão no fim de todo o ciclo histórico ou cósmico; elas existirão sempre – se bem que nunca sós, porque as águas são sempre germinativas, guardando em sua unidade não fragmentada as virtualidades de todas as formas. [...] Na cosmogonia, no mito, no ritual, na iconografia, as águas desempenham a mesma função, qualquer que seja a estrutura dos conjuntos culturais ao qual se encontram: elas precedem qualquer forma e suportam qualquer criação (ELIADE, 2010, p. 153).

Considerando a importância das águas nas “estruturas dos conjuntos culturais” das civilizações antigas, como aborda Eliade, elencamos sumariamente alguns exemplos que retratam a organicidade das grandes civilizações em territórios banhados por grandes rios. Antes que vejamos, porém, os exemplos organizacionais dessas culturas, ressaltamos a advertência de Eliade (2010, p. 154), ao concluir que

[...] toda a análise se arrisca a fragmentar e pulverizar em elementos o que, para a consciência que os representou, compunha uma única unidade, um cosmos. O mesmo símbolo indica ou evoca uma série inteira de realidades que só em uma experiência profana são separáveis e autônomas.

Reconhecendo essa densidade, trataremos da civilização egípcia e sua vinculação ao fértil vale do rio Nilo, no Egito. A amálgama entre essa civilização e o Nilo fez com que fosse preciso desenvolver um apurado conhecimento em astronomia para que manipulassem com eficiência as previsões das enchentes desse rio (RUSSEL, 2001, p. 14). Diante desse fato, podemos enfatizar a advertência de Eliade sobre a fragmentação de uma lógica orgânica e indissociável. As condições do ambiente influenciaram o desenvolvimento do intelecto a partir de uma objetividade do cotidiano. E desse feito, de sinergia entre homem e rio, outras tantas conexões foram compostas pela cultura egípcia, intrínseca a uma continuidade que ecoava de tempos ainda mais longínquos:

Desde a pré-história, o conjunto Água-Lua-Mulher tem sido percebido como o circuito antropocósmico da fecundidade. Nos vasos neolíticos da cultura dita de Walternienburg-Bernburg a água era representada pelo sinal /VVV/, que é também o velho hieróglifo egípcio para a água corrente (ELIADE, 2010, p. 154).

Pela mesma tessitura, ao mesmo tempo pragmática e transcendente, podemos analisar a influência do rio Ganges, na Índia, para os hindus. Além de sua enorme importância para a agricultura, devido suas inundações, ele é um rio sagrado, um lugar de purificação. Como nos mostra a recentíssima figura datada de 2013, na qual devotos se banham.



Figura 3. Banho no Ganges no Festival Kumbh Mela - 2013.

Fonte: Disponível em: <http://circuitomt.com.br/editorias/mundo/25741-pelo-menos-dez-morreram-no-maior-festival-religioso-do-mundo.html>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

Ainda hoje, o Ganges é um território sagrado, abarcando a maior festa religiosa do mundo, reunindo cerca de vinte milhões de pessoas para banharem-se em suas águas. A imersão nas águas repete a organização cósmica, a gênese (ELIADE, 2010, p. 154 e 155).

O contato com a água implica sempre a regeneração: por um lado porque à dissolução se segue um “novo nascimento”; por outro, porque a imersão fertiliza e aumenta o potencial de vida e de criação. A água confere um “novo nascimento” por um ritual iniciático; ela cura por um ritual mágico; ela assegura um renascimento *post mortem* por rituais funerários (ELIADE, 2010, p. 154).

Tomemos ainda como exemplo a região do vale dos rios Tigre-Eufrates, local que abrigou a civilização dos mesopotâmios. No rio Eufrates fora encontrada uma lápide de pedra calcária, datada de 2.300 a.C., e nela estava registrado: “Ur–Namu foi quem ordenou que se realizassem as obras dos canais; mas ele cede aos deuses a honra de fornecer a dádiva que é a água, abençoada, que dá fertilidade.” (LIEBMANN *apud* FONSECA, 2004, p. 10). Através dessa inscrição, impressa no referido artefato, podemos vislumbrar o que estamos a dizer sobre a dinamicidade dessas culturas. Além disso, o escrito dessa lápide nos remete às análises de Worster (2003) sobre a invulnerabilidade do elemento água. As águas, para os sumérios, tanto lhes concederam o desenvolvimento de uma grande civilização, através da dádiva de sua fertilidade, como podem ter causado seu declínio diante de seu mau uso.

Muitos dos historiadores acreditam que a civilização dos sumérios, por exemplo, na Mesopotâmia, se arruinou por causa das más práticas de irrigação. [...] Os antigos sumérios deixaram de manter o equilíbrio entre a acumulação de sal e a drenagem. O sal e o excesso de água prejudicaram as colheitas. A produção agrícola declinou gradualmente e houve falta de alimentos. Com o colapso da agricultura desapareceu a civilização suméria (BRUNI, 1994, p. 56).

A noção da invulnerabilidade implacável das águas na Antiguidade esteve arraigada à vida de seus atores, assim como a noção de fertilidade e criação que destacamos nos exemplos mencionados. Existiram duas divindades gregas que retratam bem o que estamos a dizer. As ninfas e Poseidon foram figuras muito presentes na cultura grega. As ninfas foram divindades de todas as águas correntes, fontes e nascentes, “divindades menores de certos lugares são bem conhecidas dos homens, são objetos de culto e recebem sacrifício.” (ELIADE, 2010, p. 166). As ninfas, personificadas, agiam sobre a vida humana. Elas foram associadas ao nascimento e à educação de homens para tornarem-se heróis, “quase todos os heróis gregos foram educados, quer por ninfas, quer por centauros; isto é, por seres sobrenaturais que participam das forças da natureza e as controlam.” (idem, p. 166). Essa feição sobrenatural, comum às ninfas, lhes confere ainda outra face, despertando o medo nas pessoas. As ninfas por vezes raptavam e, por inveja, até

matavam crianças. Elas ainda podiam agir sobre a sanidade de um indivíduo (idem, p. 166).

Assim como as ninfas, Poseidon reveste-se da mesma dualidade, criadora e perigosa, constituinte da própria água. Também uma divindade aquática, ele foi concebido a partir da seguinte razão: “O mar, quando se enfurece, perde as suas características femininas de tentação ondulante e de beatitude sonolenta. [...] Tal como a natureza oceânica, Poseidon é selvagem, desagradável e pérfido” (idem, p. 167). Poseidon é o causador de maremotos, águas revoltas, enfim, o caos das águas.

O caso da civilização chinesa com a água também é emblemático. Huang Ho, o fértil rio Amarelo, é o lugar de origem da civilização chinesa. Sua importância sempre foi fundamental para os povos que se instalaram em suas margens e nelas tiraram seu sustento através da terra. Assim como para as águas do Nilo, o Huang Ho caracteriza-se pelo fato de inundar-se e fertilizar as planícies. Mesmo que seja um rio de águas muito fortes, de enorme vazão, seus ocupantes, desde a pré-história, criaram técnicas para contenção de suas águas com o propósito de preservarem-se de enchentes e irrigações, e usarem os benefícios de suas terras (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008). Esse rio pertence à história da China de forma visceral, a afirmação de Fairbank e Goldman sobre a sociedade chinesa sintetiza o que afirmamos. Os autores (idem, p. 29) concluem que:

[...] todos os elementos da civilização – sejam pessoas ou traços culturais – reunidos na China tornam-se parte integrante do estilo de vida chinês; estilo nutrido, condicionado e limitado pela escassa oferta de terra fértil e pela sua utilização.

Subentende-se, ao falar na ânsia por terras cultiváveis, a relevância das águas e seus recursos e o desdobramento dessa determinação no caráter de uma cultura, de um sentido étnico. O ex-ministro de recursos hídricos chinês corrobora com a análise sobre a intensa relação da cultura e do povo chinês com a água, declarando para os dias de hoje a sina da China sob os seguintes termos “Lutar por cada gota de água ou morrer: esse é o desafio que a China enfrenta” (SHUCHENG *apud* GALL, 2012, p. 3).

A respeito dessa complexidade na relação homem/água, demonstrada através desse exemplo de uma temporalidade longa acerca do povo chinês e esse elemento, é que levantamos o questionamento de Worster (2005, p. 85) sobre a moderna paixão pela natureza: “É a biologia ou a cultura que nos empurra para a natureza? E se é a cultura, ou um comportamento aprendido, qual seria nosso aprendizado comum?”.

Parece-nos intangível chegar a uma resposta direta sobre esse tema, sobre nosso vínculo com a natureza e sua correspondência mais operante. No entanto, cotejamos até então alguns fenômenos que mostram alguns indícios desse elo, filamentos de tipo de fundamento distante, disforme, adormecido, de uma longa produção de significações acerca da relação homem/natureza/água.

Raffestin (1993, p. 151), sem se aprofundar sobre o assunto ao analisar o território, considera-o essencial. Para ele, anterior às imagens produzidas através da representação de um território, existe uma inteligibilidade original, “biossocial”. O autor conclui que os sistemas de tessituras, nós e redes, formas de movimentos e dinâmicas organizacionais de um território – que agem no controle do que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído em determinado espaço – são estruturas exteriorizadas de um grupo. As tessituras-nós-redes são “a encenação de outra estrutura interiorizada”, que seria a biossocial. Raffestin (idem, p. 151) considera essa estrutura genuína da seguinte forma:

[...] o simples fato de que esse conjunto se manifesta para qualquer grupo indica que, apesar das formas que possa tomar, é assinalável na passagem da interioridade para a exterioridade. Pode-se sempre constatar a sua presença, mesmo que não se possa explicar suas origens ou suas raízes no homem e/ou no grupo.

Embora Raffestin (1993) esclareça que a constatação biossocial em estruturas territoriais seja hipotética, ela é observável como o conjunto de interioridade de um sistema territorial, marcado originariamente, não se sabe, por uma inclinação primordial biológica ou social, como nos provoca Worster (2005), mas que em sua obscuridade deixa rastros de sua presença, seu processo. Presenças que podemos relacionar aos estudos de Eliade sobre a água. O autor demonstra a relação antrópica longínqua e recorrente aos cultos das águas,

exemplificando particularmente as fontes curativas e os poços termais. Ele afirma que nem mesmo as revoluções religiosas, como o cristianismo, com suas perseguições categóricas na Idade Média, puderam abolir esses rituais. O autor identifica, em alguns casos, uma continuidade cultural do Neolítico aos nossos dias (ELIADE, 2010, p. 163). Elegemos sobre o assunto um relato exposto em sua obra acerca desses fenômenos:

Convém, por fim, lembrar o ritual que se praticava no lago Saint-Andéol (nos montes Aubrac) e que São Gregório de Tours descreve (544-595). Os homens dirigiam-se para lá em carroças e durante três dias havia festa em volta do lago; levavam, em sinal de oferenda, roupas brancas, peças de vestuário, lãs, queijos, bolos, etc. No quarto dia levantou-se grande tempestade seguida de chuva (tratava-se evidentemente de um rito bárbaro para conjurar a chuva). Um padre, Parthenius, depois de ter tentado, em vão, converter os camponeses a renunciarem a este cerimonial pagão, construiu uma igreja, para a qual os homens acabaram por levar as oferendas destinadas ao lago. No entanto, o hábito de jogar na água do lago objetos usados e bolos conservou-se até o século XIX: os peregrinos lançavam ao lago camisas e calças, sem compreenderem o sentido desses atos (idem, p. 163).

2.1 A ÁGUA NA FILOSOFIA OCIDENTAL

Quando começamos esta breve exposição sobre a influência das águas nas organizações socioculturais das Grandes Civilizações da Antiguidade, procuramos desvendar algumas das intersecções construídas por esses povos sobre esse elemento. Conferimos que muitos desses aspectos ainda estão impregnados na sociedade contemporânea, com maior ou menor expressão. Expusemos em síntese a determinação desse elemento da natureza para nossa própria constituição e elencamos alguns sentidos elaborados pelas civilizações mencionadas.

De igual forma, acreditamos ser pertinente cotejarmos o elo entre homem e água na Filosofia Ocidental – início de uma sistematização ordenadora do pensamento humano, modelo do qual somos herdeiros diretos. A Filosofia Ocidental tem como fonte o pensamento grego, fundamentado pela tradição filosófica e

científica de Mileto, a 2500 a.C. Mileto foi uma cidade litorânea povoada pelos jônios. Tal cidade era “uma ativa encruzilhada de negócios e comércio” (RUSSEL, 2001, p. 20). Por volta de 2000 a.C, a Grécia Ocidental sofre uma invasão. Vindos do norte, os jônios “aos poucos se fundiram com a população nativa.” (idem, p. 14).

A Filosofia Ocidental, por referência à tradição aristotélica, admite como seu ponto de partida a expressão de Tales de Mileto (VI a.C.) “Tudo é água”. Essa frase é contextualizada em diversos livros de História da Filosofia como sendo inerente à filosofia da natureza. Para este modelo filosófico, a preocupação era identificar uma “substância material primordial”, um elemento matricial para todas as coisas. “Para Tales, essa substância seria a água, a *physis*, e todos os seres existentes seriam, essencialmente, produtos da transformação da água ou água transformada.” (BRUNI, 1994, p. 53). Bertrand Russel (2001, p. 21) comenta sobre o raciocínio de Tales de Mileto:

A ideia mais importante de Tales é sua afirmativa de que o mundo é feito de água. Isso não é tão artificial, como pode nos parecer à primeira vista; tampouco pura fantasia da imaginação, separada da observação. O hidrogênio, substância geradora da água, tem sido considerado na nossa própria época como elemento químico a partir do qual podem ser sintetizados todos os demais. A opinião de que toda a matéria é uma representa uma hipótese científica muito reputada. Quanto à observação, a proximidade do mar torna mais que plausível a possibilidade de se notar que o sol provoca a evaporação da água, que a neblina se eleva da superfície para formar as nuvens, as quais voltam a se dissolver em forma de chuva. Segundo essa visão, a terra é uma forma de água concentrada. Os detalhes podem ser bastante fantasiosos, mas ainda assim, é um notável feito ter descoberto que uma substância permanece a mesma em diferentes estados de agregação.

Bruni (1994, p. 54), ao pesquisar sobre o elemento água e, assim, a asserção de Tales de Mileto sobre a origem e transformação de todas as coisas a partir dela, passa a questionar as interpretações dessa frase na filosofia, e levanta novas considerações sobre o assunto a partir da proposta de “compreender a água enquanto água”.

Seu primeiro passo foi buscar outros filósofos que discutissem o assunto. Nas obras de Hegel e Nietzsche, pôde verificar que para ambos a água é tratada como uma metáfora. Segundo Bruni (idem, p. 54), a compreensão de Hegel sobre a

sentença “tudo é água” é de que Tales estava propondo que “tudo é um”, dessa forma afastando-se do padrão de pensamento mítico ou da percepção sensível de “que veem o mundo como uma multidão de coisas diferentes”. Já para Nietzsche, Tales trata da “abrangência do espírito”, seria a proposta de “solução última das coisas” através da subjugação dos “graus inferiores do conhecimento” pelo poder do pensamento racional (idem, p. 54).

A busca por uma universalidade/unicidade é a base do sistema dialético de Hegel, da mesma forma que a superioridade do pensamento fundamenta o homem ideal de Nietzsche, o super-homem de **Assim Falava Zaratustra**. Os autores fizeram da lógica de Tales alicerces de suas próprias concepções filosóficas. No entanto, Bruni identifica um pensador que, segundo ele, afastou-se desta noção metafórica da razão de Tales. Para Bruni, Feuerbach (2002, p. 6), na obra **A essência do cristianismo**, em uma rápida passagem em seu prefácio, defende que a abordagem de seu trabalho busca: “a promoção da hidroterapia pneumática – a instrução sobre o uso e a utilidade da água fria da razão natural – o reestabelecimento da antiga e simples hidrologia jônica no domínio da filosofia especulativa”.

Ao apresentar seu objetivo metodológico de análise do cristianismo, ele defende o caminho da antiga doutrina jônica, na qual não existem dualismos, porque tudo é reflexo da essência do próprio homem: “o objecto ao qual um sujeito se refere ‘essencial’ e ‘necessariamente’ não é senão a essência ‘própria’, mas ‘objetiva’, desse sujeito” (idem, p. 13). Por meio do objeto, o sujeito torna-se “consciente de si mesmo”, o objeto age como a revelação da essência. “E isso, não se aplica somente aos objetos espirituais, mas também aos ‘sensíveis’” (idem, p. 13).

Dessa maneira, Feuerbach (2002, p. 7) nos convida para um banho de “água óptico” a fim de que se enxergue, à luz da filosofia jônica, que:

A água atrainos decerto com encantos mágicos até a profundidade da Natureza, mas também reflete ao homem sua própria imagem. A água é a imagem da consciência de si, a imagem do olho humano; a água é o espelho natural do homem. Na água o homem despoja-se sem vergonha de todos os véus místicos; confia-se na água sua figura verdadeira, nua; na água desaparecem todas as ilusões supranaturalistas. Também a filosofia da Natureza jônica apagou outrora na água o facho da astroteologia pagã.

A noção desse autor não estaria também fugindo do pressuposto estabelecido por Bruni (1994, p. 54) de “tentar compreender a água enquanto água”? De imediato podemos admitir que sim, afinal de contas, conforme a explicação da proposta de Feuerbach (2002, p. 13), pensar a água equivale a pensar o homem. No entanto, ele mesmo adverte que o próprio ato de pensar sobre algo é ato exclusivo e essencial dos homens, logo, qualquer sentido dado a qualquer coisa é ação humana, seu reflexo.

Assim como a maioria dos rios, diferentemente do rio de Caeiro, ausente de pensamentos e sentidos, as águas são muito mais do que somente águas. Ambos, rios e águas, têm o poder de influenciar os sentidos e significados dos homens em diferentes tempos e espaços, e recebem influência da ação humana que os transformam. Dessa sinergia, chamamos a atenção para a razão de que, apesar da força existente na relação homem/água, a Natureza independe do ser humano. Essa asserção tão cara nos remete a mais uma das obras de Pessoa, no pseudônimo de Caeiro, na qual ele argumenta:

LERAM-ME hoje S. Francisco de Assis.
 Leram-me e pasmei.
 Como é que um homem que gostava tanto das cousas
 Nunca olhava para elas, não sabia o que elas eram?
 Para que hei-de chamar de minha irmã à água, se ela não é minha
 irmã?
 Para a sentir melhor?
 Sinto-a melhor bebendo-a do que chamando-lhe qualquer
 cousa-
 Irmã, ou mãe, ou filha.
 A água é a água e é bela por isso.
 Se eu lhe chamar minha irmã,
 Ao chamar-lhe minha irmã, vejo que o não é
 E que se ela é a água o melhor é chamar-lhe água;
 Ou, melhor ainda, não lhe chamar cousa nenhuma,
 Mas bebê-la, senti-la nos pulsos, olhar para ela
 E tudo isso sem nome nenhum.

CAPÍTULO 3

DUAS GRANDES EXPRESSÕES DAS ÁGUAS NA VIDA HUMANA: AGRICULTURA E ABASTECIMENTO NA MODERNIDADE E CONTEMPORANEIDADE

“A água é então um trunfo tão precioso quanto a vida que ela cria”
Claude Raffestin

Terminamos o panorama sobre a relação delicada e complexa do homem com o elemento água propondo que olhássemos para ela pelo que realmente ela é e não pelos infinitos papéis de que pode revestir-se. Essa é uma das belezas da poesia, poder simplificar, ao máximo, assuntos por si só tão multifacetados, constituídos por camadas, intersecções e, por vezes, contradições; e Fernando Pessoa é um dos mestres dessa arte. É, sem dúvida, um convite fascinante observar a água de uma forma despida. No entanto, como podemos observar na própria asserção de Feuerbach (2002), qualquer interpretação, seja do que for, é essencialmente humana, é o sentido construído exclusivamente pelos homens, faz parte de sua imaginação e, ao mesmo tempo, é impregnada pelo seu meio em dimensões muitas vezes impenetráveis à compreensão.

Feuerbach ao tentar alijar a água de qualquer explicação “mística” passa a compreendê-la como “espelho natural do homem”. O filósofo associa o entendimento da água para os homens como “a imagem da consciência de si” (FEUERBACH, 2002, p. 7).

Em nosso trabalho nos interessa apreender a “imagem da consciência de si” expressa por Feuerbach, transitando através dos sentidos historicamente elaborados pelos homens, partindo de uma perspectiva geral e ampla, chegando à memória local. Perpassamos sob as interfaces de um dado acontecimento, suas interlocuções, singularidades e disparidades.

No trânsito entre manifestações e aspectos mais abrangentes e outros particularizados da dinâmica do homem com a água realizamos mergulhos mais profundos em dois fatores para a vida humana, a **agricultura** e o **abastecimento**. A

narrativa se atém às mudanças sofridas por esses dois fatores ao longo do tempo, considerando os movimentos de influência no desenvolvimento de novas concepções sobre a água, advindos da Modernidade e suas expressões contemporâneas, refletidas nos espaços e paisagens.

Segundo a análise de Boaventura de Souza Santos (2003), os problemas contemporâneos do “sistema mundial” dividem-se em três vetores: a explosão demográfica, a globalização da economia e a crise ecológica. Esses vetores, ao longo de um grande processo, passaram a influenciar a ação e entendimento dos homens em torno da água, condicionando transformações sociais, culturais, políticas e econômicas e criando aparatos educacionais, legais e jurídicos para respaldá-las. Reconfigura, portanto, os significados em torno de suas vidas, bem como as noções de tempo e espaço em seu cotidiano (CAJINGAS-ROTUNDO, 2003 p. 9 e 10).

Cajingas-Rotundo (2003) argumenta que essas transformações correspondem à Modernidade. Partindo da premissa básica para todo modelo de civilização, que opera segundo certas coordenadas e leis, o autor compreende que a expansão comercial e tecnológica forma os dois pilares do sistema globalizado, tendo como eixo articulador a noção de progresso e desenvolvimento.

Tendo como ponto de partida as articulações e transformações da modernidade e contemporaneidade referentes aos sentidos e práticas agrícolas e de abastecimento aquífero, buscaremos investigá-los sob os dois primeiros vetores apontados por Boaventura, a saber, a explosão demográfica e a globalização da economia, deixando a análise da crise ecológica para adiante.

Sobre a agricultura, Worster (2003) disserta que o fator que mais contribuiu na “intensificação do uso da terra” na pré-história e em séculos recentes foi o aumento demográfico que fez com que grupos priorizassem o trabalho agrícola em tempos de escassez. Devido à constante pressão populacional, passaram a “desenvolver novas habilidades” em seu processo produtivo e se “organizar em unidades de trabalhos mais amplas” (idem, p. 31), indicando – salvo os momentos de catástrofes, epidemias e guerras – o contínuo crescimento das populações humanas.

Worster (idem, p. 31) reconhece que essas atividades, sem dúvida, trouxeram “mudanças revolucionárias aos ecossistemas do planeta” e muitas vezes

ocasionaram mudanças “destrutivas para a ordem natural”. Entretanto, descreve vários trabalhos científicos que têm constatado que diversas práticas dos “agricultores tradicionais” mostraram-se altamente refinadas e em consonância com os problemas específicos de cada região, adaptando-se às “condições locais do solo, do clima e da água” (idem, p. 31 e 32):

As paisagens resultantes destas práticas tradicionais foram cuidadosamente integradas. Mosaicos funcionais que retiveram muito da sabedoria da natureza, elas se basearam em uma atenta observação e imitação da ordem natural. [...] os sistemas agroecológicos orientados à subsistência [...] apesar de realizarem as maiores mudanças na natureza, preservaram muito de sua diversidade e complexidade, e esse empreendimento foi uma fonte de estabilidade social, geração após geração (idem, p. 32).

Para esse autor, existiu um ponto de transformação radical nas práticas tradicionais. Tais práticas eram altamente regionalizadas, estruturavam-se conforme as especificidades e exigências de cada local, ecossistema, e assim desenvolviam-se conforme as condições de declives, secas, pestes, baixa fertilidade do solo para resolverem seus problemas, fundamentadas em uma agricultura primordialmente de subsistência ou local (ALTIERI *apud* WORSTER, 2003, p. 32). Com o advento da era moderna e ascensão do modo de produção capitalista, tendo início no século XV e intensificando-se no século XVIII e XIX, “a estrutura e a dinâmica dos sistemas agroecológicos começaram a mudar radicalmente”, ocasionando uma nova revolução no modo de uso da terra, com consequências “tão arrasadoras quanto o da revolução Neolítica.” (WORSTER, 2003, p. 33).

Para Worster (2003) é indispensável que se faça um estudo aprofundado e abrangente sobre esses impactos em termos planetários, visto que os estudos realizados sobre a ascensão do capitalismo foram escritos por estudiosos econômicos ou sociais. Assim, não existe ainda “um quadro completamente pesquisado sobre como e onde os fatores ecológicos possam ter desempenhado um papel causal nessa grande transformação.” (idem, p. 33). O autor assevera que o maior problema destes estudos sobre o capitalismo voltados exclusivamente às reestruturações das relações humanas é de não terem conseguido incorporar a perspectiva ambiental. Ele (idem, p. 34) argumenta que essa definição

[...] não reconhece que a era capitalista na produção introduziu uma relação nova e distintiva das pessoas em relação ao mundo natural. A *reorganização da natureza*, não apenas da sociedade, é o que devemos desvelar.

O fator crucial na compreensão dessas transformações, enfatizando a reorganização da natureza, consiste em elucidar de que forma ocorreram as mudanças que passaram a impregnar os sentidos das ações humanas, norteadas por suas decisões e comportamentos na vida cotidiana.

Worster (2003) argumenta que as noções tradicionais de subsistência e comércio local passaram a adotar, como parâmetro de suas práticas e a compreensão de suas ações e espaços (terra), o lucro. O lucro passa a ser a nova razão das ações, ocasionando a transição na qual “a produção de subsistência deve ser substituída pela produção que visa o lucro. Todas as transações transformam-se em transações monetárias.” (POLANYI *apud* WORSTER, 2003, p. 34).

Esse sentido passa a abarcar as mais diferentes regiões do globo, das mais diferentes maneiras, constituindo uma economia de mercado global altamente desigual, multifacetada, mas articulada. Para Worster (2003, p. 34), a “nova ordem” econômica baseada no lucro constituiu um modelo “simplificado e idealizado de comportamento humano” pautado objetivamente em “maximizar livremente a riqueza pessoal”, muito além de mercados isolados “aqui e alhures”. Ele (*idem*, p. 35) termina por concluir que

[...] apesar das muitas variações de tempo e lugar, o sistema agroecológico capitalista mostra uma tendência clara ao longo da expansão da história moderna: um movimento em direção à simplificação radical da ordem ecológica natural no número de espécies encontradas em uma área e o intrincado de suas conexões.

A consequência desta nova razão que palperiza a complexidade da ordem ecológica é explicada por Worster através da asserção de que esses sistemas, por serem altamente “reorganizados para propósitos agrícolas”, seguindo um “conjunto de propósitos conscientes” exógenos aos “processos tróficos da natureza”, provocam “pressão das energias produtivas” de um ecossistema. Essas pressões

resultam em “uma versão truncada de um ecossistema natural” e seus desdobramentos são o declínio de espécies interagindo em seu interior e, ocasionalmente, o encurtamento dessas interações condicionadas a uma única direção (WORSTER, 2003, p. 29).

Se estivéssemos tratando somente da agricultura e suas transformações, assim mesmo estaríamos a falar da participação essencial da água. No entanto, compreendemos a necessidade de enfatizar a análise de Worster, de mudança estrutural na organicidade dos ecossistemas sob outro vetor fundamental: a água enquanto abastecimento.

A transformação da água em um elemento utilitário, por excelência domesticado, também se reflete nos cursos d'água destinados ao abastecimento. Os cursos d'água são claramente condicionados aos seus propósitos e, com isso, também perdem na complexidade e capacidade de vida, considerando todos os elementos bióticos, chegando até mesmo a seu esgotamento. Nesse sentido, Bruni (1994, p. 57) esclarece que

[...] desde fins do século XVIII, a água deixou, para nossa cultura, de ser um elemento primordial, qualitativamente diferenciada, para tornar-se H₂O. [...] Depois que a água tornou-se objeto da razão científica, passou a ser um corpo entre outros, muito importante, é certo, mas sem alma, sem sentido, uma coisa morta.

Através da ciência e sob a perspectiva da produção em grande escala, a água, assim como a terra, tornou-se instrumento especializado de produção, o resultado disso é que

[...] que certa vez havia sido uma comunidade biológica de plantas e animais tão complexos que os cientistas dificilmente poderiam compreender; o que havia sido mudado pelos agricultores tradicionais para um sistema ainda altamente diversificado para a plantação de produtos alimentícios locais e outros materiais, agora se tornou cada vez mais um aparato rigidamente restrito para competir em mercados ampliados para se obter o sucesso econômico.

Assim foram se intensificando as exigências em torno da produtividade e capacidade dos recursos agrícolas e aquíferos, tendo a ciência um papel

fundamental na elaboração das especializações/tecnicidades no manejo destes recursos. A expressão dessas medidas para a terra resultou na monocultura. Para os cursos d'água, as consequências foram as constantes transformações, desvios, canalizações, represamentos, reflexos de demandas cada vez maiores por abastecimento (fornecimento de água e esgoto) para pessoas, fábricas e atividades agrícolas, como também, posteriormente, a busca de recursos energéticos através das hidrelétricas, numa voracidade que parecia inesgotável. Sobre esta transformação intensiva, especializada e muitas vezes devastadora para a natureza que Cajingas-Rotundo (2003, p. 9) comenta nos seguintes termos:

La expansión comercial y tecnológica del modelo de civilización occidental ha ocasionado la transformación vertiginosa de un porcentaje considerable de los ecosistemas. Transformación caracterizada más por la uniformización y sobreexplotación que por la diversificación de los elementos que constituyen esos ecosistemas.

Para o filósofo Bertrand Russel (2001), este alinhamento entre ciência e o aspecto utilitarista da natureza, voltado em grande parte à razão econômica, se remete a tempos mais longínquos do que propriamente o século XVIII, período no qual a ciência a serviço da manipulação/controle da agricultura e das atividades voltadas à água intensifica-se. Russel esclarece que a associação entre ciência e economia é um dos matizes da modernidade e data a partir do século XV, tendo um longo processo de maturação de um modelo que se expressa fortemente do século XVII em diante. Para ele (idem, p. 240-241), esse fenômeno foi um desdobramento do Renascimento:

Surge diretamente da reanimação dos estudos empíricos, iniciada pela crítica de Ockham. Durante os dois séculos seguintes houve grandes avanços no campo científico. De importância fundamental foi a redescoberta do sistema heliocêntrico de Copérnico. [...] A partir do século XVII, as ciências físicas e matemáticas fazem rápidos progressos e, ao promoverem um grande desenvolvimento técnico, asseguram a posição dominante do Ocidente. A tradição científica, além de conferir benefícios materiais, é grande promotora do pensamento independente. Onde quer que a civilização ocidental se estenda, seus ideais políticos costumam acompanhar o rastro de sua expansão material.

Como vimos na síntese de Russel (2001), em diálogo com as asserções de Cajingas-Rotundo e Worter, economia, ciência e política cada vez mais se emparelharam sob a organização de um modelo universalizante, especializado e unilateral, que beneficiou a expansão capitalista, instituindo o Ocidente como força hegemônica e alterando a percepção e ação do mundo nos mais diferentes aspectos. Esses fatores condizem com as transformações nas paisagens e na expansão dos domínios geográficos na Europa com o apogeu dos Estados Modernos, como também na América.

3.1 MUDANÇA DE VALORES: MUDANÇA NA APREENSÃO DOS ESPAÇOS E DAS PAISAGENS

Com a dilatação dos espaços e a circunscrição de outras categorias de inteligibilidade dos sentidos e significados, a espacialidade foi se revestindo de aspectos impessoais e descorporificados (BAUMAN, 1999). O corpo humano deixou de ser “a medida de todas as coisas” como era outrora (KULA *apud* BAUMAN, 1999, p. 34). Bauman (1999, p. 37) analisa essa transformação como uma medida de organização e controle dos Estados que substituem as múltiplas práticas locais pela imposição de exercícios administrativos de parâmetro universal para todas as medidas e divisões.

[...] para obter controle legislativo e regulador sobre os padrões de interação e lealdades sociais, o Estado tinha que controlar a transparência do cenário no qual vários agentes envolvidos na interação são obrigados a atuar. A modernização dos arranjos sociais promovidos pelas práticas dos poderes modernos visava o estabelecimento e perpetuação do controle assim entendido. Um aspecto decisivo do processo modernizador foi, portanto, a prolongada guerra travada em nome da reorganização do espaço.

A impulsão das expansões territoriais e o desenvolvimento de raciocínio e tecnologia permitiu o controle cada vez mais expressivo, intelectual e territorial,

provocando um enorme deslocamento na realidade do homem medieval (RUSSEL, 2001, p. 243).

Junto com a difusão mais ampla da informação, os homens começaram a formar uma visão mais precisa da terra em que vivem. Conseguiu-se isso através de uma série de viagens de descobrimento, que propiciaram novas perspectivas para o impulso e ao espírito empreendedor do Ocidente (idem, p. 243).

Segundo Russel, esse deslocamento resultou em duas tendências opostas. A primeira fundamenta-se na “confiança no poder e na inventiva” humana; a segunda, contrária a essa confiança, advém das especulações filosóficas sobre a infinitude do espaço, relativizando a condição central dos homens no universo e, dessa forma, os desorientando. Embora contrárias, essas novas tendências engendraram e consolidaram um imaginário filosófico constituído sob a premissa de que o mundo estruturava-se conforme um padrão matemático, garantindo uma noção de estrutura e ordem que pudesse orientá-los nesse novo espaço (idem, p. 243-244).

Como vimos, as expansões marítimas contribuíram para estas duas tendências. O território incógnito, assustador e intrigante torna-se também um novo espaço passível de uma dominação legitimada por essa nova compreensão do espaço. Exemplo fiel desta tendência que estamos a retratar foi o grande número de trabalhos de crônicas e estudos sobre o Brasil desde 1500, quando Pero Vaz de Caminha realizou o primeiro registro descritivo sobre a nova terra descoberta. A partir de então, um longo caminho foi trilhado na catalogação e reconhecimento do Novo Mundo pelos viajantes estrangeiros (STRUMINSKI, 2013a).

A razão matemática, então, contribuiria para ambas as impressões, de confiança e temor, ao garantir a noção sistematizadora das coisas, pautada na ótica de lei universal “válida para todo lugar e tempo” (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007, p. 169). Cajigas-Rotundo argumenta que a construção de um sistema mundialmente articulado tem início no século XVI, “cuando Europa se constituye en ‘centro’ de una red de saber/poder” (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007, p. 169).

Discutindo os estudos do teórico decolonial Walter Mignolo, Castro-Gómez esclarece que a partilha dos espaços em uma divisão hierárquica dos territórios conhecidos remonta a noções formuladas ainda na Antiguidade, que foram mudando

alguns de seus matizes ao longo do tempo (MIGNOLO *apud* CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 54), revestindo-se na modernidade de uma expressão secular e pragmática (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007, p.171).

Na Antiguidade, Heródoto já teria formulado uma divisão tripartite do globo, em que as regiões seriam a Europa, África e Ásia. Sob a hegemonia da Europa, considerada portadora de povos mais civilizados e cultos, fora instituída “uma división poblacional de índole jerárquica y qualitativa.” (MIGNOLO *apud* CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 54).

Já na Idade Média, Castro-Gómez (2005) argumenta que Santo Agostinho reinterpreto esta divisão do mundo recondicionando-a ao cristianismo. Cada região corresponderia, a partir de então, ao assentamento de um dos filhos de Noé após o dilúvio. Ao filho predileto, Javé, fora destinada a Europa. Ásia e África recaíram aos filhos renegados pelo pai, desta forma, visto como inferiores. No entanto, as partes ainda não conhecidas, como o caso das Américas, de que maneira se estabeleceriam diante desse raciocínio?

El argumento de Mignolo es que la creencia en la superioridad *étnica* de Europa sobre las poblaciones colonizadas estaba emplazada sobre el esquema cognitivo de la división tripartita de la población mundial y sobre el imaginario del *Orbis universalis christianus*. La visión de los territorios americanos como una ‘prolongación de la tierra de Jafet’ hizo que la exploración de sus recursos naturales y el sometimiento militar de sus poblaciones fuera tenida como ‘justa y legítima’ porque solamente de Europa podía venir la luz del conocimiento verdadero sobre Dios. (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 54-55)

Outros fatores importantíssimos sobre as transformações referentes aos espaços e paisagens com o advento da modernidade e suas intersecções com as perspectivas elaboradas sobre a natureza resultam da busca de subordinação dos espaços sociais na elaboração de um único modelo de mapa oficial fomentado pelo Estado. Fora constituído um:

[...] esforço conjugado com e apoiado pela desqualificação de todos os outros mapas ou interpretações alternativos de espaço, assim como o desmantelamento de todas as instituições e esforços cartográficos além daqueles estabelecidos pelo Estado [...] A

estrutura espacial que surgiria no final desta guerra pelo espaço deveria ser perfeitamente legível para o poder estatal e seus agentes, ao mesmo tempo e que absolutamente imune ao processamento semântico por seus usuários ou vítimas – resistente a todas as iniciativas interpretativas de ‘base popular’ que podiam ainda saturar fragmentos do espaço com significados desconhecidos e ilegíveis para os poderes constituídos e assim tornar estes fragmentos invulneráveis ao controle de cima. (BAUMAN, 1999, p. 38).

Dessa forma, este empreendimento estatal de coordenar o espaço objetivamente conferiu à organização espacial um caráter de “estrita hierarquia de imagens”. Bauman conclui que a objetividade significava “primeiro e antes de mais nada” superioridade (idem, p. 38).

As novas técnicas na pintura do século XV, consolidadas por Alberti e Brunelleschi, contribuíram na execução dos novos mapas. A invenção da perspectiva foi “um ponto decisivo e autêntico” no processo de consolidação da concepção moderna de espaço e criação dos métodos para executá-las (idem, p. 38). Sua autenticidade reside na noção de que:

O olho do observador era o ponto de partida de toda a perspectiva; ele determinava o tamanho e as distâncias mútuas de todos os objetos que entravam neste campo e era o único ponto de referência para a localização dos objetos e do espaço. A novidade, porém, é que agora o olho do observador era um ‘olho humano enquanto tal’, um olho novo em folha, ‘impessoal’. Não importava mais quem eram os observadores; a única circunstância que contava era que se colocavam num determinado ponto de observação. Afirmava-se agora – era coisa tida de fato como certa – que qualquer observador colocado naquele ponto veria as relações espaciais entre os objetos exatamente da mesma forma (idem, p. 38).

Castro-Gómez (2005) também analisa esta tendência que fora se consolidando sobre os espaços geográficos e a política de intervenção unilateral dos Estados na garantia de sua hegemonia. Ele conceitua a noção atemporal e universal da cartografia sobre as terras além-mar como um mecanismo de controle dos espaços geográficos e sua gente (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007, p. 171) exercendo um discurso colonial arraigado às subjetividades, territorialidades e, ainda, segundo Cajinga-Rotundo, a sua natureza. Para Castro-Gómez (2005), a consolidação hierárquica realizada através da expansão capitalista denomina-se de *hybris* do

ponto zero. Vejamos em suas palavras o que viria a ser a *hybris* do ponto zero e quais seus desdobramentos:

Me refiero a una forma de conocimiento que eleva pretensiones de objetividad y cientificidad, partiendo del presupuesto de que el observador no forma parte de lo observado. Esta pretensión puede ser comparada con el pecado de la *hybris*, del cual hablaban los griegos, cuando los hombres querían, con arrogancia, elevarse al estatuto de dioses. Ubicarse en el punto cero equivale a tener el poder de un Dios absconditus que puede ver sin ser visto, es decir que puede observar el mundo sin tener que dar cuenta a nadie, ni siquiera a si mismo, de la legitimidad de tal observación. Equivale, por tanto, a instituir una visión del mundo reconocida como válida, universal, legítima y avalada por el Estado. Por ello, el punto cero es el del comienzo epistemológico absoluto, pero también el del control económico y social sobre el mundo (idem, p. 63).

A vinculação entre esta visão sistematizadora dos espaços, pessoas e naturezas no Novo Mundo, em relação com a agricultura e abastecimento, aponta que esta noção estrangeira, universalista e pragmática, transpassada por uma razão econômica expansionista, implicou em drásticas alterações nos antigos ecossistemas, condicionando-os, em maior ou menor grau, em um sistema de monocultura exportadora de larga escala (PRADO Jr, 1986).

O historiador Durval de Albuquerque Júnior (2007) ao problematizar a ciência moderna, dialoga com nossas discussões acerca da complexidade ambiental em razão de uma lógica simplificadora e homogeneizante dos espaços e paisagens. Para ele (idem, p. 31):

A ciência moderna enfatizou exageradamente o resultado final do processo de conhecimento, momento em que os objetos e os sujeitos apareciam bem definidos e classificados, identificados graças ao processo de análise, de separação, de ordenamento, de racionalização, silenciando ou escondendo as etapas intermediárias, as experiências falhadas, os híbridos, os monstros, os elos perdidos, os erros, as manipulações que foram necessárias antes que se chegasse a este estado de pureza e separação.

Neste mesmo sentido, Worster (2003) realiza uma análise das produções agrícolas e práticas científicas e suas mudanças na ordem capitalista, no que ele denominou de sistemas agroecológicos. O modelo deste sistema se estrutura pela

monocultura voltada para produções de larga escala pautado em métodos especializados e simplificadores, indiferentes às complexidades e interconexões de um ecossistema. Segundo o autor (idem, p. 35), este evento de transição abrangente teve início na Inglaterra e se expandiu para todas as partes do planeta, “os sistemas agroecológicos foram reformados a fim de intensificar, não apenas a produção de alimentos e fibras, mas a acumulação da riqueza pessoal”.

Worster (2003) exemplifica o entusiasmo neste modo de manejo e produção agrícola na pessoa de Tomas Jefferson, personagem altamente animado com as maravilhas das grandes produções de espécies exóticas, como o caso da implantação de amoreiras e com o cultivo da seda, na Virgínia. Esse entusiasmo, para o autor, é o resultado expressivo da concepção da época na qual a especialização “estava no coração do modo de produção capitalista”, desta forma, conclui que “não deveria surpreender a ninguém que a especialização eventualmente se tornaria a regra na agricultura e no uso da terra, assim como o é na manufatura” (idem, p. 35).

Para Worster (2003), por muito tempo os problemas relacionados à complexidade ecológica não foram fáceis de prever, muito em razão da descoberta e colonização das Américas, evento que ampliou enormemente as espécies de plantas conhecidas: como o caso do milho, batata, o fumo, entre outros. Este novo contexto influenciou na perspectiva dos espaços, dada a dilatação das escalas geográficas e, portanto, na concepção de abundância de matérias naturais, contribuindo com a ideia de inesgotabilidade desses espaços e elementos. Esse autor problematiza que um vetor essencial para entender a simplificação radical da agricultura no sistema capitalista está na ascensão quase simultânea deste novo modelo agrícola e a ciência moderna, relação muitas vezes antagônica. Por fim, Worster (idem, p. 36) indica a tendência de mercantilização, tanto da terra como da ciência, perceptível nessa última pela inclinação predominante no uso de fertilizantes químicos:

A ‘revolução agrícola’ que começou na Inglaterra durante o século XVIII foi um fenômeno dual: uma de suas metades foi capitalista; a outra, científica, e as duas metades nunca foram completamente compatíveis. Nos primeiros anos de seu relacionamento, os

reformadores de inclinação científica ensinaram aos agricultores ingleses tradicionais que enfrentavam o declínio da fertilidade do solo e o baixo rendimento das colheitas, a realizar a rotação de culturas, alternando plantas comerciais anuais com o pasto, para melhorar o uso dos animais e aumentar a oferta de adubo. As plantas recomendadas eram o nabo forrageiro, para alimentar o gado, e as leguminosas, tais como o trevo, para adicionar nitrogênio ao solo. [...] Por uns tempos, elas se mantiveram atrativas aos empresários em busca de lucros, que pregavam o evangelho do nabo e do trevo por toda a zona rural inglesa. Mas, em períodos posteriores, a maioria dos agricultores na Inglaterra e na América do Norte se afastaria lentamente dessas reformas, substituindo, por exemplo, as leguminosas fixadoras de nitrogênio por fertilizantes químicos. Um sistema de agricultura inspirado na biologia, baseado em cuidadosas rotações de culturas e que buscava um maior equilíbrio entre plantas e animais falhou ao não estabelecer-se de forma duradoura e confiável no imaginário dos proprietários de terras capitalistas. A razão para isso foi que, no longo prazo, este tipo de agricultura interferia com o sistema de economia de mercado.

No Brasil, temos exemplos emblemáticos sobre esta razão mercantil simplificadora, como o caso degradante que se instalou com a extração do pau-brasil, do ouro, do diamante, do cacau, da borracha, para citarmos somente as atividades com base extrativista (PRADO Jr, 1986). Ainda que se percebesse a degradação destes ecossistemas até quase seu esgotamento, a lógica do lucro prevalecia.

Maria Elizabeth Silvestre (2008) recorda que no Brasil a lei instituída em 1934 sobre as águas ainda estruturava-se tendo como razão a abundância desse recurso em território nacional, evidenciando a longa duração desta noção unilateral sobre os ecossistemas. Além do que, na década de 1930, existia um “desconhecimento ou desinteresse” pela complexidade de um ecossistema (STRUMINSKI, 2013b, p. 2). Struminski (idem, p. 2) afirma essa tendência usando como análise o ensaio realizado pelo juiz de direito Osny Duarte Pereira, em 1950, a respeito do direito florestal brasileiro. Nesse documento o jurista conclui:

O Brasil, talvez o país que possui a maior área florestada, é pobre em florestas homogêneas que permitem a exploração industrial em grande escala com vantagem, pois a mão de obra nas heterogêneas é muito dispendiosa, encarecendo o custo da produção.

Outro caso emblemático sobre o que estamos a discutir, a simplificação e mercantilização agrícola e aquífera e sua consequente transformação nos espaços e paisagens, está expresso na obra de José Augusto Drummond, **O jardim dentro da máquina**. Seu artigo analisa o reflorestamento da Floresta da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, no século XIX. Drummond esclarece que as políticas de preservação e recuperação florestal foram medidas do governo imperial para assegurar as fontes de abastecimento de águas para capital. O autor (1988, p. 286) conclui que, embora a urgência da resolução do problema, o processo de reflorestamento e garantia dos mananciais de águas potáveis para o Rio de Janeiro foram lentos e sofreram “com descontinuidades”.

As origens do problema com o abastecimento aquífero do Rio de Janeiro são explicadas sinteticamente pelo aumento demográfico da cidade e pela ascensão da monocultura cafeeira na região, o que Drummond (idem, p. 286) denominou de fator biológico-econômico:

Muitos bairros do Rio de Janeiro foram originalmente colonizados, como grandes fazendas de café, que se tornariam a unidade básica da agricultura, da economia e da exportação brasileira nos 150 anos seguintes. [...] Muitas fazendas tinham 60 mil pés de café; outras até cem mil. [...] As fazendas de café logo começaram a conquistar as encostas em torno da cidade. O café se deu muito bem com a latitude, a altitude, o solo, a temperatura, a umidade e as chuvas dos morros cariocas. Plantações de cana-de-açúcar, mandioca e outras culturas alimentares foram desalojadas, e dezenas de quilômetros quadrados de florestas virtualmente intocadas foram devastadas em duas ou três décadas. Entre elas estava a Floresta da Tijuca. No início do século XIX, aliás, o café da Floresta da Tijuca era considerado o café brasileiro de melhor qualidade.

A produção de café em grande escala foi o que causou a devastação das matas ciliares e nascentes, exigindo medidas da Coroa. No entanto, existiram entraves nesse processo de recuperação. Grande parte de área da floresta eram terras particulares e as iniciativas imperiais, como as desapropriações, “se arrastavam na burocracia” (idem, p. 287): “[a]s ordens de D. João VI para cessar o corte de árvores e realizar avaliações de terras para fins de desapropriação na serra da Tijuca foram solenemente ignoradas por mais de 30 anos” (idem, p. 286).

Esbarrada por interesses econômicos e morosidades administrativas, a história da Floresta da Tijuca teve um desfecho promissor. Hoje ela e seus leitos d'água estão completamente recuperados do quadro de devastação retratado acima.

Embora se fale muito nos dias de hoje em complexidade ambiental, biodiversidade, responsabilidade com as gerações futuras, a realidade atual não é muito diversa do que esboçamos acima em relação à simplificação dos ecossistemas, seu esgotamento e a preponderância de interesses econômicos nesses processos.

A condição atual do bioma Cerrado é o exemplo perfeito desses fatores todos conjugados. A produção em larga escala de soja no centro-oeste brasileiro sustenta grande parte da produção e consumo de porcos na China, que comporta o terceiro lugar no mercado de carnes mundial. A exportação para a China alterou a estrutura de produção agrícola e a paisagem nas Américas, especialmente, nos Estados Unidos, Argentina, Bolívia e Brasil. (GALL, 2012, p. 4). Norman Gall (idem, p. 4) esclarece que:

[...] escassez de água na China está se tornando um veículo de dependência mútua com o Brasil, e atinge uma escala nunca contemplada. A diminuição da capacidade chinesa de sua população tende a aumentar a dependência com o Brasil como uma fonte de 'água virtual' sob a forma de abastecimento de alimentos, enquanto que o Brasil se tornou dependente das exportações para a China para sustentar as atividades econômicas e equilibrar suas contas internacionais.

A expansão geográfica e o domínio territorial do Ocidente sobre outras regiões do globo são aspectos basilares para o entendimento das mudanças nas paisagens e espaços em larga escala. Por séculos esta estrutura de compreensão e manejo dos espaços foi consolidando uma economia de mercado global e a constituição de um modelo universalizante. As duas funções mais essenciais do homem em relação à água, no caso, a agricultura e abastecimento, também passaram por este crivo. Analisando alguns desdobramentos desse tipo de estrutura, pudemos correlacionar a água, pela agricultura e abastecimento em relação à expansão demográfica, à globalização econômica e à crise ecológica.

O exemplo dado da dinâmica entre o Cerrado brasileiro, com a produção em larga escala da soja, e a economia chinesa é emblemático por conjugar todos os fatores por nós abordados. Embora as relações capitalistas sejam extremamente complexas e abrangentes, podemos ainda assim vislumbrar um cenário comum de transição de um sistema múltiplo, voltado para a subsistência ou abastecimento local, para uma estrutura expansiva e especializada que chega “até o ponto de virtualmente nada produzirem para seu próprio consumo pessoal e direto” (WORSTER, 2003, p. 35).

Todavia, sabe-se que os aspectos universalizantes têm expressões e contextos particulares, locais. De que forma então, se manifestaram os postulados do modelo civilizacional ocidental no âmbito brasileiro?

3.1.1 A natureza, as águas e seus aparatos legisladores no Brasil

Buscamos identificar sumariamente as manifestações intelectuais, políticas e legislativas mais expressivas em relação à natureza e, em especial, à água, no Brasil a partir da chegada dos ocidentais, realizando um contraponto com as correntes mundiais.

Sobre o pensamento e prática relativos à natureza no Brasil, embora reconheçamos que existiram diferentes tradições e correntes intelectuais, podemos concluir, com respaldo nos estudos de Drummond e Franco (2012), que em linhas gerais a noção utilitarista esteve em primazia. Senão nas concepções e posicionamentos ecológicos em âmbito intelectual, nas ações práticas privadas e do Estado.

Acreditamos ser fundamental abordarmos duas manifestações de sentidos que se consolidaram em torno da natureza. Dois significados particulares a respeito da natureza, diacrônicos, porém, específicos. Sobre a paisagem do Novo Mundo constituíram-se tanto sentidos **edênicos** como **utilitaristas**. Um dos significados orbita mais no campo das ideias, enquanto o outro coteja o campo prático de uma

empreitada colonial e, por ora, ambos esbarram em esforços de inteligibilidade, síntese, coesão e hegemonia sobre este novo espaço (STRUMINSKI, 2013a).

Ao debruçarmo-nos sobre o estudo da relação das águas e suas legislações, nos ativemos mais sobre o sentido utilitarista, demonstrando sua pertinência prática e ordenadora em consonância com as normas políticas e econômicas. No entanto, acreditamos ser importante apontarmos que o sentido edênico exerceu, e ainda exerce, grande influência na construção da identidade nacional e seus significados a respeito da natureza. Enfatizamos, para tanto, que esses movimentos não são excludentes, mas elementos que constroem um quadro peculiar de significados e sentidos sobre determinado território. Struminski (2013a, p. 2) analisa uma das expressões do sentido edênico no período romântico, contribuinte de um discurso de coesão social:

Sem castelos medievais, templos romanos antigos e poucas batalhas heróicas para relembrar, sobravam o maior dos rios, a mais bela vegetação, cachoeiras gigantescas e árvores enormes. Entre palmeiras, abacaxis e aves silvestres, apareceriam caracterizados o monarca ou a nação, como na figura, tanto em técnicas tradicionais, como a pintura, como em inovadoras como a fotografia, da qual Pedro II foi entusiasta. Os índios actuavam como nobres no exuberante cenário da floresta brasileira e em total harmonia com ela.

Dessa forma, admitimos que a perspectiva edênica servisse aos discursos oficiais, sobrepujando a idéia de nação, através da sua natureza, ou do que dela era tido como natural, no caso, as populações indígenas. O mesmo autor, em outro artigo, oferece um exemplo da permeabilidade entre significado edênico da natureza e sua relação com o propósito colonial (utilitarista), acrescido das inclinações filosóficas do autor em questão. Vejamos como se revelam esses fatores na análise de Struminsk (2013b, p. 1) sobre a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel, noticiando as novas terras:

Caminha era um letrado, de formação humanista, assim ele se mostra muito mais interessado em descrever os povos indígenas e seus costumes que a natureza, o ambiente e os recursos do mundo que via, algo que eventualmente até teria mais interesse para a Coroa portuguesa. Mesmo assim é no documento de Caminha que

aparecem os primeiros registros de aves, peixes, reptéis e também uma descrição, no mínimo acertada da nova terra. “Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa”.

Como a análise de Struminski (2013b) conclui, os interesses nos domínios da nova terra eram enormes por parte da Coroa, num sentido pragmático de enriquecimento, ainda que o fascínio sobre o desconhecido seja igualmente relevante e verificável nos inúmeros relatos dos viajantes. Drummond e Franco (2012) discordam sobre a influência romântica, pelo menos depois dos séculos XVIII e XIX. Em seus estudos eles apresentam a predominância dos propósitos utilitaristas para a natureza. Sobre o pensamento dos séculos XVIII e XIX, eles (2012, p. 334-335) escrevem:

Ao contrário do que ocorreu na Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, onde a crítica à destruição do mundo natural esteve associada ao ethos romântico, no Brasil, o romantismo, como movimento cultural, alcançou pouca influência neste campo. Foram, ao contrário, os intelectuais racionalistas, influenciados pela herança do iluminismo, que construíram uma crítica pioneira à destruição impreviável do patrimônio natural brasileiro. Eles não tinham um interesse especial pelo valor estético ou intrínseco da natureza, mas sim pelo seu valor político e instrumental para o progresso material do país.

Com forte tendência para o conhecimento científico, a Primeira República também teve no utilitarismo sua mais forte expressão. “O interesse pela natureza coincidiu com o surgimento de preocupações com o rico patrimônio natural brasileiro, com base em argumentos tanto de utilidade econômica quanto de fruição estética.” (DRUMMOND; FRANCO, 2012, p. 334 e 335).

A preocupação estética é sintomática. Como analisam Drummond e Franco (2012), a visível devastação ocasionada com as grandes plantações de café, juntamente com o crescimento desordenado das cidades, foram os indicadores para que se consolidasse uma consciência de preservação. Políticos e intelectuais, depositários de suas esperanças na ciência, nela buscam fundamentos e estratégias de ação. No período, também a ciência é imbuída de uma noção de progresso, idealiza-se uma “modernização racional”. Progresso esse que deveria ser

propulsado pelo Estado; fator predominante nas decisões de nível executivo. Dessa forma, instaurou-se uma contradição. As pesquisas indicavam posturas mais cautelosas, mas para os sentidos práticos de uso da natureza como recurso, as ideias e propósitos com mais parcimônia, menos desenfreados, acabam por ser vencidos. A ordem do dia era a expansão acelerada das fronteiras agrícolas e do “uso imediatista dos recursos naturais considerados inexauríveis” (idem, p. 335 a 341). Em grande medida, isso pode ser entendido pelo tamanho das fronteiras do Brasil, fator que amortizava a ideia de escassez e, logo, preservação. Houve no período a consolidação da primeira reserva florestal e de instituições de pesquisa, mas o cenário nacional na perspectiva expansionista era promissor. O fato é que:

Se as ideias da Primeira República sobre a proteção da natureza e o uso racional dos recursos naturais não foram efetivadas no seu tempo, formaram uma linhagem de pensamento que ajudou a equacionar e legitimar as preocupações com o mundo natural, em associação com o desenvolvimento da ciência e um projeto de nação (idem, p. 341).

Anos mais tarde, a partir dos anos de 1920, decorrente da crise de abastecimento e financiamento internacionais, ocasionada pela Primeira Guerra (1914-1918), a elite brasileira reage com um forte ímpeto de organizar a sociedade e a política.

O ambiente político-intelectual brasileiro nas décadas de 1920-1940 era de intenso nacionalismo, aliado ao desejo de modernização da sociedade e das instituições do Estado. Diversos temas foram objeto de debate neste período. [...] No caso da proteção à natureza, este grupo razoavelmente organizado, constituído em sua maioria por cientistas, intelectuais e funcionários públicos, formulou um discurso que garantiu a sua inserção no contexto político-intelectual. Este relativo sucesso se liga ao fato de terem acoplado as suas preocupações com a proteção da natureza à questão de identidade nacional. Isso implicou na apropriação e elaboração de tradições de pensamentos que envolviam um conhecimento científico do mundo natural e a ideia de que ele deveria ser conservado por motivos econômicos e estéticos (idem, p. 343).

Mais uma vez, ainda que por outras formas, o utilitarismo se expressa. Ainda, em alguma proporção, está presente o sentido edênico. Com uma versão muito

menos cristã, o Éden reveste-se de enigmático e belo. Esta equação, entre utilitarismo e estética, se desenvolveu tão bem na história do pensamento correspondente à natureza no Brasil, que vale a pena retratar.

Observando a corrente mundial de influência dos dois movimentos estadunidenses acerca da natureza, o preservacionista e conservacionista, Drummond e Franco notam que a polarização das correntes no país de origem, aqui se dilui em nome de uma terceira via, com fortes critérios econômicos. Preservação e entendimento de explorações de recursos naturais a partir de uma racionalidade científica não se polarizavam como de costume em outras partes do globo:

Os argumentos utilitaristas coexistiam em harmonia com os de ordem estética. Enquanto nos EUA essas perspectivas se opunham, gerando tensões entre órgão de governo e entre correntes de pensamento, no Brasil elas eram partes de um projeto maior que vinculava a natureza à construção da nacionalidade (idem, p. 346).

Embora este quadro tenha ainda, no decorrer da história brasileira, se sobreposto a tantas outras correntes e diálogos, nas quais se desenvolveram estudos e práticas em termos de ações ambientais no mundo, Drummond e Franco reconhecem o utilitarismo como um eixo articulador nos diferentes momentos da história de nosso país. Eles articulam essa tendência desde suas primeiras manifestações na década de 1920 até os dias atuais. Fazendo uma síntese analítica de todo este processo, partindo de 1920, eles (idem, p. 346) concluem:

No plano mais geral da sociedade e da economia nacionais, esse grupo [adeptos às pesquisas e programas de preservação e, preocupados com a proteção da natureza] teve a sua visão frustrada ou, ao menos, eclipsada por muitas décadas. Prevaleceu o projeto político mais amplo de desenvolvimento, que se tornou hegemônico até os dias atuais. Esse projeto prioriza o crescimento econômico, mesmo que à custa da devastação da natureza. Fosse a iniciativa privada ou o Estado a explorar os recursos naturais, a nossa sociedade e os seus governos apoiaram e continuam a apoiar o crescimento econômico a qualquer custo”.

O panorama exposto acima explicita as proposições hegemônicas, pelas quais as noções e sentidos voltados à natureza foram cada vez mais se apropriando de um papel utilitarista e unilateral, equalizando as outras forças em torno de sua

razão. Reconhecido todo movimento de correntes intelectuais e políticas em torno do tema, nos interessa adiante capturar como a legislação brasileira foi ao longo do tempo constituindo-se em relação às águas.

A mais recente legislação referente às águas no Brasil é a lei 9433/97. Anterior a ela existiu o Código das Águas de 1934, instituído através do Decreto 24.643. Segundo Maria Elisabeth Silvestre, antes desse decreto inexistia uma “regulamentação específica acerca da apropriação e uso da água” (SILVESTRE, 2008, p. 8).

No Brasil, as águas, assim como os demais recursos naturais, obedeciam às normas de posse da terra, sendo indissociáveis a posse ou propriedade do solo, do subsolo e das águas, muito em razão de uma noção de abundância (idem, p. 8). Sobre essa noção, devemos esclarecer que o propósito de todos os elementos naturais passava por um crivo simplificador que tonificava cada um dos elementos sob a ótica de sua utilidade, ou seja, se eram esses passíveis, ou não, de gerarem ou fomentarem lucros. A natureza, nesse sentido, apresentava-se como uma amálgama de recursos, na qual o meio terrestre sobrepunha-se dentro de uma hierarquia utilitarista. Tejerina-Garro (2008) argumenta que esta proposição, de superioridade dos ambientes terrestres sobre os ambientes lóticos, tem um tempo longínquo e que nem mesmo a ascensão de novos paradigmas acerca do ambiente foi capaz de transpor em definitivo estas noções:

Mesmo com os recentes avanços em relação aos requisitos necessários à escolha de locais adequados para conservação e à nossa compreensão da magnitude do termo ‘ambiente’, é claramente observado que o processo de conservação dá maior ênfase aos ambientes terrestres que aos aquáticos. Esta situação parece estar vinculada à visão que se tem do meio aquático, ou seja, este é visto, frequentemente, como integrante da paisagem terrestre ou como uma unidade que está vinculada à paisagem terrestre por ligações existentes na interface água-terra e, menos frequentemente como uma paisagem em si. Além disso, a familiaridade das pessoas com o meio terrestre é maior, pelo fato dele ser facilmente observado em contraposição ao meio aquático (idem, p. 19).

Desta forma, analisando a história do Brasil nas relações referentes à água, constata-se que as posses da terra e da água não se distinguiram expressivamente

até o século XX, embora seja importante ressaltar que desde o Brasil Colonial existiam aparatos de intervenção sobre seu uso. Havia por parte da Coroa uma preocupação ao estabelecer regulamentos que visassem o bem comum da água, conciliando o direito de propriedade com o direito de seu acesso, conforme indica a normatização abaixo:

Os donos das propriedades que no futuro viessem a ser muradas ou valadas não se obrigavam a dar caminho ou passagem por suas terras; todavia, estavam obrigados a deixar passar a água e conservar o aqueduto. Caso a mudança do aqueduto não prejudicasse a passagem da água, tais proprietários poderiam requerê-la, mas, deveriam arcar com os custos da obra (SILVESTRE, 2008, p. 9).

Observamos, por parte da Coroa, intervenções sobre o uso das águas. Para que se realizassem obras como canais, derivações ou aquedutos requeria-se um pedido de licença a um Ministério da Vara Branca do Termo ou da Comarca. Tratando-se de terras nobres e muradas e quintais de prédios urbanos, nas cidades ou vilas, a concessão era expressa em uma Resolução de sua Majestade. (idem, p. 9). A presença da Coroa sobre os recursos aquíferos se expressa também nas Ordenações Filipinas: “[...] os rios navegáveis, e os que se fazem navegáveis, se são caudais que correm todo o tempo ainda que de uso [...] comum a toda a gente [...] sempre a propriedade deles fica no Patrimônio Real” (SILVESTRE, 2008, p. 8).

Podemos, portanto, vislumbrar que o direito à propriedade sobre as águas, assim como de outros recursos naturais, existia sob vigilância. Esse fato, porém, não contradizia a posse pautada pelo meio terrestre em todas suas dimensões – solo, subsolo e leitos d’água. Todas essas dimensões de um espaço eram compreendidas como integrantes do ambiente, ainda que distinguidas por seu grau de relevância. As dimensões eram hierarquizadas conforme seus propósitos de aproveitamento, articulados sob a ótica da posse da terra (TEJERINA-GARRO, 2008). Segundo Silvestre (2008), o advento do Império e, posteriormente, da República, pouco alteraram esse quadro, já que os direitos de regulamentação reais passaram a ser exercidos, sem rupturas, pela legislação nacional.

Sobre este contexto no cenário brasileiro, da posse da terra e a razão hegemônica do ambiente terrestre sobre o aquático, Silvestre ressalta que nos contextos legais sobre os direitos à propriedade, suas normatizações e usufruto, o que realmente importava era o domínio sobre uma área. O direito era circunscrito pela posse do espaço:

Finalmente, cabe observar que a titularidade de um curso d'água não implicava grande diferença no que tange a sua apropriação. Aqueles que detinham o uso da terra usufruíam livremente das águas que a banhavam. Proprietários ou simples posseiro, o decisivo era a capacidade de exercer poder sobre a terra e, conseqüentemente, sobre os recursos que nela existiam. Na zona rural as contestações envolvendo o uso da água frequentemente se apresentavam na forma de luta pela terra e, como tal eram resolvidas. Prevalecia a vontade do mais forte, sem maiores preocupações com a legalidade ou legitimidade das ações envolvidas (SILVESTRE, 2008, p. 10 e 11).

Foi a partir da Constituição de 1934 que ocorreram alterações referentes à água no Brasil, condizentes com a política desenvolvimentista e interventora de Vargas, preocupada com o fomento da industrialização nacional. A nova constituição desembarçou qualquer impedimento que houvesse à “apropriação da natureza pelo capital industrial”, logo, converteu “sua transformação de riqueza natural em mercadoria” (idem, p. 11). As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água, passaram a constituir-se como propriedade distinta do solo, no que se refere a seu aproveitamento exploratório ou voltado à indústria, como institui o artigo 118, da Constituição de 1934 (SILVESTRE, 2008).

O novo Código previa a irrefutabilidade da água como condição primordial de direito à vida e sua manutenção. Prestou atenção aos inúmeros fins a que ela se destinava, legislando sobre a derivação das águas públicas para fins agrícolas, industriais ou de saúde garantidos pela possibilidade de concessões, e criou concessões para cada uma de suas destinações. No entanto, as concessões nunca se efetivaram, podendo as atividades agrícolas, industriais, de saneamento e abastecimento serem desenvolvidas sem empecilhos. A regulamentação desses usos só foi outorgada para as indústrias hidrelétricas, por verem nessa atividade um grande empreendimento fomentador de lucros.

Silvestre (2008) esclarece em três razões o motivo pelo qual não ocorreu a regulamentação das concessões e autorizações para a derivação das atividades citadas acima. Segundo a autora, a dimensão territorial do Brasil impossibilitava o controle das outorgas e os recursos aquíferos eram considerados abundantes. Uma segunda razão era a demanda de uma infraestrutura técnica e institucional onerosa e complexa para dar cabo deste controle e, por fim, compreendia-se que a água era elemento fundamental para os propósitos de urbanização e industrialização encabeçados pelo governo. Assim, o propósito era possibilitar, sem entraves, as atividades que contribuíssem para esta noção de desenvolvimento.

O desenvolvimento, tendo como baluarte a indústria e as cidades, define os alcances legais acerca das águas no Brasil. Tejerina-Garro (2008) comenta que em meados de 1920 já existiam conhecimentos básicos necessários e propícios à conservação e apreensão sobre os ecossistemas e suas biodiversidades, porém, esse autor pontua que existe uma grande “defasagem” entre a geração de um conhecimento e seu aprimoramento para atuações práticas. À luz dessa afirmação nos perguntamos: quanto os interesses econômicos e políticos aceleram ou retardam os referidos aprimoramentos?

Por outro lado, algumas preocupações conservacionistas foram consideradas nas ordens práticas do novo Código que estamos analisando, exatamente por corresponderem às demandas de bom funcionamento da política desenvolvimentista em vigor. O Código das Águas teve grande atenção em assegurar a quantidade e qualidade das águas:

[...] demonstrando coerência interna, adequação ao projeto de industrialização e às prioridades estabelecidas, o código tratou especificamente das ações que pudessem vir a obstruir o curso das águas e modificar seu volume temporal (SILVESTRE, 2008, p. 14).

Sobre as suas qualidades, garantiam no cumprimento da lei que houvesse as medidas de purificação das águas contaminadas e a punição aos infratores. Embora estas preocupações sejam constatadas e condizerem com o projeto político do momento, a conclusão sobre seu cumprimento é de que:

Em nome do desenvolvimento, não apenas a derivação das águas foi livre. Como receptáculo de efluentes líquidos e resíduos sólidos das indústrias e cidades ou através do escoamento e infiltração em solo contaminado pelo uso de pesticidas e herbicidas, progressivamente os mananciais foram sendo poluídos. Lentamente, o desenvolvimento produzia a escassez (SILVESTRE, 2008, p. 15).

Dessa forma, várias das obrigatoriedades e direitos não foram efetivamente cumpridos, ora por falta de órgãos administrativos competentes que iriam encarregar-se dessa tarefa, ora pelas correlações de forças e interesses que prevaleciam em benefício de uma razão político-econômica. “Aliás, a garantia formal de direitos jamais significou seu pleno exercício” (idem, p. 15).

Esse tipo de dicotomia é muito presente no desenvolvimento de Goiânia. Existia uma preocupação clara no projeto inicial da cidade, executado por Atílio Corrêa Lima, que se respeitassem as áreas destinadas aos perímetros agrícolas que, por sua vez, iriam garantir entre outras coisas a boa condição de abastecimento de água à cidade. Atílio dividiu os limites de Goiânia em dois tipos de zoneamentos: a zona residencial urbana e suburbana. “Todo o território não compreendido nas zonas precedentes é destinado à cultura do solo e à pequena agricultura.” (LIMA *apud* MONTEIRO, 1938, p. 141). O arquiteto (idem, p. 141) justifica a adoção dos zoneamentos explanando:

O zoneamento da cidade é feito procurando satisfazer as tendências modernas de localizar os diversos elementos da cidade em zonas demarcadas, a fim de não só obter a melhor organização dos serviços públicos, como também, para facilitar certos problemas técnicos econômicos e sanitários, não falando aqui na estética.

O projeto foi levado a cabo até os anos de 1950, a partir de então Goiânia teve índices de crescimento expressivos que se sustentaram nas três décadas seguintes. Para Moysés (2009, p. 82), este movimento migratório resulta da condição de fronteira da cidade, incentivada pela política desenvolvimentista voltada ao interior brasileiro, promovida por Getúlio Vargas, com a “marcha para o oeste”. Goiânia corresponde ao entreposto comercial de produção e força de trabalho no território nacional e, por isso mesmo, reveste-se da condição de um lugar tido como “Eldorado”.

O resultado estrutural, no que tange às questões socioambientais, é que as famílias de baixo poder aquisitivo que adensavam a cidade viram-se lançadas cada vez mais para a periferia dos espaços centrais. De um lado, através da compra de lotes em conjuntos habitacionais de baixa qualidade, parcelados pelo Estado, localizados em antigas áreas rurais “à revelia da legislação urbana vigente” (idem, p. 82); de outro, ocupando as margens dos cursos d’água na forma de favelas ou invasões. Em ambos os casos, as áreas de reserva ambiental foram deterioradas, comprometendo o abastecimento de água da cidade.

Portanto, o rio Meia Ponte, em sua condição atual, é resultado desse contexto, a partir de 1930. Estamos a falar de um rio, dentro de uma cidade planejada, situada em uma região que viu sua pujança demográfica no projeto de interiorização e urbanização nacional. A condição atual do Meia Ponte corresponde aos projetos políticos nacionais em diversos aspectos, embrenhando-se nas decisões políticas, administrativas e econômicas. Mais ainda, seu contexto faz parte de uma ordem econômica e política transnacional, à medida que engendra uma estrutura fundamentada no agronegócio exportador de grãos e carnes e que comporta, em seu território, multinacionais.

Desse modo, a condição do Meia Ponte em Goiânia tem uma interface de degradação e superexploração vinculada à política de economia globalizada, na qual Boaventura de Souza Santos conclui que “ de todos os problemas enfrentados pelo sistema mundial, a degradação ambiental é talvez o mais intrinsecamente transnacional.” (SANTOS, 2003, p. 296).

O primeiro dilema acarretado por esta estrutura condiz com a distribuição dos custos e consequências desta degradação para grande parte da população mundial, em benefício de uma pequena minoria. As responsabilidades sociais, considerando as gerações presentes e futuras, são também um grande problema, ao passo que as medidas políticas mostram-se cada vez mais “dominadas por lógicas, cálculos e compromissos de curto prazo” (idem, p. 299), contrárias às agendas intergeracionais e de longa duração, visto que os sujeitos econômicos hegemônicos:

[...] não se sentem devedores de lealdade ou de responsabilidade para com nenhum país, região ou localidade do sistema mundial.

Lealdade e responsabilidade só se assumem perante acionistas e, mesmo assim, dentro de alguns limites. (idem, p. 299)

Por fim, Boaventura de Souza Santos (2003, p. 300) ainda argumenta a atual situação de regressão dos Estados Nacionais como instituições de centralização e regulamentação, concluindo que:

A erosão do poder dos Estados nacionais não foi compensada pelo aumento de poder de qualquer instância transnacional com capacidade, vocação e cultura institucional viradas para a resolução solidária dos problemas globais.

Diante dessa crítica, podemos nos perguntar qual é ainda o alcance de prática do Estado brasileiro em relação a seus recursos hídricos na atualidade? Considerando o cenário brasileiro a partir do século XX, Fonseca defende que a legislação vigente acerca das águas e recursos hídricos brasileiros, a lei 9.433, de 9 de janeiro de 1997, é uma política “moderna, avançada e, ao que tudo indica, factível” para a gestão das águas no Brasil (FONSECA, 2004, p. 82). O autor argumenta que seus parâmetros alinham-se às discussões ocorridas a partir de 1980, com o surgimento dos movimentos ambientalistas. Fonseca (idem, p. 82) contextualiza a nova legislação em relação ao Código das Águas de 1934 nos seguintes termos:

Este código [1934], apesar de ser considerado um importante marco jurídico, privilegiava os usos de aproveitamento hidrelétrico da água e não era eficaz nos problemas que se intensificaram no século XX a partir do crescimento econômico/populacional e da forte urbanização: poluição dos corpos d’água, enchentes, aumento da demanda de água na indústria e na agricultura, conflitos de uso, secas, etc.

Em contraponto à análise de Fonseca, que entende a lei 9.433 como avançada, nos reportamos à afirmativa de Tejerina-Garro (2008), na qual ele pontua a defasagem entre os avanços no conhecimento e a morosidade, ou inexistência, da transição em aprimoramento e apropriações práticas. A lei de 1997, de fato, é uma lei moderna por formular-se à luz dos problemas contemporâneos e articular em seus fundamentos aspectos sobre as exigências múltiplas. No entanto,

considerando a perspectiva de conservação de um ecossistema, tomamos como contraponto as considerações de Tejerina-Garro, nas quais o autor defende que deveriam ser adotadas pelos processos jurídicos e institucionais outras escalas de mensuração e manejo dos recursos hídricos brasileiros. Como vimos, sua defesa é que se amplie a escala de planejamento, intervenção e manejo dos recursos hídricos, reconhecendo a totalidade de uma bacia hidrográfica e extinguido a prática de ações pontuais. O quê afinal impede, comprovada a validade científica desse argumento, que esta resolução seja executada, defendida pelo Estado?

Subentende-se que a complexidade ambiental, a preocupação com a preservação dos ecossistemas, o compromisso ético de garantir a sobrevivência às gerações futuras, são discursos distantes de uma realidade na qual a factibilidade tende aos propósitos políticos e econômicos em detrimento dos ecológicos e sociais. Como a dinâmica entre os fatores políticos, econômicos e socioambientais se articulam na cidade de Goiânia e quais suas inúmeras expressões é o que trataremos a seguir, na segunda parte da dissertação.

PARTE II
A CIDADE E O RIO

CAPÍTULO 4

A CIDADE E O RIO

Sabe-se que a coexistência da bacia hidrográfica do Meia Ponte com os homens data de um tempo longínquo e que foram inúmeras as mudanças deste ambiente – por fenômenos naturais ou antrópicos – ao longo deste contato. Cingimos as conexões possíveis que vislumbram esta relação entre homens e a bacia, desde sua constituição. Especificamos a constituição desta bacia e as ocupações antrópicas na região do Cerrado que coincidem no Holoceno. A história de ocupação da região por caçadores coletores para a ocupação por cultivadores ceramistas é marcada por um verdadeiro hiato. “As informações apresentam-se escassas, apoiando-se em reduzido número de datação por C14, que não marcam sequer o começo nem o transcurso completo da ocupação.” (BARBOSA; SCHMIZ, 1998, p. 26).

Rubin (2002) sinaliza 42 sítios arqueológicos e pontos prováveis identificados nas proximidades da bacia do Meia Ponte. Porém, as datações absolutas destes assentamentos pré-históricos são inconclusas, sendo que a mais antiga chega a aproximadamente 2.280 A.P. e 1220 A.P. Sobre as ocupações indígenas, sabe-se que a bacia fora ocupada por grupos Kayapó do Sul, grupos que desenvolviam a cultura do milho, batata doce e inhame, realizada em forma de rodízio de território (BARBOSA; SCHMIZ, 1998, p. 30). De anos em anos as áreas de cultivos eram abandonadas à espera de uma recuperação dos recursos naturais, que se seguia a uma nova ocupação. Sobre o assunto, Rubin assevera com base nos estudos realizados na região, que:

O impacto ambiental causado pelas aldeias dos grupos Kayapós foi mínimo, semelhante aos grupos pré-históricos, se comparado àquele produzido pela sociedade moderna. Porém, igualmente, provocou erosão do solo, assoreamento dos recursos hídricos, desmatamentos, etc., ao que parece, dentro de uma ótica conservacionista, que incluía o rodízio na ocupação das áreas. Mesmo assim, produziram depósitos tecnógenos induzidos e construídos (RUBIN, 2002, p. 72).

As estruturas sociais indígenas sofreram drasticamente a partir da intensificação do contato com os colonizadores, desde a descoberta do ouro, em 1722, e a consequente ocupação de populações brancas a partir de então. Quinze cidades foram criadas no alto curso da bacia do Meia Ponte do século XVIII em diante, sendo o arraial do Bonfim, fundado em 1774, hoje município de Silvânia, o povoado mais antigo. Em 1816, surge o segundo arraial, com o nome de Campinas, hoje um dos bairros de Goiânia (RUBIN, 2002, p. 73).

Os bandeirantes registraram a presença dos Kayapós do Sul na região a partir de 1726, “mas provavelmente já teriam sido contactados desde o fim do século anterior”, com o advento das bandeiras esparsas realizadas em busca de escravos, ouro e pedras preciosas (BARBOSA; SCHMIZ, 1998, p. 28-29). O desfecho do encontro entre autóctones e estrangeiros, a partir do assentamento de colonizadores na região, resultou em um cenário de arruinamento para os primeiros:

Devido à resistência que o forte contingente de seus homens opôs à colonização branca, foram violentamente combatidos desde 1739. Pacificados em 1781, os habitantes de suas quatro aldeias foram reunidos no aldeamento de Maria I. Neste mesmo momento já aparecem altamente dizimados, restando apenas 687 indivíduos de uma população estimada em 3000 índios. Em 1813, os 129 sobreviventes foram transferidos para São José de Mossâmedes. Em 1910, registrou-se a sobrevivência de 30 a 40 indivíduos abaixo do Salto Vermelho do Rio Grande (Araguaia), desaparecidos posteriormente (BARBOSA; SCHMIZ, 1998, p. 30).

Desta nova ocupação, novas formas de coexistência com a natureza se estabeleceram. Na região do alto curso da bacia do Meia Ponte, desenvolveu-se principalmente a prática da pecuária (RUBIN, 2002, p. 73). Com o declínio aurífero, outras atividades foram privilegiadas, como a pequena agricultura. Os impactos antrópicos em relação ao rio, decorrentes das práticas de organização em sua dependência, foram se intensificando. Chegando enfim à problematização de nosso recorte temporal, Rubin (2002, p. 73) adverte ser a construção de Goiânia a mais grave intervenção antrópica para a bacia, “quando os recursos naturais da região foram explorados intensamente, dando início à fase de degradação da bacia hidrográfica em consideração”. Sobre esse fenômeno é que nos debruçaremos a partir de então.

4.1 GOIÂNIA

Uma cidade carrega em si a multiplicidade, isso é sabido. Todavia, as cidades, além de suas complexidades, possuem um caráter singular, diferente de outras organizações espaciais, como por exemplo, o campo, espaço marcado pela pouca mobilidade e com uma noção de tempo muito mais ritmada pelas mudanças naturais. A cidade é condicionada pela noção de mobilidade; comunicação dinâmica; aglomerado populacional; multiplicidade de trabalhos especializados e atividades econômicas; assim como espaço privilegiado do campo político. Todos esses elementos são agregadores de um conjunto fragmentado, que Park (1973) reconhece como um mosaico, aspecto presente também na subjetividade de seus habitantes. Portanto, o urbano abarca em si uma unicidade dentro da fragmentação. As características apresentadas acima são constituintes da condição urbana, reconhecidas com maior ou menor força; se relacionam e influenciam no espaço citadino, expresso nas práticas cotidianas, pelos rituais, códigos de civilidade e imaginário. Ainda considerando a unicidade, sabe-se que as cidades são específicas umas das outras; não se confunde a cidade de São Paulo com o Rio de Janeiro, ou Salvador, Belo Horizonte, Goiânia, João Pessoa, ou outras. Nesse sentido que Pesavento (2007, p. 4) considera indispensável recorrer aos “deuses da cidade”, com o propósito de identificar os elementos comuns que distingam uma cidade das outras:

Tal como os antigos, que buscavam o espírito das cidades invocando o nome dos deuses que presidiram a sua fundação, os homens modernos precisam exercer uma espécie de despojamento do olhar, identificando, simplificando e reduzindo a multiplicidade de traços que uma cidade oferece para dizer quem é.

Evocando os elementos mais genuínos de Goiânia, emergem como primordiais as noções de **modernidade** e **vínculo com a natureza**. Ambos os elementos, embora permaneçam com as mesmas duas formas, mudaram ao longo do tempo suas significações, reflexo dos processos históricos pelos quais passaram. Elaboramos um apanhado sumário destes elementos em relação à natureza, à água

e ao Meia Ponte, a fim de identificar as redes de convergência entre eles. Nosso foco foi identificar os elementos primordiais da cidade em interlocução com os simbolismos constituídos acerca do rio. Para tanto, buscamos manifestações desses simbolismos nos discursos e imaginários que intervieram e intervêm nas representações e práticas referentes à cidade e ao rio.

4.2 EM BUSCA DA MODERNIDADE

“Quantas cidades se desenvolveram mal e se tornaram organizações raquíticas, por não haver cuidado convenientemente dos seus arredores. Deles elas recebem múltiplos elementos de vida, sendo, pois, indispensável que o plano de qualquer centro urbano envolva os terrenos circunvizinhos, preestabelecendo-lhes o destino.”
Armando Augusto de Godói

Algumas aspirações para a nova capital do estado nos permitem a percepção mais aproximada dos fundamentos nos quais se balizava uma cidade no período do Estado Novo. Não só em Goiânia como em todo o Brasil, o discurso político hegemônico era o da modernidade e os anseios modernos estão intrinsicamente relacionados à noção de desenvolvimento. Todavia, tanto o conceito de modernidade como o de desenvolvimento sofreram alterações com o passar do tempo. O rio e a cidade não passaram ilesos a essas transformações. Veremos alguns pontos fundamentais deste processo.

A transferência da capital foi um esforço político conjunto, em graus diferentes de interesses, regionais e nacionais, de alijar as oligarquias até então no poder, no caso, os Caiado. A feição nacionalista e cientificista do Estado tinha o forte propósito de modernizar a sociedade e as instituições do governo a partir de pressupostos desenvolvimentistas (DRUMMOND; FRANCO, 2012). Nesse contexto, o Centro-Oeste, principalmente o sul goiano, passa a ser peça essencial na integração e modernização nacional:

O sul do estado ganha, aqui, dimensões que vão além de sua localização geográfica ou regionalização. Ele ganha dimensão política e econômica e passa a representar uma nova lógica do

pensamento político dominado pela ideologia industrial do sudoeste brasileiro. O sul e sudeste goianos representam, juntos, a aliança com o capital industrial que chegou com os trilhos da Estrada de Ferro Goiás (Mogiana). Para tanto, a localização geográfica da área de construção da nova capital goiana no centro do país facilitou este propósito metropolitano, pois a ideia de articular as regiões centro-oeste e norte com a economia de mercado do sudeste brasileiro passava pela estruturação de uma “base central” de redistribuição de mercadorias, serviços e capitais para o Centro-Oeste e o Norte do país. Por isso, sua implantação próxima à ferrovia que vinha do sudeste e passava pelo Triângulo Mineiro (OLIVEIRA, 2011, p. 58).

Goiânia, desde sua idealização – resultado da política desenvolvimentista voltada ao interior brasileiro promovida por Getúlio Vargas com a “marcha para o oeste” – foi concebida como território de expansão agrícola e entreposto comercial. A cidade corresponderia ao entreposto comercial, de produção e força de trabalho no território nacional e, por isso mesmo, revestiu-se da condição de um lugar tido como “Eldorado” (MOYSÉS, 2009, p. 82).

Nos anos 1930, a produção e economia da região se assentavam principalmente no cultivo de grãos, na pecuária e extrativismo mineral e florestal, com uma oferta e potencial de exportação pouco diversificados. As atividades eram de natureza tradicional, voltadas para o escoamento de produção, majoritariamente, na própria região. No entanto, correspondendo aos ensejos de transformá-la em uma região de fronteira, passou a cumprir seu papel de produtora de excedentes para exportação, com intuito de contribuir para o equilíbrio da balança comercial brasileira (MOYSÉS, 2004, p. 79-82).

Os resultados deste novo papel para a produção econômica da região, já com grandes modificações estruturais nos anos 1960, geraram uma agricultura altamente capitalizada e tecnificada:

Ao longo do tempo, Goiânia foi se metropolizando e o campo foi se modernizando cada vez mais. A produção rural não era somente para atender aos grandes centros brasileiros e sim centros mundiais. O arroz dá lugar ao milho e depois à soja, que na atualidade está dando lugar ao “re-encontro” da agricultura brasileira com a cana-de-açúcar (OLIVEIRA, 2011, p. 12).

Um dos efeitos adversos deste novo contexto na região foi o êxodo rural. Fatores como a mecanização do campo, grilagem de terras e a concentração latifundiária mudaram completamente o cenário do campo e cidades do Centro-Oeste brasileiro. Desapropriadas dos seus meios de produção, as pessoas migraram massivamente para as cidades, o maior polo de atração até os anos de 1980¹⁰ foi a cidade de Goiânia. O “Eldorado” do Cerrado firmava-se como centro de atração para trabalhadores que tinham como maior atividade a construção civil. A economia da cidade, nessa nova dinâmica da região, consolidou-se como previsto em polo de influência na “rede de distribuição e redistribuição da produção industrial do sudeste brasileiro para o território goiano e sua região de influência – estados do Norte e Nordeste” e, com o tempo, a oferta de serviços tomou o mesmo rumo (OLIVEIRA, 2011, p. 66).

A marcha para o Oeste trilhara bem alguns de seus itinerários previstos em nome do desenvolvimento e progresso nacional. Outros caminhos projetados tomaram percursos mais sinuosos. Na concepção de modernidade dos anos de 1930 para o Brasil, dois fatores eram tidos como fundamentais: a industrialização e, como um de seus elementos indispensáveis, o fomento à energia elétrica. Esses fatores foram contemplados no projeto da cidade de Goiânia. Nas considerações do arquiteto urbanista Armando de Godói, responsável pelo relatório de homologação da região próxima a Campinas como ideal para a construção da nova capital, assim como nas de Atílio Corrêa Lima, arquiteto contratado para planejar a cidade, evidencia-se a preocupação com a industrialização e energia elétrica. Sobre a visão moderna de cidade e sua filiação à indústria, Godoi (1938, p. 49) disserta:

Hoje, graças à evolução social e à circunstância de ter a humanidade entrado francamente na fase industrial, a cidade moderna é um

¹⁰ Eliezer Cardoso de Oliveira (1999, p. 113 e 114) demonstra que, a partir do ano de 1980, os municípios situados no entorno de Goiânia passam a apresentar um crescimento demográfico maior do que a própria capital. Sendo Goiânia um polo aglutinador, de trabalho e serviços, as pessoas instalaram-se em seu entorno, tanto quanto na própria cidade. Como resposta a este fenômeno, em 1979 foi elaborada a Carta da Grande Goiânia, redigida com a participação dos municípios de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista, Guapó, Nerópolis e Trindade. Pretendiam dar conta de demandas que já não podiam ser pensadas só no plano do município, como por exemplo, comércio, transporte público e aprovação de loteamentos. A partir de então, oficialmente se admite e analisa a influência das cidades entre si, reconhecendo as interferências políticas, administrativas e sociológicas entre elas. Ao longo dos anos, outros municípios foram incorporados à Região Metropolitana.

centro de trabalho, uma grande escola em que se podem educar, desenvolver e apurar os principais elementos do espírito e do físico do homem e uma fonte de poderosas energias sem as quais os povos não progridem e não prosperam.

Mais adiante, no mesmo documento, o urbanista (1938, p. 49) conclui:

Atribuo o pouco ponderável progresso do vosso Estado ao fato de nele não ter ainda podido surgir um centro urbano com todos os elementos necessários para expandir e estimular as múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social do povo.

No intuito de resolver tal problema, o zoneamento da cidade, realizado por Atílio Corrêa Lima, escreve sobre a zona industrial, considerando que deveria ocupar a parte mais baixa da cidade, lugar de planície, fator relevante, dada a necessidade da atividade industrial em ocupar grandes áreas. Considera ainda esta a região mais conveniente “pois fica na região onde futuramente, com a construção da estrada de ferro, essa terá maior facilidade de estabelecer sua estação de triagem, desvios e onde o acesso é natural” (LIMA, 1938, p. 141).

As noções de Corrêa Lima e Godoi eram consonantes com a ideia de que fundamentalmente uma cidade deveria desenvolver um polo industrial e, conseqüentemente, ter condições para este desenvolvimento. Propondo às cidades um princípio articulador, preocupado com a garantia das inúmeras funcionalidades e atividades do meio urbano, Godói argumenta sobre o valor de se ter um potencial energético:

Já em linhas anteriores mostrei o papel importantíssimo que representa a energia elétrica em um centro urbano. O consumo desse elemento tende também a crescer com a civilização. Nos últimos vinte anos o número de quilowatts-hora gastos pelas cidades progressistas em todo o mundo tem ido além das previsões de muitos técnicos. [...] Felizmente, Campinas é banhada pelo rio Meia Ponte, que apresenta, como já disse, uma queda natural com uma potência de cerca de 450 cavalos, a qual poderá ser aumentada no caso de se recorrer à queda artificial. Como já disse, para a primeira fase tal potência será suficiente, não havendo necessidade de se apelar para as quedas próximas, distando menos de cem quilômetros, segundo informado. [...] O que se faz mister é que o governo goiano tudo faça com o escopo de poder fornecer aos

habitantes da futura capital força e luz pelo menor preço possível. O desenvolvimento e a prosperidade do centro urbano em projeto ficarão dependendo enormemente de tal condição (GODÓI, 1938, p. 64-65).

Godói apresenta em grande parte do seu relatório argumentações em relação ao papel essencial do recurso hidrelétrico para a cidade. Além das preocupações no fornecimento de energia para um futuro desenvolvimento industrial, o comércio e benefícios individuais eram de grande preocupação. O arquiteto (1938, p. 56-57) declara que:

As cidades como que morriam à noite, antes do homem haver conquistado os meios de governar tão poderosa força. A atividade industrial, a comercial, a que tem por fim divertir as massas e a vida doméstica moderna não podem dispensar tão extraordinário elemento, que é capital para o progresso urbano.

Através da importância dada à energia elétrica, da consideração acerca de todas as possibilidades por ela proporcionada à cidade, é que o rio Meia Ponte adquire uma de suas primeiras imagens citadinas, já nos primeiros anos de Goiânia. Desde os planos de idealização para a cidade, pautados nas aspirações de modernidade, esse rio foi considerado como elemento fundamental para a organização e funcionamento da capital. As outras importâncias e imagens que se juntaram a esta foram sobre a relevância do rio para o saneamento básico na capital. Attílio Corrêa Lima aspirava a uma integração de funções para o rio em sincronia com a cidade e suas demandas. Sobre o sistema de esgoto e seu manejo, ele (1938, p. 145) ordenara:

O sistema aconselhável para o caso é o separativo. A rede de águas fluviais é relativamente simples, pois serão despejadas nos córregos, não obrigará utilizar grandes seções. Quanto à rede de matérias fecais, deverá ser coletada em um emissário que transporte os resíduos abaixo da represa do Jaó, não sendo aconselhável de maneira alguma que o despejo se faça acima desta.

A visão de Attílio para o Meia Ponte era múltipla e funcional. Sobre o despejo dos dejetos humanos no Meia Ponte, ponderava que só deveria ser feito após um tratamento bacteriológico ou químico, para que pudessem ser aproveitados como

adubo os resíduos (LIMA, 1938). Sobre o mesmo rio, ele (idem, p. 144-145) ainda argumenta: “A represa do Jaó poderá, se bem preparado o seu terreno, constituir um centro de atrações esportivas inédito do Estado. Pela extensão que alcançará o lago formado, todos os esportes aquáticos poderão ser praticados.”

Tanto a indústria quanto os propósitos voltados ao Meia Ponte não se constituíram conforme sua idealização. A indústria até recentemente não teve forte expressão na cidade. O represamento de suas águas em função da usina foi relevante somente no início da ocupação dos moradores na nova capital.

O contrato do governo estadual com a empresa do engenheiro José Madureira Junior firmou a construção do reservatório para a usina hidrelétrica no ano de 1934. As obras aproveitaram o desnível natural de oito metros do Meia Ponte na região em que depois se constituiria o Clube e o bairro Jaó. A usina para abastecimento de energia elétrica da cidade começou a funcionar em novembro de 1936, com a ajuda de um motor de submarino comprado pelo governo do estado.

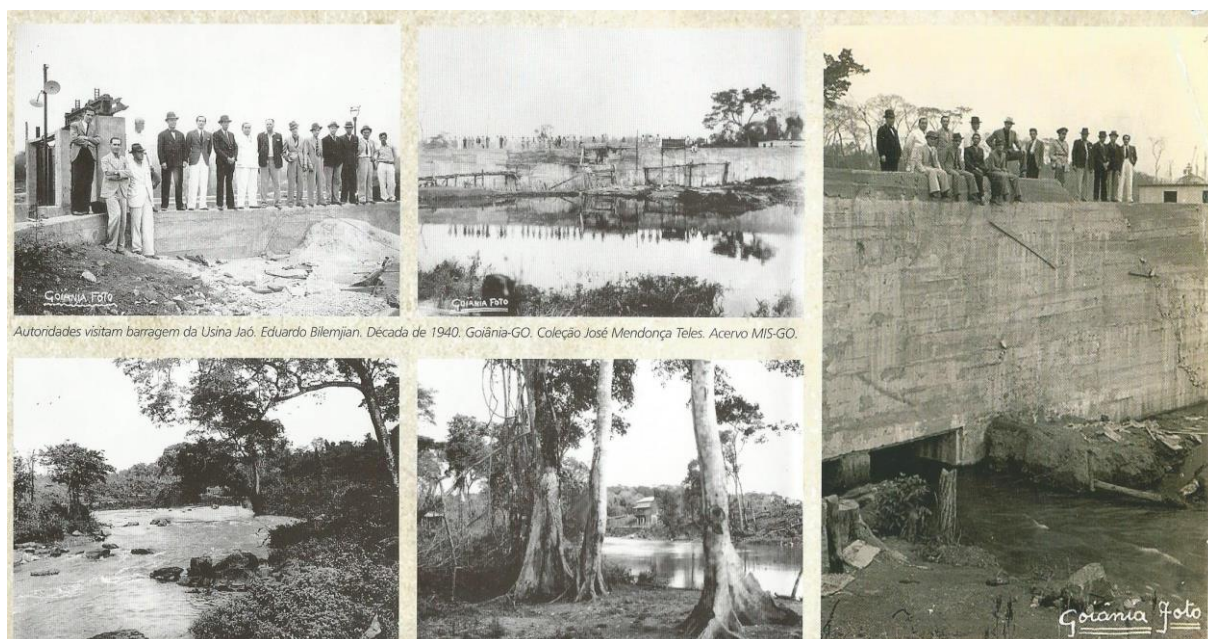


Figura 4. Visita à barragem da usina e aspectos da região na década de 1940.

Fonte: Jornal da Biodiversidade Goiana, ano 2, n. 2, p. 7, 2009.

O aumento populacional pôs a capacidade de 1500 quilowates gerados pela represa em defasagem. Em 1970, a usina é completamente desativada, sua

barragem dinamitada e o lago destruído. “O crescimento da cidade acelerou o processo de desativação da usina.” (CASTILHO, 2010, p. 3).

O progresso da cidade também acabou por acelerar o processo de degradação dos cursos d’água de Goiânia. Com o adensamento populacional e o crescente liberalismo econômico, a cidade toma outras formas:

Até a década de 1950, o governo manteve controle absoluto sobre os parcelamentos e as reservas ecológicas da capital. Após este período, devido à integração do território goiano com o mercado capitalista e ao processo de urbanização crescente, a cidade é marcada por uma intensa procura por moradia e alternativas de sobrevivência (SILVA, 2012, p. 116).

As aspirações integralistas da vida urbana propostas para o Meia Ponte se desarticularam neste novo contexto e aos poucos sua imagem fora sendo reelaborada no imaginário da população da cidade. A usina, o sistema de esgoto equilibrado, suas margens protegidas nas áreas que compreendiam a zona rural da cidade, todos esses projetos foram aos poucos sendo suplantados pelo crescimento desorganizado da cidade:

A ideia de uma cidade que articulasse rural e urbano com a construção das cidades-satélites entre áreas de campo perdeu força diante do crescimento urbano que se deu de forma rápida e guiada pela especulação imobiliária e a indústria de construção civil. (OLIVEIRA, 2011, p. 61)

Aos poucos, a nova dinâmica instituída ao Meia Ponte na cidade fora lhe reconfigurando novas imagens, e por conseguinte, novos sentidos no imaginário de sua população.

4.2.1 O moderno nas mãos de Pedro Ludovico

Voltando às aspirações modernistas do período de idealização de Goiânia, é necessário que se mostrem as articulações regionais para esta grande empreitada. Em sua obra, **Memórias**, Pedro Ludovico relembra que os discursos sobre

salubridade, um dos motivos mais apontados para a transferência da capital, na verdade serviram para justificar seu desejo urgente de mudança. Essa condição era indispensável para que ele pudesse exercer seu cargo de interventor de maneira menos conturbada, por ser frequentemente confrontado por forças que apoiavam os Caiado na antiga capital.

Confesso, fazendo justiça à velha Goiás, que não foram motivos de ordem sanitária que pesaram no meu espírito para retirar-lhe a primazia de ser a metrópole goiana [...] é um centro urbano relativamente saudável, apenas com uma endemia de paratifo, como se dá em inúmeras cidades e capitais. [...] causas de origem econômica, política e social influenciaram poderosamente para que lhe cerceassem o privilégio de que usufruía. (TEIXEIRA, 1973, p. 192)

Pedro Ludovico ter revelado publicamente esta influência poderosa sobre suas decisões, muitos anos após toda a empreitada para transferência da capital, corrobora a concepção de que o alinhamento às propostas modernistas teve uma relevância significativa para o discurso mudancista da época. Foi através de uma noção técnica, especializada, defendida na figura de próprio Ludovico – além de político, também médico – que se espraíram os discursos de progresso e desenvolvimento. Assim, a cidade de Goiás representava para esta razão o exemplo do tradicional e do atraso, tudo que se deveria suplantar.

O interventor Pedro Ludovico fizera um grande esforço – muito em resposta ao movimento contrário à mudança – para causar impressão de que a decisão da transferência da capital era uma resolução compartilhada. Esse é um fator importante para que se entendam as perspectivas e jogos políticos em torno da capital. Anamaria Diniz (2007), analisando os manuscritos, croquis e documentos do acervo pessoal de Attílio Corrêa Lima, urbanista contratado para idealizar a cidade, constatou algo interessante para compreendermos a figura de Pedro Ludovico Teixeira.

Nos documentos do urbanista ficou evidente que seus trabalhos na elaboração da nova capital haviam iniciado em 1932. O fato é que o decreto que oficializa Attílio Corrêa Lima como responsável para realização do Plano Diretor da cidade datam de 1933. O trabalho de campo em busca da região ideal para a nova

capital, encampado pela comissão expedicionária, é apresentado em uma reunião final somente no dia 4 de março de 1933. Assim, Diniz levanta a hipótese de que a localização já havia sido escolhida por Ludovico um ano antes da comissão se organizar e partir para suas incursões a campo. Sobre o assunto ela (2007, p. 115) comenta:

Podemos afirmar que Attílio Corrêa Lima já trabalhava com a hipótese ou até mesmo com a certeza de que a região de Campinas seria o lugar escolhido, ou ainda que o interventor já determinara ao urbanista que os estudos dos Planos deveriam contemplar este sítio.

A descoberta de Diniz corrobora com a afirmação de que a nova capital teve um viés político importantíssimo, no qual podemos identificar a concepção do Estado forte e ordenador e o intervencionismo populista na postura de Pedro Ludovico. O interventor do Estado de Goiás orquestrou um discurso no qual punha em pauta a modernização, o progresso, a fé na ciência, através da escolha da região na qual a cidade seria erigida e; o populismo, com as constantes tentativas de demonstrar a participação da sociedade no projeto de transferência, como quando promoveu o concurso para o nome da nova capital. (DINIZ, 2007). Essa era a marca do pensamento e da práxis política da época, na qual o cientificismo tinha um valor de destaque na corrente de pensamento do período. Nessas condições, quais seriam as características ambientais ideais que garantiriam a criação de uma capital com propósitos modernos? Como é que o ambiente natural seria tratado nos documentos oficiais?

A fim de balizar as escolhas políticas nos parâmetros de uma cidade moderna, os documentos expedicionários e de planejamento foram uníssonos com o discurso sobre os critérios ambientais indispensáveis para a nova capital. De forma geral, o que se priorizou nos documentos foram as considerações ambientais em torno dos recursos hídricos, do clima e da topografia adequada. Não obstante, a relevância da proximidade com a estrada de ferro mostrou-se como o mais forte argumento para a execução da expedição de reconhecimento de algumas áreas. O assunto é tratado na ata de inauguração dos trabalhos expedicionários nos seguintes termos:

Assim é que, na impossibilidade de percorrer todo o Estado à procura de locais, e mesmo na contingência de atender a numerosos pedidos de visita a localidades do sul, achava que a comissão, conhecedora das graves dificuldades e embaraços que a falta de transporte acarreta, devia assentar como dogma para a diretriz de seus trabalhos a proximidade da estrada de ferro, e não a escolha de localidade dela muito distante (MONTEIRO, 1938, p. 34).

Atendendo este dogma, a região sul do estado teve seus recursos hídricos, o clima e a topografia tratados minuciosamente nos relatórios expedicionários. Dessa maneira, vemos que a mobilidade, um dos elementos basilares da modernidade, norteará as perspectivas sobre as condições ambientais favoráveis ao propósito de desenvolvimento.

Com o término da expedição de reconhecimento de algumas regiões eleitas como possíveis locações para a nova cidade, o documento da comissão de reconhecimento das áreas recomenda a região próxima à Campinas como o lugar ideal para a nova capital. O presidente da comissão, o bispo D. Emanuel Gomes de Oliveira, aconselha então Pedro Ludovico a contratar os serviços do urbanista Armando de Godói, “um dos mais balizados urbanistas brasileiros” (MONTEIRO, 1938, p. 48), para executar um relatório sobre o local eleito para construção da futura capital.

O relatório foi feito e o local homologado sem restrições. Imbuído de um pensamento positivista, Godói defendeu a cidade moderna sob a tríade da cultura, da ordem e de atividades bem coordenadas. O urbanista, em seu relatório, afirma que a região estava “preparada pela natureza para servir de sede de uma moderna cidade.” (GODÓI *apud* DINIZ, 2007, p. 111). Os atributos naturais que chamaram a atenção dos mudancistas, condizentes com os critérios de Godói, foram detalhados nos pareceres técnicos.

As condições hidrográficas encontradas foram elogiadas pelo engenheiro Godói, que ressaltou a abundância de rios e corredeiras nos arredores de Campinas. Os rios Meia Ponte, Anicuns, a corredeira Jaó, os riachos Cascavel, Macambira, Santo Antônio foram descritos nas suas capacidades e qualidades (DINIZ, 2007, p. 112).

Godói ainda menciona a fertilidade dos terrenos, verificada por visitas às lavouras nas quais pôde observar plantações de milho, feijão, mandioca e arroz. O meio físico fora analisado por ele também. Observou-se a possibilidade de obter pedra, areia, argila e madeira (DINIZ, 2007, p. 112), importantes para as inúmeras construções que iriam realizar-se. A funcionalidade atribuída à natureza, verificada no diagnóstico do urbanista, constou também no projeto para a construção da cidade, realizado por Attílio Corrêa Lima.

Attílio Corrêa Lima, no item e da terceira parte do documento de planejamento urbano da cidade, idealiza um “sistema de parques, jardins, ruas jardins, terrenos para esportes e recreio, bem como a indicação sobre a arborização das ruas,” dando relevância a essas realizações. Segundo Diniz, com base nos estudos achados pela pesquisadora nos arquivos da urbanista, esse arquiteto era ainda um empenhado paisagista. Quanto a sua perspectiva em relação à natureza, podemos, através de seu trabalho, identificar um discernimento de controle e organização.

Para a principal avenida da capital, a Avenida Pedro Ludovico, o urbanista destinou 45% da área ajardinada e convenientemente arborizada, com o objetivo de propiciar o caráter monumental e pitoresco. Segundo Lima, a Avenida Pedro Ludovico seria “o local onde a elite fará o ‘footing’ à tarde e à noite.” (LOPES *apud* DINIZ, 2007, p. 138).

A natureza estava para o homem, e a ele trazia, além de recursos, benefícios de contemplação e saúde. Nesse sentido, a natureza devia ser reorganizada, contida, ser um imenso jardim. Segundo Boaventura de Souza Santos (1994), com o advento da modernidade, a natureza passa por uma ressignificação pautada nas bases do indivíduo (enquanto princípio liberal) e do Estado. O vínculo sociocultural da modernidade com a natureza tem suas bases com a revolução científica galilaica e newtoniana. Sobre os desdobramentos deste vínculo conceitual, Santos analisa que:

As condições sociais foram múltiplas e começaram com a expansão do capitalismo comercial e os descobrimentos. O conceito de *res extensa*, a que Descartes reduziu a natureza, é isomórfico do conceito de *terra nullius*, desenvolvido pelos juristas europeus para justificar a ocupação dos territórios do Novo Mundo. E é também por

essa razão que a concepção dos povos ameríndios como *homo naturalis* traz consigo a descontextualização da sua subjetividade. Daí em diante, a natureza só poderá ter acesso à cidade por duas vias, ambas ditadas por esta: como jardim botânico, jardim zoológico e museu etnográfico, por um lado; ou como matéria prima, por outro. O papel do Estado foi crucial por ter sido indireto ao criar e aplicar um regime jurídico de propriedade que simultaneamente legitimava pelo mesmo princípio e mantinha incomunicáveis dois processos históricos simbióticos: a exploração da natureza pelo homem e a exploração do homem pelo homem (SANTOS, 1994, p. 38).

Santos (1994) conclui que embora despontassem movimentos contestatórios dessa razão, dos quais ele apresenta as concepções românticas e marxistas, nenhuma pudera pôr fim à identidade moderna para a natureza pautada no indivíduo e no Estado e de cunho altamente subjetivo, abstrato. Antes, os elementos propostos pelos movimentos de contestação foram apropriados, descaracterizados e postos a serviço do Estado.

As considerações de Santos são extremamente pertinentes para analisarmos o fio articulador do planejamento de Goiânia em relação à natureza. A paisagem natural dos jardins era arranjo estético que contribuía para o propósito de cidade monumental arquitetada por Corrêa Lima. Salvo o valor estético, uma enorme área verde era sinônimo de salvaguardar as reservas de oxigênio e água a favor do homem. As caminhadas em torno das áreas ajardinadas (o *footing*) mostram-se também como elementos de uma concepção disciplinadora do Estado, agora, sobre os indivíduos. Corrêa Lima planejou uma grande área verde para Goiânia, compreendendo o total de 1.082 hectares. Suas justificativas e preocupações em relação a essas áreas pautavam sobre a seguinte ideia:

Logo que a cidade comece a dar foros de progresso, aquela se fará sentir com todas as suas nefastas consequências; muito contribuirão para isso as mudanças de governo. É preciso, portanto, que desde já fiquem estabelecidas as reservas. Embora só muito mais tarde poderá a administração transformar estas matas em parques, nem por isso poderá dispor delas para outros fins que não os previstos (LIMA, 1938, p. 144).

A preocupação do urbanista era a de garantir áreas livres que propiciassem reserva de oxigênio e água, fator indispensável para a salubridade de uma cidade.

Com o tempo essas reservas se transformariam pelas mãos dos homens em parques. Em uma natureza ordenada, a serviço das demandas de funcionalidade do espaço citadino, Attílio Corrêa Lima tem em seu projeto uma noção de natureza a ser dominada.

A mata não deveria ser qualquer uma, tampouco os que dela iriam usufruir. O *footing*, como ele previu, deveria ser praticado pela elite, no centro da cidade monumental. No planejamento urbano monumental, não só a natureza e os espaços deveriam ser ordenadores e servirem a um propósito retroprojetado em imagem, como também, os homens que ocupariam este espaço.

Uma cidade moderna, típica do início do século XX, apresenta as seguintes conformações: funcionalmente organizada aos moldes da fábrica, da cidade como máquina-de-crescimento, do planejamento urbano normativo e disciplinador. No entanto, ao Plano Diretor de Goiânia, entregue por Attílio Corrêa Lima ao interventor Pedro Ludovico, no ano de 1935, parece faltar uma parte fundamental desta maquinaria, necessária ao conceber qualquer cidade: seus ocupantes, todos eles.

Contudo, os habitantes que a vivenciariam, com suas vontades e inclinações pouco ordenáveis, não se adequaram aos espaços e normas traçados no Plano Diretor, dando-lhe novas formas e propósitos. Ademais, apesar de cientes da necessidade de um contingente de mão de obra na construção da capital, os documentos de planejamento da cidade não idealizaram um espaço para o estabelecimento de seus construtores. De fato, Diniz argumenta (2007) que o planejamento era infértil a qualquer ocupação, seja de quem fosse. Corrêa Lima havia projetado, segundo os documentos, algumas funcionalidades para uma parcela dos habitantes da cidade. A população pensada para ocupar a cidade seria aquela que praticaria o *footing*, que habitaria as casas planejadas, que se disporia conforme as divisões feitas em zonas – administrativa, residencial, comercial, lazer. Mas o contingente pobre da população foi negligenciado pelo arquiteto. Por ele, o único projeto pensado e detalhado foi o “político-administrativo”, diferente de outros trabalhos anteriormente realizados, como o caso da cidade de Niterói (DINIZ, 2007). “No caso de Goiânia, o urbanista não destinou nenhum setor, ou sequer edificação, para um complexo universitário, museu, biblioteca, teatros”, deixando até mesmo a elite em descrédito (idem, p. 150). Mas a situação se agrava ainda mais:

As áreas para lazer são reduzidas aos parques e quadras esportivas, como as 'doze quadras de tênis!'. Quanto ao setor de saúde, não há hospitais, centro ou postos de saúde, nem o cemitério foi pensado no Plano (idem, p. 150-151).

A impressão é que a população “transplantada” já viria em sua forma pronta, não tendo outra necessidade além da de compor a paisagem, os espaços públicos dotados de valor estético. Contudo, uma cidade é, sobretudo, o que seus habitantes fazem dela. Os trabalhadores que vieram para construí-la também a conceberam, conforme suas necessidades e possibilidades. As áreas de preservação (margens do Botafogo), as beiras dos córregos, os fundos dos vales, foram espaços ocupados, funcionalizados e vividos. As demandas por moradia foram sanadas através de ocupações de áreas indevidas, salvaguardadas no Plano original da cidade. Aos poucos, as transformações foram ocorrendo também nas regiões destinadas à ocupação de tipo rural, como a região do Meia Ponte, que progressivamente foi sendo incorporada à malha urbana. As duas fotos que selecionamos abaixo são representações do que estamos a dizer.



Figura 5. Aspecto de uma moradia improvisada.
Fonte: Museu da Imagem e do Som em Goiás (MIS).



Figura 6. Abrigo de um trabalhador em Goiânia.
Fonte: Adaptação de Diniz (2007, p. 167).



Figura 7. Aspectos das moradias nas áreas populares da cidade.
Fonte: Adaptação de Daher (2003, p. 226)

Por iniciativa própria ou levados por ofertas mais baratas de moradia com os loteamentos populares – particulares ou estatais – o fato é que, conforme aumentavam a densidade demográfica e a necessidade de moradia, as ocupações iam esparramando para além do que se delimitou como espaço urbano. Nesse sentido, áreas importantes de reservas nos arredores da cidade foram ocupadas e consequentemente degradadas. As demandas sociais das camadas pobres da população acabaram por contribuir para o desmantelamento dos planejamentos voltados para as áreas de reservas e áreas rurais, embora os planejadores ressaltassem a importância de se considerar esse assunto. O engenheiro Armando de Godói em seu relatório trata o tema nos seguintes termos:¹¹

Uma cidade moderna não só precisa dispor de reservas de terrenos para sua expansão futura, como também necessita que, em torno dela, as populações campesinas cresçam convenientemente e se entreguem a determinadas atividades, de maneira a fornecer-lhes, aos habitantes, produtos indispensáveis a preço razoável, bem como contribuir para expansão do comércio urbano. [...] O governo, ao fragmentar os terrenos que ficarem nos arredores da projetada capital, deve visar que as atividades a se desenvolverem neles tenham por fim fornecer aos habitantes tais elementos. [...] É, portanto, indispensável que os terrenos nos arredores sejam desapropriados (GODÓI, 1937, p. 56).

¹¹ É importante relatar que Armando de Godói tem uma prática bem diferente do que defende enquanto discurso. Esse arquiteto participou ativamente da desestruturação do planejamento da cidade, dado seu vínculo com o movimento de especulação imobiliária em Goiânia.

Também Corrêa Lima comenta sobre a relevância dos zoneamentos e os respectivos atributos de cada área. Para ele:

O zoneamento da cidade é feito procurando satisfazer as tendências modernas, de localizar os diversos elementos da cidade em zonas demarcadas, a fim de não só obter a melhor organização dos serviços públicos, como também, para facilitar certos problemas técnicos, econômicos e sanitários, não falando aqui na estética (LIMA, 1937, p. 140).

O Plano não se concretizou como idealizado, pois a abjeção, social e ambiental, contornou suas formas e os esquecidos, se não ignorados, também moldaram Goiânia. A concepção de modernidade, ainda presente no imaginário da cidade, revestiu-se de outras faces. O caos e a ineficiência, sentidos tão comuns às grandes cidades, chegaram também à capital planejada. Aos poucos a cidade foi se transformando e a imagem das primeiras décadas da capital, como podemos ver no mapa, sofreu mudanças drástica. Dos anos de 1960 em diante a ocupação intensificou-se no recente bairro do Jardim Balneário Meia Ponte, mudando o cenário da região próxima ao rio.

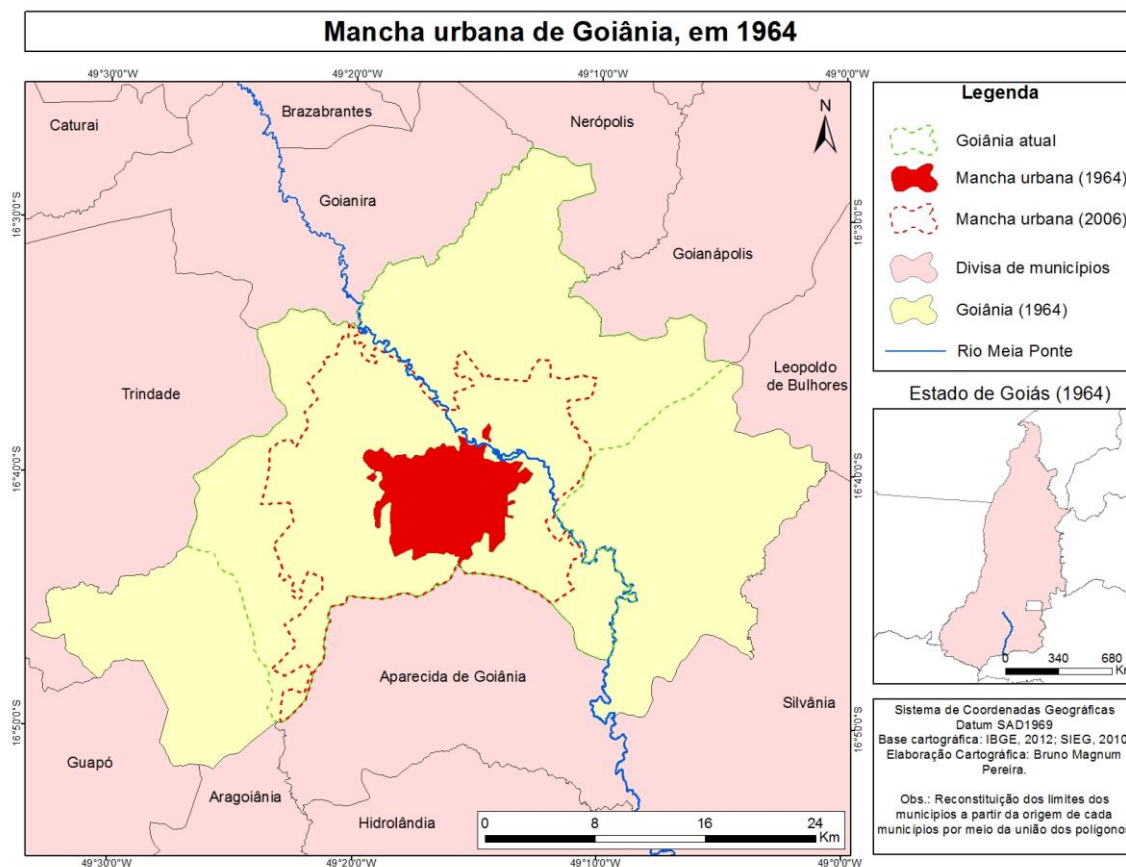


Figura 8. Aspectos da ocupação de Goiânia da década de 1960.
Fonte: Elaborado por Bruno Magnum.

No campo das significações o moderno em Goiânia trilhou seus próprios caminhos; instaurou-se, apropriou-se de sentidos. A cidade expandiu-se, demográfica e territorialmente, e universalizou-se em muitos aspectos, como a adoção da cultura de massas (comportamento, música, roupa); na edificação das casas; nas medidas urbanísticas, como o caso do sistema integrado de transporte público; nos problemas de ordem ambiental (OLIVEIRA, 1999). A relação com o ambiente se dará, então, em Goiânia, no âmbito destas duas realidades distintas: a de seu planejamento idealizado, em que a natureza ocupa seu espaço em um sentido estético e funcional para seus cidadãos planejados; e a dos esquecidos por esse plano, cuja relação com a natureza se dará de forma diversa.

4.3 GOIÂNIA, CIDADE VERDE?

A imagem comum que se tem de Goiânia nos dias de hoje é de uma cidade “verde”, na qual além dos parques espalhados, pode-se contemplar a arborização em qualquer lugar por que se transite. Desde que se transite, todavia, nos limites da cidade legal, denominação que faz um contraponto à cidade ilegal, composta “por uma mancha de pobres que emolduram a paisagem urbana e comprometem o visual da cidade.” (MOYSÉS, 2004, p. 92). São nos bairros mais afastados, mais próximos aos fundos de vales, às matas ciliares e às várzeas junto aos cursos d’água, que o desrespeito às limitações expressas na Carta de Risco revela o “festival de incoerência administrativa” da cidade (OLIVEIRA, 2011, p. 92 e 98). Nestes espaços urbanos a paisagem não é tão agradável, embora alguns parques aqui e acolá, ainda confundam os observadores mais desatentos, ali só de passagem.

Todavia, considerando o reconhecimento de que Goiânia é uma capital com muitos parques e arborização¹², pressupõe-se que haja uma organização política, social e cultural que valorize a preservação ambiental, garantindo as condições de arborização mencionadas acima. De fato, existem manifestações sociais e institucionais nesse sentido. Por exemplo, corre desde o ano de 2001 a proposta de implementação de um grande projeto denominado Macambira-Anicuns para a cidade. Esse projeto engloba os propósitos de ordenamento urbano sobre a base da recuperação ambiental e promoção da saúde pública (MOYSÉS, 2009). O projeto abrange a principal bacia hidrográfica de Goiânia, e suas medidas atendem as regiões dos córregos Macambira e Anicuns até sua foz, no rio Meia Ponte. Dessa forma, este programa abarca 70% das áreas de drenagem da cidade, distribuídas em 40 bairros nas regiões noroeste, norte e oeste de Goiânia (GOIÂNIA, 2004). Com o propósito de criar a maior reserva urbana da América Latina, o Projeto Macambira-Anicuns é uma discussão antiga que já encampou algumas ações, mas que ainda permanece no plano das idealizações para a cidade.

¹² A cidade, no ano de 1996, ganhou o título de “Cidade Ecologicamente Correta”, dado pela Sociedade Brasileira de Valorização ao Meio Ambiente (OLIVEIRA, 1999, p. 141). Sobre os discursos e políticas públicas voltadas aos parques na cidade, ver a tese de doutoramento intitulada: “Goiânia(s): representações sociais e identidades”, de Clarinda Aparecida da Silva (2012).

O número cada vez maior de parques é também um fenômeno em Goiânia e um forte instrumento dos especuladores imobiliários. No entanto, infelizmente, a imagem de cidade verde é muito mais uma vitrine da cidade do que propriamente a essência dela; embora esteja impregnada no imaginário social. A realidade sobre a cobertura vegetal da metrópole apresenta um quadro muito menos engajado com as preocupações ambientais:

De 1986 a 2010, a vegetação natural do município foi reduzida em torno de 47,3%, atingindo um total de 104, 1 Km². As áreas onde houve maior redução de cobertura vegetal apresentam uma significativa relação com as localidades onde foram criados bairros na década de 1990 e após o ano de 2000 (SILVA, 2012, p. 146).

Para entendermos mais à fundo esta reprodução do “verde” atribuída à cidade e suas contradições é preciso fazer o percurso histórico dessa imagem que nos é apresentada.

4.3.1 Ecos globais e ecos locais

A cidade de Goiânia, muito em razão de ser uma cidade planejada, desde seu princípio primou por ser um ícone, uma vitrine. Os esforços conjuntos eram que se erguesse uma cidade exemplar. As aspirações modernistas e suas estratégias de ordenação são exemplos claros na busca em representar-se, e assim ser reconhecida positivamente, não só pelos seus, mas também e, sobretudo, pelos olhares estrangeiros (OLIVEIRA, 1999). A cidade nasceu tendo que provar-se e a aparência sobrepujou a essência ao longo de sua trajetória. As representações de Goiânia estão intrinsicamente ligadas à modernidade. Em seu princípio, a modernidade esteve vinculada na figura do Estado, forte e ordenador, que instituiria uma cidade monumental. Mesmo que, de acordo com Oliveira (idem, p. 67), a modernidade não fosse a energia que movia o universo de valores e ações dos sujeitos, ainda assim, fazia parte das demandas políticas e dos discursos do *status quo*.

Posteriormente, com a crise paradigmática mundial, que pulverizara os postulados clássicos da modernidade¹³, a cidade assumiu uma nova representação de que é ser moderno. A modernidade, nesse sentido, tinha a ver com estar conectado com as inovações e ideias globais, de estar em consonância com o que se produzia e tinha de mais avançado no mundo. Ainda nesse período, as perspectivas acerca da modernidade eram confiantes nos benefícios do desenvolvimento, representados pela tecnicização do conhecimento e pelo crescente domínio e evolução da tecnologia. A cidade apresentava-se como dinâmica e progressista (OLIVEIRA, 1999). A prioridade para a administração da cidade, em especial, nas décadas de 1950 e 1970, no que concerne à natureza, não ia muito além da de fruição meramente estética. Foi nestes anos que:

¹³ De forma didática, Stuart Hall contextualiza sinteticamente estas transformações epistemológicas. O autor adota o conceito de modernidade tardia para o período no qual, segundo ele, o sujeito moderno sofre um “deslocamento” advindo de uma série de rupturas no discurso do conhecimento moderno, a partir da segunda metade do século XX. Se o indivíduo moderno pautava-se, grosso modo, sob “certas capacidades humanas fixas e um sentimento estável de sua própria identidade e lugar na ordem das coisas” (HALL, 2006, p. 23), com o advento de uma gama de transformações sociais no qual o homem é amalgamado na complexidade das relações econômicas, políticas, culturais o conhecimento passa a sofrer abalos. Em relação à natureza, os impactos da ação humana sobre a natureza e a perda de uma noção de finitude dos recursos naturais foram alguns dos discernimentos que lançaram as questões ambientais na ordem do dia.

[...] muito dos parques e bosques previstos no Plano Diretor tiveram sua área reduzida ou foram extintos: por exemplo, o parque dos Buritis que tinha 400 mil metros quadrados de área foi reduzido para 120 mil metros quadrados; o Parque Botafogo, com 540 mil metros quadrados, reduziu-se para 172 mil; o Horto Florestal, previsto para ter 1 milhão de metros quadrados, desapareceu totalmente nas décadas de 1950 e 1960 (tornando-se parte dos setores Aeroporto, dos Funcionários e Fama). Enfim, a questão ambiental não constituiu prioridade para a administração pública municipal nesses anos, embora como um dos componentes essenciais para melhorar a aparência estética da cidade, não tivesse totalmente descartado das ações do executivo (OLIVEIRA, 1999, p.139).

No entanto, uma grande mudança ocorrera, tanto no discurso midiático como na agenda política da cidade. As mudanças mundiais sobre o ambiente e tecnologia, que ganharam força no mundo na década de 1970, iriam repercutir nesta capital. Além do mais, e como elemento determinante, um evento interno marcou o início de outro tipo de perspectiva sobre o desenvolvimento. A cidade e sua imagem sofrem um grande abalo com o acidente radioativo com o Césio, no ano de 1987. Esse evento fez com que a concepção de desenvolvimento, presente na identidade do goianiense, desde seus primórdios, tomasse novamente outra face; a da qualidade de vida e aproximação com a natureza/natural (OLIVEIRA, 1999).

A busca pelo reconhecimento positivo pautava-se, depois da enorme repercussão desta tragédia, no apelo bucólico. Desde então, a inclusão da agenda ecológica tornara-se um dos principais argumentos positivos para Goiânia (idem, p. 136).

O poder público, a imprensa local e a publicidade turística utilizam a paisagem dos parques e outros espaços verdes e de lazer como um símbolo que representa o bem estar da população, a preservação da natureza, e a atratividade da cidade de Goiânia. A “cidade dos parques”, a “capital verde”, a capital com melhor qualidade de vida do Brasil são “cidades” construídas por meio de influência da mídia e da administração municipal, que fazem da paisagem da cidade um meio de expressão dos poderes dominantes, que impõem suas representações sobre a realidade urbana e atribuem identidades à cidade (SILVA, 2012, p. 121).

Tratando especificamente do Meia Ponte, como esses contextos influenciaram em sua imagem na ótica da imprensa e sua repercussão na opinião pública?

4.3.2 Meia Ponte e suas representações

Até onde chegamos em nossas análises podemos reconhecer, usando uma linguagem figurativa, que o que se vive e se pensa de uma cidade condizem com as correntes, turbulências e transições ocorridas em um rio. Seria como dizer que nunca um mesmo rio passa pela mesma cidade, afinal, nem o rio nem a cidade são os mesmos.

O propósito orgânico e integrativo atribuído ao Meia Ponte nos primórdios de sua relação com Goiânia, que pudemos verificar através de planejamentos concernentes com suas capacidades de homeostase, foi aos poucos perdendo espaço. Os projetos abrangentes de saneamento e manejo dos dejetos da cidade; a destinação da área que o rio abarca como perímetro rural; a interação entre a barragem e as idealizações de desfrute de suas águas para o lazer e prática de esportes deram lugar a duas outras representações em relação ao meia Ponte. São elas bem marcantes, contraditórias e complexas, no entanto, monótonas. A degradação do Meia Ponte contribuiu para que sua imagem fosse, cada vez mais, tornando-se superficial e repetitiva. O rio degradado é projetado por meio da imprensa¹⁴ como um bem inestimável que deve ser salvo, e também como lugar abjeto. O Meia Ponte é agente ambíguo de riquezas e pobreza. Como um rio que deva ser tratado, cuidado, salvo, ele é um grande catalisador de recursos, além de vitrine política.

As matérias do jornal O Popular em vários momentos registram esta feição política, angariadora de recursos por uma causa, em relação ao Meia Ponte. No ano de 1993, no governo de Iris Rezende, fora noticiado o pedido de auxílio financeiro

¹⁴ As fontes utilizadas foram copiladas do jornal O Popular. Esse jornal é uma das ramificações de uma grande indústria de comunicação, Fundação Jaime Câmara, vinculada à Rede Globo. Essa empresa abarca os formatos digitais, impressos e de transmissão, via canal aberto. Por sua abrangência, é o mais significativo veículo/instrumento de formação de opinião na cidade.

em forma de financiamento para Agência Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) na recuperação da bacia do Meia Ponte (O POPULAR, 3 ago. 1993, CEDOC). A matéria, de 26 de janeiro de 1996, documenta a visita no Meia Ponte de uma equipe técnica norte-americana do programa “Companheiros das Américas”, que em sua estada em Goiânia ministra um workshop ensinando a avaliar as qualidades dos cursos d’ água. Na ocasião, foram doados pelo grupo kits de análise, avaliados em 12 mil dólares (O POPULAR, 26 jan. 1996, CEDOC). No mesmo ano, o Popular noticia a visita de uma comissão técnica alemã responsável em realizar um diagnóstico do rio, como parte de um projeto de recuperação do Meia Ponte, com duração de quatro anos. O investimento estimado somente na primeira fase do projeto era de US\$ 2 milhões (O POPULAR, 16 jun. 1996, CEDOC).

Ainda no ano de 1996, o Meia Ponte ganhava destaque na mídia e na política com a visita de uma equipe italiana da empresa Tecniplan, “acionada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para realizar os programas preliminares que são pré-requisitos para a liberação dos recursos pleiteados pelo governo do Estado”. Os recursos pedidos giravam em torno de R\$ 260 milhões e seriam utilizados nas obras de construção da Estação de Tratamento de Esgoto na cidade (O POPULAR, 2 nov. 1996, CEDOC). Em 1999, o jornal realiza uma matéria com a seguinte chamada: “Projeto Meia Ponte já tem US\$ 70 milhões”. Tratavam-se de investimentos para a recuperação da bacia do Meia Ponte, através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), conseguidos pelo governador Marconi Perillo em uma visita à França. Dentre as ações, o dinheiro teria como destino a construção da Estação de Tratamento de Esgoto de Goiânia (ETE) (O POPULAR, março, 1999, CEDOC). Ainda em 1999, o financiamento requerido para o BID sai na cifra de US\$ 700 mil (O POPULAR, 21 abr. 1999, CEDOC). Em 2003, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), por meio do Programa Nacional do Meio Ambiente II (PNMA II), destinou R\$ 9 milhões para um projeto de proteção e conservação da bacia do Meia Ponte (O POPULAR, maio, 1999, CEDOC). Esses são alguns dos exemplos de como o Meia Ponte é tangenciado por interesses

políticos e financeiros, sem grandes resultados práticos ao longo dos anos na cidade de Goiânia¹⁵.

Quanto a seu caráter de abjeção, sua imagem é de algo feio, de abandono, o sumidouro da grande cidade. Existem várias matérias no jornal O Popular que evidenciam este aspecto em relação ao Meia Ponte. São matérias trágicas, quase sempre com chamadas sensacionalistas, que analisam a condição do rio na cidade. Em 5 de maio de 1991, o jornal anunciava: “No Meia Ponte não corre água. Corre esgoto puro” (O POPULAR, CEDOC). No mesmo ano, outro título nos chama atenção, a manchete avisa: “A meio passo da morte” (O POPULAR, 23 dez. 1991 CEDOC). Em 1995, as notícias sobre o rio têm como assunto o abastecimento da cidade. Em caráter de alerta, o título anuncia: “Expedição vê risco no abastecimento da cidade” (O POPULAR, 8 maio, CEDOC). Em novembro do mesmo ano, mais denúncias: “Degradação ameaça bacia do Meia Ponte” (O POPULAR, 16 de nov. 1996, CEDOC). Um ano mais tarde, o jornal tem como manchete novo alerta: “Poluição no Meia Ponte pode contaminar hortas” (O POPULAR, 24 jun. 1996, CEDOC). As denúncias seguem ao longo dos anos: “Apenas 7% dos rejeitos jogados no Meia Ponte são tratados” (O POPULAR, 4 jun. 2000, CEDOC); “Arisco é

¹⁵ No estudo realizado sobre a qualidade da água do Meia Ponte no perímetro urbano de Goiânia, entre os anos de 2004 a 2008, em seis seções de coletas de amostragem, a água deste curso foi caracterizada como fora do padrão de exigência para a água doce (classe 2), segundo Resolução 357 da CONAMA/2005. Sua condição de precariedade ocorre, conforme afirma a pesquisa, devido à carga de despejos domésticos e indústrias. Em prol da qualidade da água, os pesquisadores defendem medidas como: fiscalização, educação ambiental, análises periódicas da água, além da importância da extensão e melhoria da rede coletora e de tratamento de esgoto. Material completo disponível em <<https://revistas.ufg.br/index.php/reec/article/view/12293>> Acesso em: 7 jan. 2014. Em um estudo mais recente, realizado pela Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA), no ano de 2011, Relatório Técnico 76/2011, o foco das análises - as Áreas de Proteção Permanente (APPs) do Meia Ponte no perímetro urbano de Goiânia - também demonstram resultados de degradação. O curso d'água, dividido em seis pontos de análise, apresenta em todos eles impactos negativos de antropização. Segundo o relatório (2011, p. 17), a água de todo o curso se encontra totalmente eutrofizada. Os maiores problemas são: o lançamento de esgotos *in natura*, a grande quantidade de resíduos sólidos, presença de glebas, loteamentos e edificações indevidas e modificação da paisagem. As modificações da cobertura vegetal acarretam impactos à flora e ao solo, os problemas mais comuns são: remoção das camadas férteis do solo, inviabilidade de infiltração das águas, aumento de escoamentos superficiais e erosões. O relatório considera a necessidade de fiscalização eficiente, exigência de uma legislação fundiária para a regularização e remoção de algumas edificações, como um atendimento de saneamento eficiente. Na matéria de O Popular, de 2013, referente à proposta feita pelo prefeito Paulo Garcia de quebrar o contrato com a Saneago, podemos vislumbrar em linhas gerais os problemas de ordem ambiental que abarcam as questões de água e esgoto no município. A proposta do prefeito tem como argumento a morosidade e descumprimento do tratamento de despoluição do rio Meia Ponte e alguns de seus afluentes na capital. A empresa não tem todo o Sistema de Esgoto concluído e a Estação de Tratamento (ETE) nunca operou em sua totalidade. (O POPULAR, 7 jan. 2013, CEDOC).

multada em R\$ 500 mil por lançar resíduo em rio de Goiás” (O POPULAR, 15 ago. 2000, CEDOC); “Meia Ponte, o rio esgoto” é o título da matéria em 2007 (O POPULAR, 23 out. 2007, CEDOC); em 2008, mais uma denúncia: “UNILEVER é apontada como responsável pelo odor que tomou conta da cidade esta manhã” (O POPULAR, 30 ago. 2008, CEDOC). Dois mil e onze, destaque para duas manchetes de julho e agosto: “Qualidade da água do Meia Ponte é crítica, avalia Agência”, referindo-se à Agência Nacional das Águas (ANA) (O POPULAR, 20 jul. 2011, CEDOC) e “Algo cheira mal e já tem tempo” (O POPULAR, 19 ago. 2011, CEDOC). Um ano mais tarde o anúncio: “Meia Ponte é um dos sete rios mais poluídos do país, diz relatório” (O POPULAR, 27 mar. 2009, CEDOC). Em dois mil e doze, o Meia Ponte volta a ser pauta de denúncia e alerta. A reportagem tem como título a seguinte chamada: “Tragédia mais que anunciada: degradação de nascentes compromete vazão e pode fazer com que haja esgotamento de recursos hídricos” (O POPULAR, 12 jun. 2012, CEDOC).

O rio como sumidouro também é noticiado: “Polícia investiga o desmanche de carros” é a notícia em 1995, informando sobre a descoberta de enorme desmanche feito dentro do rio, descoberto no período de seca quando as águas baixam expressivamente (O POPULAR, 2 out. 1995, CEDOC). Em 2000, o jornal declara: “Sai a lista negra do Meia Ponte”, referindo-se às maiores empresas poluidoras do rio, entre elas indústrias de alimentos e de bebidas, laticínios, curtumes e abatedouros de suínos (O POPULAR, 24 abr. 2000, CEDOC). Em 2007 é a vez dos dejetos de pneus entrarem nos holofotes das notícias: “Rios viram depósitos de pneus” (O POPULAR, 20 out. 2007, CEDOC). Em setembro de 2008, o rio é reportado como sumidouro de outros dejetos: “Restos de material de construção invadem margens do Meia Ponte na Vila Negrão de Lima” (O POPULAR, 17 set. 2008, CEDOC). E assim seguem os inúmeros abusos ambientais ao Meia Ponte e suas respectivas notícias, que acabam por influenciar significativamente na opinião pública da cidade sobre sua imagem. Ezra Park (1973, p. 61), em sua espécie de manual de análise das cidades, ou melhor, do fenômeno urbano, analisa que:

O jornal é o grande meio de comunicação dentro da cidade, e é na base da informação fornecida por ele que se baseia a opinião

pública. A primeira função que um jornal preenche é a que anteriormente o falatório desempenhava na aldeia.

Obviamente que quando Park escreveu sua obra, **A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano**, no início do século XX, a influência do jornal no contexto da época era muito mais decisiva e unilateral. No entanto, feita a ressalva é importante que se reconheça o papel fundamental da imprensa sobre a opinião pública.

Na contemporaneidade, os meios de comunicação de massa surgem como os principais mediadores, tanto das representações sociais como da esfera pública (JOVCHELOVITCH, 2000). Eles, além de veicularem as informações aos cidadãos, são responsáveis pela produção de sentidos que circulam na sociedade e dão sustentação a determinadas formas de conceber a realidade. Com isso, a conversação, a discussão, e a troca de informações, por meio do encontro direto entre indivíduos, são eventos tratados, cada vez mais, como irrelevantes para muitas pessoas. Atualmente, é impossível pensar o mundo sem levar em conta o papel da mídia (SILVA, 2012, p. 64-65).

Diante do exposto, conclui-se que o Meia Ponte se faz presente na vida do goianiense sob o crivo da perspectiva midiática. A perspectiva jornalística foi tomando espaço enquanto opinião pública em relação ao rio. Desta forma, o Meia Ponte assumiu um aspecto de abstração incrível no imaginário das pessoas que pouco sabem de sua realidade, a não ser o que se absorve *en passant* através das representações veiculadas pelos meios de comunicação.

Ao que parece, a constante repetição de um mesmo discurso na mídia acabou por amortizar os sentidos, ao invés de despertá-los. Os receptores amortecidos parecem dar pouca importância à vida real. O evento retratável e distante, expresso através da mídia, é ao mesmo tempo: a exposição mais recorrente de um indivíduo com determinado fato ou informação longe de seu meio e, também, fonte de passividade desse indivíduo com a realidade. A que tudo indica, a exposição repetitiva e condensada causa efeitos de passividade às pessoas (SENNETT, 2010). Ezra Park (1973) denomina este fenômeno distante e homogeneizante, em relação ao que é mais distante das pessoas, de relações secundárias. O autor (idem, p. 46) conclui que “o crescimento das cidades foi

acompanhado pela substituição de relações diretas, face a face, “primárias”, por relações indiretas, “secundárias”, nas associações de indivíduos na comunidade”¹⁶.

O poder midiático é um fator tão influente e emblemático para as pessoas e para o imaginário social, que muitas vezes serve como legitimador de uma imagem, uma representação, na qual o próprio indivíduo está inserido. Esse indivíduo passa a assimilar seu próprio meio através das representações veiculadas pela mídia. Dessa forma, sua relação com o espaço passa pelo crivo das fabricações, reproduções e disseminações dos meios de comunicação de massas. Compreendemos que esse caráter é que contribuiu para a passividade e monotonia em relação à imagem do rio Meia Ponte. As definições constituídas pela opinião pública passam a interferir na imagem da realidade do espaço, até mesmo para os que delas são membros, é um fenômeno global que Bauman (1999, p. 8) analisa nos seguintes termos:

Ser local em um mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. Os desconfortos da existência localizada compõem-se do fato de que, com os espaços públicos movidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam.

Este tipo de manifestação é observável dentro das relações sociais e de identidade dos nossos entrevistados. O campo de amostragem por nós delimitado para que referenciássemos às comunidades ribeirinhas e suas perspectivas em relação ao rio Meia Ponte, em um exercício etnográfico, foi o perímetro do setor Jardim Balneário Meia Ponte. Ao se tratar de um bairro com 15.709 habitantes e 2.515.075,23 m² pudemos perceber em grande parte de seus moradores distanciamento em relação ao rio, entendendo que suas noções e perspectivas são muito mais consonantes com as reproduções da opinião pública em geral do que

¹⁶ O termo “comunidade”, tratado por Park, tem um caráter bem diferente do termo “comunidade” de Bauman que trabalharemos adiante. Para Parker, a “comunidade” refere-se a um sentido abstrato, são as associações de indivíduos que não necessariamente se encontram, mesmo que em alguns casos possam ocupar, em determinada ocasião, o mesmo espaço. São as agremiações e sentimentos de pertença e não uma categoria de comunidade pela proximidade. Seria, por exemplo, a “comunidade” de um time de futebol, gregária de todos os torcedores. Por este tipo de comunidade, definida por um grupo abstrato, diluído, disforme, no entanto, existente e imbuído de sentidos e representações, que podemos compreender as manifestações de opinião pública. A opinião pública representa o discernimento de uma “comunidade”; o “grupo” dos leitores, que manipulam/adquirem e repassam a informação até o ponto de torná-la hegemônica.

com suas próprias percepções. Por esta razão é que nossas entrevistas foram feitas por indicação. Alguém que se propusesse a falar do Meia Ponte – visto que a maioria dizia não ter nada a dizer – indicava um conhecido que pudesse também ter algum interesse de contar suas memórias. Com isso, pudemos analisar que o quadro de entrevistados se constituiu por dois perfis, ou eram pessoas ligadas a uma instituição dentro do bairro, que passaram a ser porta-voz de sua entidade, como o caso da escola Balneário Meia Ponte e da Associação de Idosos; ou, eram pessoas de mais idade, idosas em sua maioria. Desta forma, realizamos uma pesquisa qualitativa, abarcando uma pequena área do bairro, como mostra o mapa a seguir:

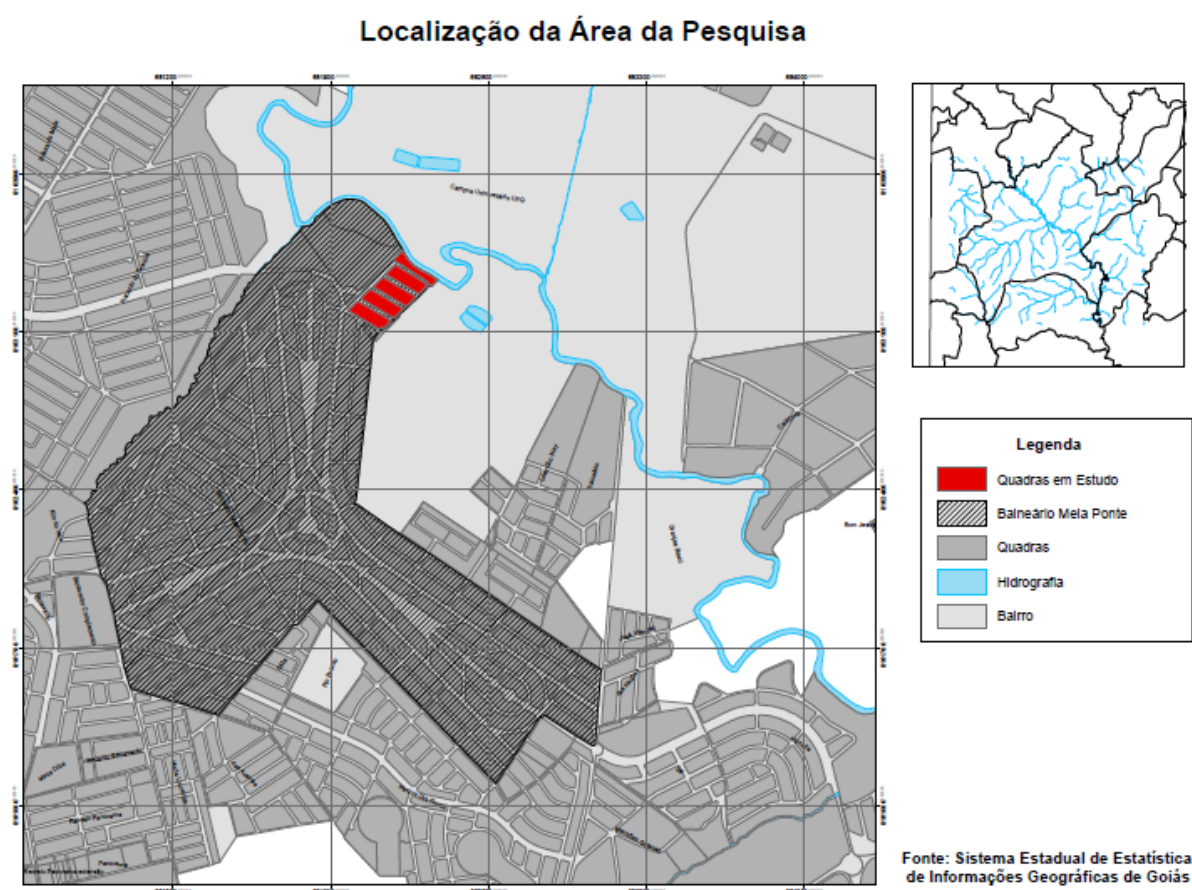


Figura 9. Área de pesquisa no Jardim Balneário Meia Ponte.
Fonte: Elaborado por Karla Maria Silva de Faria.

Dentre nossos entrevistados, aqueles que quiseram falar sobre o rio, também detectamos algumas nuances em relação às suas memórias e imagem em relação

ao Meia Ponte. Ao entrevistarmos alguns membros da escola do bairro, pudemos constatar na fala das professoras aspectos interessantes de apreensão e ressignificação da opinião pública, mesclada com suas próprias experiências do cotidiano. Ambas as professoras que nos deram entrevistas moram e trabalham há décadas no Jardim Balneário Meia Ponte. Quando questionamos o que fazia com que a professora Ilma se lembrasse do rio, sua resposta foi: - Nada. Questionando-a: - Nada? Ela explica:

Como professora eu sei. Mas, como uma pessoa... Morador, se ele estivesse pensando como eu, nada iria lembrar. Porque ninguém aqui... é aqui do lado do colégio praticamente, mas não se vai lá. Se você se lembrar, é por causa do mau cheiro. Se você pode pensar: "Será que é do rio?" Mas geralmente não é. É de outro lugar, é da empresa Unilever. O mau cheiro da região é da empresa Unilever. Então o rio mesmo.... às vezes sim. Se você chegar muito próximo você vai sentir. Mas aqui mesmo (na escola), aqui dentro. Aqui não. Você não vai lembrar porque não é um local que seja bonito, que seja agradável. Então você não vai lembrar. (informação verbal)¹⁷.

As duas professoras, Ilma e Marilene, têm com o rio uma relação majoritariamente profissional, embora vivam no bairro. Marilene esclarece: "A minha proximidade com o rio se dá especialmente pela escola, né? Quando a gente trabalhava projetos voltados para essa questão ambiental... O rio sempre foi um personagem muito importante para nós." (informação verbal)¹⁸.

Nos dias de hoje, sem incentivo da Secretaria de Educação para os projetos de temas transversais, Ilma lamenta: "Agora, a gente... as crianças não estão muito voltadas em saber muito a respeito. Porque a gente trabalha o conteúdo, mas elas não tem a experiência, não vivenciam e aí, na realidade, não aprendem". A mesma

¹⁷ Entrevista concedida por DIAS, Ilma de Oliveira. **Entrevista I**. [maio. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (11'03 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

¹⁸ Entrevista concedida por SAMPAIO, Marilene Eva dos Santos. **Entrevista I**. [maio. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (4'34 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

professora quando pedido que se fizesse uma descrição do Meia Ponte, responde: “Um esgoto a céu aberto.”

Sua resposta é extremamente usual nos discursos midiáticos e várias vezes o jornal usa exatamente a mesma sentença em suas matérias. Este fenômeno pode nos indicar que, na instituição escolar, o aparato discursivo e ordenador do *status quo*, por meio da imprensa e discursos políticos reproduzidos na mídia, são os mais expressivos vínculos com os membros da escola em relação ao seu entorno, o rio. No entanto, pudemos verificar outros indícios de influência nas apreensões e memórias das professoras com o Meia Ponte. Em seus relatos observamos indícios de significações capazes de se desenvolverem somente através da proximidade, na coexistência com o lugar. Este tipo de perspectiva é imbuída por conotações afetivas, que passam por um processo de ressignificação entre a perspectiva recorrente do rio no imaginário social da cidade e a apreensão da vivência no lugar.

Construir uma pesquisa em História Ambiental é, entre outras coisas, buscar reconhecer as singularidades do local/particular de cada meio em relação às manifestações mais globais. As professoras Ilma e Marilene têm muito dos discursos da opinião pública em suas falas, porém, ambas também manifestam em suas relações sociais a influência poderosa da proximidade e afetividade com o ambiente.

Ilma, enquanto professora, exercia, ao trabalhar com projetos educacionais voltados ao Meia Ponte, a cidadania. A professora transpunha os muros da escola. Estas práticas ela conta com orgulho, como realização pessoal. Quando perguntamos quais as coisas agradáveis que lhe faziam lembrar o rio, ela responde:

Agradáveis eu posso me lembrar de quando a gente trabalhava com o projeto. A gente trabalhava como comunidade. De tá lá chamando, fazendo chamamento para toda comunidade escolar e até geral mesmo, do bairro. E tá movimentando, indo lá. Redigindo textos, filmando, falando da conscientização de jogar lixo no meio da rua. Tentar despoluir, cobrar das autoridades para que façam alguma coisa. Então eu penso que esses foram momentos agradáveis de tentar melhorar a situação.

Marilene recorda que através desse trabalho é que a escola se fortaleceu, ganhou destaque: “Inclusive, profissionalmente, nós ganhamos uma premiação em nível nacional com o tema: O lamento do Meia Ponte. Eu e a aluna Kátia fomos para o Rio de Janeiro receber essa premiação”. Além da satisfação profissional, o Meia

Ponte também garantiu experiências e felicidades. A professora conclui reflexiva: “Então, é assim, por causa do Meia Ponte foi a primeira vez que eu andei de avião”.

Essas experiências revelam uma imagem mais profunda e complexa do Meia Ponte. Destes tipos de manifestações que falaremos a partir de agora. Afinal, uma cidade, como um mosaico, é feita de diferenças.

4.3.2.1 Da cidade ao bairro, do bairro à comunidade

“Uma cidade é construída por diferentes tipos de homens; pessoas iguais não podem fazê-la existir”.
Aristóteles

Até o momento, fizemos o trajeto da cidade ao bairro. A partir de então, falaremos da vizinhança e da comunidade. Ambos marcados por relações de proximidade e afetividade.

Park pontua para o estudo das cidades que se considere a planta da cidade e sua organização local. Sua defesa é de que a cidade é constituída tanto de uma organização moral quanto física. Sobre o assunto, ele (1973, p. 29) disserta:

A cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam. A consequência é que a cidade possui uma organização moral, bem como uma organização física, e estas duas interagem mutuamente de modos característicos para se moldarem e modificarem uma à outra.

Reajustando o foco de nossa análise sobre o rio, pusemo-nos a observar de uma perspectiva mais restrita, local, visando compreender as particularidades das relações antrópicas com o ambiente.

Dentro da geografia física de uma cidade, a localização define a forma de cada espaço (lugar) em particular; define sua imagem. São os elementos constitutivos de cada local que influenciam em sua funcionalidade. Contudo, obviamente, este é um movimento muito volátil, vistas as alterações qualitativas que uma forma urbanística implica, quase sempre, em uma nova interpretação funcional de seus elementos; e isso ocorre com frequência (FERREIRA, 1970, p. 124). A localidade com definições próprias é viva, transforma-se, porém, nunca escapa de

uma identificação, uma marca, sua peculiaridade diante do quadro mais amplo da cidade.

Através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. Cada parte da cidade, tomada em separado, inevitavelmente se cobre com os sentimentos peculiares à sua população. Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica, converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua (PARK, 1973, p. 30).

Os sentidos próprios de uma localidade se consolidam no imaginário local e alguns deles passam a ser a chave de entrada para todo um contexto de significados sociais. Por exemplo: paira na memória dos entrevistados um episódio que parece fazer parte do imaginário da região. Todos os entrevistados lembram com forte carga de sentimento da tragédia do afogamento de um casal de gêmeos e seu pai. Na escola, Marilene associa essa tragédia como um dos aspectos negativos de suas memórias sobre o rio:

Dentro do aspectos negativos, o que me marcou foi quando a gente perdeu um casal de gêmeos aqui da escola que foi pescar com o pai no rio. E aí, tem uma manilha onde essa água da chuva que deságua muito forte, né? Segundo o que o pai contou pra gente, quando ouviu o barulho, a chuva começou. Ele foi junto com as duas crianças se esconder da chuva, na boca da manilha. E não entendeu que acima tava chovendo muito e que o barulho que fazia na manilha era a água vindo. Quando ele percebeu, essa água arrastou os filhos. Ele tava com três filhos. Um dos filhos era uma menina e ela pulou para outra manilha que não recebeu esta carga de água tão grande. Quando a água jogou os dois meninos no rio, ele também se jogou e acabou morrendo ele e as duas crianças. [...] Então assim, quem contou, na verdade, foi a esposa dele, né? Porque a outra filha contou para ela como que aconteceu. Isso pra nós aqui na escola foi muito marcante, porque é uma tragédia, né? Sem precedentes.

Dona Maria, quando perguntamos de suas lembranças sobre o Meia Ponte, afirma não ter muitas, já que ali era um espaço mais de homens. Depois relata: “Aí eu lembro dos dois menino arvinho que morreu. Aqueles menino gêmeos que sumiu na mão do pai, e foi assim...eu lembro só de tragédia” (informação verbal)¹⁹.

¹⁹ Entrevista concedida por INÁCIO, Gercino Francisco & INÁCIO, Maria . **Entrevista I**. [maio. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (17'09 min.). A entrevista na

Assim, percebemos a conectividade da vizinhança com seu espaço. No entanto, nosso intuito era de ir ainda mais fundo nas relações sentimentais; buscávamos expressões do ambiente na constituição do indivíduo. A professora Marilene esclarece em seu relato a condição de localidade de forma mais ampla no bairro Balneário Meia Ponte. Ela rememora reflexiva: “O rio para nós durante um bom tempo, por um grande tempo, foi muito próximo. Não está sendo atualmente. Atualmente nós estamos meio parados com os projetos. Então nós estamos muito estacionados só dentro da escola.”

Em sua fala podemos reconhecer o rio como um instrumento de cidadania e aprendizagem. É importante e significativo, mas não corresponde às relações mais profundas e complexas, intrínsecas ao rio que buscávamos. Dona Gilca, coordenadora geral da Associação dos Idosos, também tem com o Meia Ponte este tipo de vínculo, no qual o rio torna-se um elemento de identidade e não mais parte da dinâmica e sentido da vida. É um passado cristalizado que não se tornou uma tradição, um elemento orgânico que cinge, ao mesmo tempo, passado, presente e futuro. Dona Gilca relata o rio da seguinte forma:

Eu vou falar um pouquinho do rio Meia Ponte. A gente tem saudade, né? Do rio e do clube. A gente, criança, a gente banhava no Meia Ponte, pescava, fazia piquenique e hoje a gente não vê mais nada disso, né? Porque o rio ...hoje mais que vão pra lá são as pessoas pra usar droga. O rio é muito contaminado. Muito peixinho morto que a gente vê. A gente fica com muita dó. Então, hoje mesmo, família não vai pra lá. [...] Acabô o clube, acabô o lago que tinha (informação verbal)²⁰.

Ambas têm com seu bairro uma noção de identidade. Elas reconhecem a historicidade do rio e do ambiente onde vivem e trabalham. A história dos gêmeos e seu pai, assim como os carnavais do clube ou as pescas no Meia Ponte são elementos de identidade para os moradores do bairro. O fenômeno de construção de identidade do bairro, por nós identificados nas memórias da professora Marilene

Íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

²⁰ Entrevista concedida por MELO, Landufo Caldeira de & FERREIRA, Gilka Aparecida. **Entrevista I**. [ago. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (48'32 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

e Dona Gilka são para Bauman (2003) um fator de desarticulação de relações comunitárias. Para o autor, o grupo, a partir do momento que se torna “autoconsciente”, já é o substrato de uma comunidade morta, que não existe mais. Esse fenômeno representa a passagem da comunidade para a identidade, visto que para ele, “a comunidade que fala de si é uma contradição, em termos” (idem, p. 17).

A identidade para o autor é a manifestação do esfacelamento de uma comunidade. No entanto, Bauman (2003, p. 17) compreende que existe um caso específico no qual a comunidade acaba por falar e conscientizar-se acerca de sua existência: quando a comunidade fala sobre si no intuito de demarcar os limites que distinguem os de dentro e os de fora. A definição de uma genuína organização comunitária, segundo Bauman (2003), é dada através de um espaço de percepção comum, entendido como “círculo de aconchego”. As relações neste círculo “não derivam de uma lógica social externa ou de qualquer análise econômica de custo e benefício” (idem, p. 16). Para ele, o “círculo de aconchego” é fenômeno de um entendimento “natural”, “tácito” sobre o convívio, que está no seio da comunidade. Nesses termos que identificamos os moradores mais próximos do rio e do clube. São eles, nesse sentido, os de dentro, e é deles que apreendemos os vínculos mais arraigados de afetividade uns com os outros, como também, com o rio. Aqui, a afetividade manifesta-se de maneira mais incisiva. Esse espaço é um “círculo de aconchego”, no qual o entendimento é compartilhado por todos os seus membros sem que muito precise ser dito. Esta apreensão “não é uma linha de chegada, mas um ponto de partida de toda a união. É um sentimento recíproco e vinculante” (idem, p. 15).

Bauman (2003) acredita que as comunidades, nos moldes do “círculo de aconchego”, fazem parte do passado da sociedade humana. Portanto, existe particularmente em nosso caso, uma aproximação e um distanciamento com as análises de Bauman. As relações observadas com parte dos entrevistados – os moradores mais próximos do rio – indicam, pelas categorias de Bauman, que estamos a tratar de uma comunidade. Ela, embora manifeste entre seus membros a elaboração identitária, ainda que seja com o intuito de demarcar os de dentro e os de fora, também se caracteriza como um “círculo de aconchego”. Suas narrativas

são marcadas por este tom híbrido e peculiar, mas, sobretudo, comunal. Nosso universo de amostragem está expresso no mapa a seguir.

Identificamos na elaboração da narrativa de nossos entrevistados alguns elementos de marco. A construção de suas memórias de enlace com seu meio, majoritariamente, foi cingida pelos temas da chegada ao lugar; a importância do clube e do rio em suas vidas e suas relações hoje em dia na comunidade. Tomando como premissa de que “sempre fica o que significa” (BOSI, 2004, p. 66), podemos compreender nessa singularidade constância das temáticas nos vários relatos de vida, como o movimento de socialização entre esses indivíduos, a constituição de uma linguagem comum, aproximada. Sobre a construção social da memória, Bosi (idem, p. 66-67) argumenta:

Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros “universos de discurso”, “universos de significado”, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar sua imagem para a história.

Os marcos de uma memória coletiva se instituem por serem “objeto de conversa e de narração” (idem, p. 67). A evocação de um tema é correspondido pela interlocução de outros, ou ainda através da prática. A ação, outra forma de linguagem, reforça a comunicação dos indivíduos e com rio. O cotidiano e seus afazeres reforçaram o “diálogo” com o meio. As lembranças então fazem submergir os mesmos temas: A chegada; o rio e o clube e; a relação fraternal.

A chegada

Os primeiros moradores que se assentaram no bairro têm vários aspectos em comum em relação à origem e motivos de suas vindas. Vieram, em sua maioria, de uma comunidade rural em busca de emprego e recursos. Seu Landufo, senhor de 90 anos, morador do Balneário desde 1973, esteve na região antes mesmo do loteamento para criação do bairro. No ano de 1946 ele já havia estado na região

para trabalhar na fazenda da família de Otávio Lúcio: “O Balneário era um fazendão. Fazendão. Isso que eu conheço em 1946. Eu conheci como mata.” (informação verbal)²¹. A plantação da fazenda estendia-se à beira do córrego Caveirinha, um dos tributários do Meia Ponte.

Seu Landufo trabalhou na época com plantação de arroz, milho e feijão. Depois de um ano e alguns meses voltou para sua terra natal na Bahia. Já casado, retorna à Goiânia em 1954, junto com a mulher, em busca de tratamento médico. “A mulher adoeceu e eu trouxe ela e foi operada na Santa Casa. Mas porque eu já conhecia que eu trouxe ela. Aí ela operô e fomo embora. [...] A Santa Casa era só de taboa naquela época.”

Seu Landufo e a família voltam então em 1973. Perguntado os motivos de sua vinda ele explica: “Foi vaidade porque eu tinha minhas coisa lá. Tinha minha fazenda, tinha meu gado, tinha tudo. Mais foi influência boba de ouvi conselho de parente.” Ele se instala no bairro e monta o primeiro armazém mais próximo do rio.

Quando Landufo retorna pela terceira vez, tendo antes passado uma temporada no interior de Goiás, trabalhando na roça, observa que a paisagem já havia alterado bastante de uma vinda para outra. Seu Landufo relata:

Quando eu vim praqui já não tinha muita mata porque já foi descortinando, né? Mas no tempo em que eu era solteiro isso aqui tudo era mata. E mata boa. Tinha árvore demais da conta. Jatobá, aroeira, aquele...ipê. Tinha aquele garapa. Aquelas mata. O capim foi depois que eles descortinaram a mata e lotearam a terra. Mas era mata isso aqui. Mata com árvore alta. É, compramo ilegal a beira da mata, né? [...] Nesse tempo o rio era limpo, depois que foi evoluindo aqui é que o rio foi poluindo. Tinha muito peixe e capivara tinha demais da conta. [...] Tinha pacú, matrincham, dourado, tinha piau.

Dona Elza, também vinda da Bahia com a família, descreve com detalhes a paisagem que encontrou ao chegar e quais foram suas mudanças ao longo dos anos:

²¹ Entrevista concedida por MELO, Landufo Caldeira de & FERREIRA, Gilka Aparecida. **Entrevista I**. [ago. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (48'32 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

Óia, eu alembro lá, primeiro quando eu mudei praqui, lá tinha lavora de algodão. Era coisa mais linda, sempre carregadinho os pé de algodão. Aí acabo com a lavora de algodão e mudou para a lavora de tomate. Eu alembro que o povo colocava um cinto aqui no pescoço, uma capangona aqui de um lado e ficava panhando os tomate, panhando os tomate, até despejava na vasia que era de ipê. Aí acabo a lavora de tomate, eles foram fazê roça de milho, fizeram roça de milho parece que foi uns dois anos. [...] A gente não via dono lá de jeito nenhum, a gente passava dentro da roça, mas a gente não conheceu o dono não. A gente viu os pião trabalhando. [...] Aí acabo com tudo. Sim, primeiro foi manga de pasto, manga de pasto cheinha de gado. Aí acabo. Foi passa trator e vendê, a fazê casa (informação verbal)²².

Dona Elza, assim como Landufo, buscaram a cidade de Goiânia para tratamento médico. Com um filho muito doente, Dona Elza tinha como referência de tratamento a cidade de Goiânia. Mudaram ela, o marido e família para o Balneário Meia Ponte. Seu marido foi trabalhar no centro da cidade, de servente de pedreiro.

A história de mais uma família nordestina mostra o poder aglutinador, de influência, que foi se constituindo em torno de Goiânia. Dona Inês veio acompanhando o marido:

Eu pelejei pra ele não vim. Ou vinha ou o pau quebrava. Dizendo: “Então vamo”. [...] O povo falava que aqui tava dando dinheiro a dá com o rodo. E ele veio. Mas eu não queria vim não. Porque deixei minha mãe. Deixei pai, deixei mãe, deixei irmão. [...] Eu gastei treze dia no riba de um caminhão pra chega aqui. Cheguei aqui e já fui direto pra fazenda trabaia. Do lado de Trindade, na fazenda dos Caiado. (informação verbal)²³.

Do trabalho na fazenda vieram para o Balneário Meia Ponte, quem conta é Dona Iria, filha de Dona Inês:

Quando nós viemos aqui pro Balneário foi em 1973. Isso aqui era puro mato, tinha pouquíssimas casas. O ônibus parava lá em cima e tinha uma trierinha que descia aqui, que vinha pra esse clube. [...] esse Meia Ponte aí. A gente tinha o costume de desce pra lá. Marrava corda nas árvore. Tomava banho. Fazia até comida com a

²² Entrevista concedida por PAZ, Elza Rosa da. **Entrevista I**. [maio. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (5'08 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

²³ Entrevista concedida por XAVIER, Iria de Jesus & Xavier, Inês Maria de Jesus. **Entrevista I**. [maio. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (48'32 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

água do Meia Ponte, a gente fazia lá em baixo. Lavava roupa. Tinha tudo quanto é espécie de peixe, né? (informação verbal)²⁴.

Dona Iria então relata: “No começo de 1974 a Ambev começo aí. E depois que ela começo aí foi que o Balneário começou a evolui [...] Meu pai trabalhô nesta Ambev aí muito tempo”.

Seu Gercino e Dona Maria chegam quase na mesma época para que ele trabalhasse na fábrica. Seu Gercino rememora:

Entrei na Antártica em janeiro de 1975 e saí em 1990. [...] A primeira noite do dia em que eu casei vim para na frente do Balneário, né? Essa época era mato e tal e, eu falei pra minha esposa: - Ói! Nós tem que segurar as ponta por aqui. Porque trabalho é ali pertinho, e tal. [...] e ela aguento. Aí, foi onde a gente conseguiu enraizar no Balneário que nada faz a gente sai daqui mais. (informação verbal)²⁵.

As memórias de Dona Naríndia, moradora do bairro desde 1972, está repleta das lembranças das dificuldades da época, mesclada com o prazer do trabalho compartilhado e a comunidade consolidada. Primeiro ela rememora que:

Quando eu mudei não tinha luz elétrica, não tinha água tratada, não tinha asfalto e só tinha um armazém nessa parte que a gente mora, que era do Seu Landufo e do Seu José lá na entrada do Balneário [...] Aqui era cisterna, não tinha água tratada, quando época da seca, secava tudo. Aí a gente descia, pegava as mala de roupa descia, descia ou pro Meia Ponte ou, pro Caveirinha pra lava. [...] A gente passo muito assim... trabalho aqui, porque precisava de energia, precisava da água, não tinha. Não tinha escola quando eu mudei pra cá. Era uma casa de residência que tinha ali embaixo, que lecionava era lá. A escola era lá. Caindo os pedaço. (informação verbal)²⁶.

²⁴ Entrevista concedida por XAVIER, Iria de Jesus & Xavier, Inês Maria de Jesus. **Entrevista I.** [maio. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (48'32 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

²⁵ Entrevista concedida por INÁCIO, Gercino Francisco & INÁCIO, Maria. **Entrevista I.** [maio. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (17'09 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

²⁶ Entrevista concedida por ALBERNAZ, Naríndia Cabral. **Entrevista I.** [maio. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (7'42 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

Ao mesmo tempo que pontua as intempéries, com uma voz cálida nos conta as vezes em que descia para o rio lavar as roupas:

Eu levava os menino, passava o dia com eles lá na beira do rio. [...] Aí eu descia com eles lá pro Meia Ponte. Eu gostava de ir e não gostava de deixar eles sozinho. Então eu fazia comida, fazia lanche, tudo. E levava a mala de roupa pra lava. Chegava lá eles iam toma banho, nada, e eu lavava roupa e de olho neles. Aí quando era fim da tarde a gente vinha embora. Muita gente fazia isso. Então eles brincava com o pessoal lá tudo. Eram muitos colega, conversavam. Às vezes a gente ia duas, ou três, ou quatro (mulheres) lava roupa. Era muito bom, muito divertido. Pescava.

Naríndia indica em suas lembranças o grande fator de enraizamento que liga rio e homens. As atividades de muitos moradores do Balneário Meia Ponte nas décadas iniciais do bairro estão intrinsecamente relacionadas com o rio. Este elo entre atividade e aproximação com o rio conferiu forte elaboração de sentimentos e sentidos que podemos ilustrar na família de Dona Naríndia. Ela nos conta que o marido, servente de pedreiro no centro da cidade, não tinha qualquer relação com o rio a não ser o fato de suas roupas serem lavadas nas águas do Meia Ponte na época de seca e, muitas vezes, o jantar ser de lambaris pescados pela esposa. Naríndia relata que o trabalho não lhe dava tempo de ir ao rio e nos finais de semana o marido preferia descansar. “Era eu e os menino só que ia pro Meia Ponte”. Conclui que ele nada teria a me dizer sobre o rio.

Dona Elza nos dá outro indício do que estamos a afirmar acerca das atividades e a significação entre homens e rio. Ela recorda com carinho:

Peixe? Comi. Eu tinha um vizinho que passava a noite todinha lá pescando. Quando ele vinha ele trazia meio saco de peixe assim ó! Era cada peixe que você precisava de vê. Aí ele arrumava o peixe. A muié dele trabalhava. Ele arrumava o peixe, mas dava uma vasilhada cheinha de peixe.

Com a mulher trabalhando, o vizinho pescava e limpava os peixes. Num gesto de amizade, dividia a pesca com a vizinha.

São das relações de vizinhança, da prática de trabalho e lazer, ao pescar e lavar roupa; do convívio das mulheres e crianças na beira do rio e; no exercício da maternidade que podemos vislumbrar algumas das manifestações da relevância do rio para as pessoas. A prática cotidiana em sinergia com o ambiente permitiu

sentidos e significados complexos desta relação. O “Eldorado” compreendido no emprego fácil, no “dinheiro a dar com rodo”, tornou-se uma realidade por outras vias. Na relação com as pessoas e o rio, a multiplicidade e complexidade de sentidos parecem terem proliferado em um ambiente propício ao dinamismo entre as experiências corporais e laborais e o ambiente (SENNET, 2010). Faltando o acesso à infraestrutura²⁷ que se configurassem em cidadania (MOYSÉS, 2004) o rio foi um importante meio de catarse. As dificuldades foram em grande medida expurgadas através do contato com a natureza e da diversão em comunhão com a vizinhança (PARK, 1973, p. 64-65).

Pelas palavras de seu Gercino trataremos, a partir daqui, dos caminhos que conferiram o “enraizamento” dos habitantes do bairro com seu meio.

O rio e o clube

O clube, integrado ao rio Meia Ponte através de um grande lago, surge juntamente com o bairro. Quando a partilha da terra foi feita, a fim de se constituir o bairro, o clube fora idealizado. Surge como um atrativo para os compradores dos lotes, assim como as praças são promovidas como atrativos na venda dos prédios por toda a cidade atualmente, inclusive na região do Goiânia 2, onde corre o Meia Ponte. Seu José Rosa conta que foi Iris Rezende que autorizou a desapropriação do clube de seus sócios remidos, que garantiram seus títulos ao comprarem seus lotes no bairro. Decretada a falência, o clube foi extinto e apropriado por particulares através da Caixa Econômica Federal. José Rosa declara que:

Ele [Iris Rezende] autorizou a construção [de um condomínio fechado no lugar do antigo clube]. Aí era.... patrimônio da Humanidade. Porque quando foi estudado isso aí, foi doado. Era um resto da fazenda que quando loteou sobrou este retalho.

²⁷ A partir do Código de Edificações de Goiânia de 1947, que incluía as leis de Zoneamento, Lei de Loteamentos e Lei de Uso e Ocupação dos Solos, as concessões para loteamentos, feitos até então exclusivamente pelo Estado, foram abertas à iniciativa privada, por meio das pressões dos proprietários de terras. Segundo esta nova legislação, estes loteamentos só poderiam ser feitos nas cidades-satélites, num raio de 15 Km² da estaca zero da cidade, a Praça Cívica. Desta forma, abriu-se à zona suburbana e rural à economia de mercado. Até 1950, existia a exigência que se garantisse a infraestrutura destes novos loteamentos, como pavimentação (compreendendo entre outras coisas às galerias de águas fluviais), a rede de água tratada e o esgoto. Três anos mais tarde a Lei nº 176, de 16.03.50 revoga as cláusulas que exigem dos proprietários de terras a obrigatoriedade de implantar infraestrutura. Neste cenário é que surgem os loteamentos e o Bairro Balneário Meia Ponte (MOYSÉS, 2004, p. 143-145).

Chamava de retalho. Aí ele doou para fazê um clube e cada pessoa que comprava, ganhava um título. Então ele foi feito patrimônio da Humanidade. Quando ele se tornasse administrável, ele era doado para a unidade filantrópica sem fim lucrativo. (informação verbal)²⁸.

Com um discurso carregado de revolta, Seu José relembra os bons tempos do clube e não se conforma com sua falência. Sua indignação é na passagem de um patrimônio público para tornar-se privado, deixando todos os que usufruíam e tinham direitos sobre o clube em desvantagem.

Dona Iria relembra esta época e desabafa:

Aqui era um lugar que tinha tudo pra ser um dos melhores setores de Goiânia, sabe? Aí, esses presidentes do clube que foi acabando com ele devagarinho, acabando com ele devagarinho, até que chegou nessa situação aí. E ele ficou nessa situação aí muito tempo, enrolado porque eles deviam muito I.N.S.S, imposto pra prefeitura... aí quando ele fechô pra valer o Iris Rezende começou a pintar aí dentro desse clube. Aí saiu uma notícia que ele ia fazer aí uma... como é que fala? Uma área de lazer, sabe? Área de lazer que nada, o que virou foi esse condomínio aí.

O fato é que o clube não existe mais, a não ser na memória das pessoas que o revivem através das lembranças. Hoje, em seu espaço foi feito o condomínio fechado chamado Balneário Villa Verde.

É consenso entre os moradores a beleza do clube, a diversidade de lazer que existia dentro dele e, claro, os inesquecíveis carnavais. Iria nos conta:

Era uma benção esse Balneário. Esse clube aí ó?! Ele era muito povoado. Dia de sábado, domingo, não cabia de pessoal aqui dentro. Festa de carnaval muitas vezes ele tirou o primeiro lugar. Tinha o lago, o lago era enorme. Ele era abastecido através do Meia Ponte. Peixe, muito peixe, sabe? Tinha barco para andar dentro desse lago, tinha tudo. [...] Aqui dentro tinha uma marcenaria dentro desse clube. Tinha jogo de tudo quanto é coisa. Tinha jogo de futebol, que o campo era muito bom; torneio de sinuca; natação, tinha piscina de natação, tinha os alunos de natação. Tinha tudo, tudo. Era um dos clubes mais falado dentro de Goiânia. [...] Estes time de fora aí, era o Vila Nova, o Atlético, eles vinha fazê treinamento aí dentro.

²⁸ Entrevista concedida por ROSA, José Geraldo. **Entrevista I.** [abr. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (20'43 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

Seu Manoel Teixeira, conhecido e autodenominado de Sapituca, surge no bairro em 1962 em busca de emprego no clube. No terceiro dia de trabalho, “abusado” com o barulho das conversas e batucadas no alojamento, resolve sair a noite e lança-se no lago. Todos assustados saem “pra vê ele morrê”. Seu Sapituca fica conhecido a partir de então. O fato é que Seu Sapituca já tinha experiência com a água, ele nos conta:

“Eu era mergulhador. Já há dois ou três anos eu trabalhava em figura de ponte, barragem de ponte, fazendo ponte, barragem de ponte. Eu mergulhava qualquer hora do dia, da noite, não tinha hora. Cinco metros, seis metros, eu entrava debaixo d’água.” Foi dessa forma que com o fim das obras ele permanece no bairro e no clube. Fica trabalhando no clube como salva-vidas, do lago, da piscina e, quando preciso, do rio. De seus 35 anos de trabalho no clube ele conta -“Eu vi o clube nasce e vi acaba também. Porque ele inicio em 1960 e em 2000 ele veio à falência, que paraliso. Morreu o assunto do clube Balneário Meia Ponte. [...] O clube Balneário Meia Ponte, ele foi um dos clube, que ele teve paralelo com uns dos clube mais ricos que teve aqui. [...] Ele disputava paralelo com outro nas festa de Carnaval, festa de fim de ano com o Jaó. E o Jaó era um clube de elite. O primeiro clube de elite aqui de Goiânia era o Jóquei. Depois se tornou o Jaó. E o Balneário durante dez, doze anos, ele disputava quem ganhava em primeiro lugar. O Balneário tirava primeiro lugar no lugar do Jaó. (informação verbal)²⁹.

Mas o rio Meia Ponte era lugar de lazer e comunhão não só através do clube. Seu Gercino nos conta com detalhes sobre as pescarias e os torneios feitos às suas margens:

Nesta época tudo era bem arrumado porque tinha um Tiarico que morava aqui no Balneário. Ele era uma pessoa muito querida por todo mundo. Então ele fez aquela amizade com todo mundo e ele quem inventou a pescaria todo ano no rio Meia Ponte e... fazia a maior festa, dava setenta ou oitenta pescador. Fazia tipo um piquenique e o mato ali dos lado, um matão muito bonito, então limpava a área ali por baixo e todo mundo fazia sua barraquinha. E tinha troféu pela melhor comida, troféu pela melhor salada, pela melhor feijoada. Então, era um dia de festa na beira do rio Meia Ponte. O melhor pescador recebia um troféu, eu como recebi, no momento não tô com ele na mão, mas eu já recebi uma vez. Fui o melhor pescador na época... No caso era duas horas só de pescaria e o fiscal, tudo... aquele que pegava o maior número de lambari ganhava o troféu, era o campeão.

Perguntamos: Em duas horas o senhor pegou trinta e nove?

²⁹ Entrevista concedida por CRUZ, Manoel Teixeira da. **Entrevista I**. [maio. 2013 e jan. 2014]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013-2014. 1 arquivo .mp3 (58'33 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

Seu Gercino: Trinta e nove lambari. Pegava muito. O rio Meia Ponte, ele era tradição em peixe na época que eu mudei pra cá. Pegava toda qualidade de peixe tinha no rio Meia Ponte. Então, a gente pegava, não era só lambari. Pegava piau, pegava tubarana, pegava matricham. Então lá... era variedade. Tubarana é um peixe muito especial, peixe de elite que dava aí no rio também. Agora, infelizmente, acabou... [...] O peixe de hoje na verdade... eu quase mesmo não compro. Porque é um peixe já poluído, né? Então não dá pra comer. É um peixe que você pega ele e não tem a mesma consistência da carne que tinha o peixe de antigamente.

Sim, foram tempos de glória, prazer e comunhão, no qual as fronteiras das funções sociais, assim como do homem com seu meio físico, eram orgânicas, integrativas. Não se dividia sistematicamente trabalho e lazer, atividades cotidianas e contemplação, cuidado e vizinhança. Seu José Rosa, funcionário do clube, nos conta: “A gente trabalhava de noite lá berando o lago e via aquele bando de capivara passando com os filhotinho. A gente fazia a luz lá, a gente trabalhava domingo à noite e, a gente ficava olhando elas passando na beira do rio”.

Seu Sapituca, lembrando-se das noites de trabalho nos Carnavais:

Na hora do intervalo, na hora da folga, eu entrava no meio e misturava com o povo. Aí durante a madrugada, quando se tinha duas horas que eliminava o serviço, liberava o trabalho da gente. Eu entrava no meio dos sócio. Ninguém sabia quem era empregado e quem era sócio, né? E aí eu peguei e entrava no meio. Aí, como diz o outro, eu entrava no fogão e entrava e misturava no meio dos sócio e ninguém sabia quem era funcionário e quem era sócio. E aí eu entrava e aquilo eu fui multiplicando aquilo.

E o multiplicar de seu Sapituca era fazer uma marchinha de carnaval e cantar nas noites de folia a pedido dos companheiros foliões.

Seu Gercino, frequentador do clube e dos bailes de carnaval, também ganhava algum dinheiro com os carros estacionados no terreno próximo a sua casa. Assim como Dona Inês, que vendia artigos de comer geralmente em frente a sua casa. Sua casa ficava em frente ao último ponto de ônibus, na portaria do clube. Dona Inês ganhava uma renda com o que ela mesma produzia. Ela nos que conta:

Eu vendia de tudo, um dia amendoim, um dia milho verde. Vendia mandioca cozinhada, milho cozinhado. Eu fazia maneco pelado pra vendê aí no colégio e na portaria. A mandioca eu plantava. Aqui no meu quintal se plantava e fazia. Ah! Tudo que planta aqui dá, minha filha. Ah é! A terra aqui é boa.

A filha de Dona Inês, Dona Iria, técnica de enfermagem concursada, em seus dias de folga, quando não ia ao clube ou até o rio para diversão, trabalhava no vestiário do clube.

E assim os vizinhos conviviam entre trabalho e diversão; se encontravam e aproximavam seus corpos e sentimentos. Misturando prazer e subsistência, visto que o rio era fonte de alimento para os moradores através dos peixes e o clube garantia a renda de muitos.

A expressão mais autêntica da integração entre todos os aspectos da vida dos nossos entrevistados em uma forma orgânica é observável na vida de Seu Sapituca. A imagética dos ribeirinhos chega ao seu clímax na sua figura. Podemos aplicar as considerações de Mircea Eliade sobre as manifestações de epifania, na sublimação com o sagrado através da natureza, nas experiências e relatos de vida desse personagem.

Quando Seu Gercino menciona a pessoa de Seu Manoel Teixeira, Sapituca, ele exemplifica o tipo de idiossincrasia decorrente do contato e sinergia com a natureza que Eliade assevera. Nas palavras de Seu Gercino, Sapituca era: “praticamente um peixe, um filho do rio Meia Ponte [...] Uma pessoa que entende fundo deste Meia Ponte. [...] acho que ele sabe até as pedras que tem no fundo do Meia Ponte, ele sabe...Um grande pescador que tinha no Meia Ponte, na época”. Na condição de enlace de Seu Sapituca com o rio, na profunda compreensão de suas águas, que lhe garantiram o reconhecimento de filho, é que identificamos sua experiência de epifania com a natureza. De fato, a relação de Seu Sapituca parece ainda extrapolar este tipo de manifestação que, em grande parte, é efêmera. Seu Manoel tem em sua própria constituição como indivíduo e como membro social a marca do rio. Ele reconhece a relevância do rio para sua vida, para ele ser o que é. E membros da comunidade a que pertence também o reconhecem e valorizam esta condição. Sapituca representava e, ainda representa, como integrante de uma ONG em prol do rio, os Guardiões do Verde, a relação entre a natureza e os homens. Através dos resgates, da vigilância de suas vidas, da segurança transmitida pelo entendimento dele sobre o Meia Ponte, é que Seu Manoel Teixeira: “Muito querido [...] no setor, hoje eles fala que é o pai do Balneário.” (Entrevista com Gercino, 2013).

A pequena humanidade

Seu Sapituca é tido como filho do Meia Ponte dado seu vínculo com o rio. O longo tempo que passou em suas águas fez com que ele fosse associado ao seu meio. Recordar a figura de Seu Sapituca é quase que uma evocação das memórias também do Meia Ponte. Seu Sapituca passa a ser como um mediador e interlocutor das lembranças e memórias mais próximas, pretéritas, dos homens com o rio. Foram inúmeros os resgates que ele fez de afogamentos quando até o corpo de bombeiros já havia desesperançado as famílias de encontrar os corpos. Seu Sapituca nos conta que sua vantagem está em sua experiência com o rio, por vê-lo na seca e quando cheio; por identificar suas sinuosidades, “seus obstáculos”; por entender sua formação, suas locas, seus buracos e sumidouros; compreender a dinâmica das correntezas das águas em meio às pedras, onde os galhos se depositavam. Por esta experiência foi que ele, enfim, quem encontrou o casal de gêmeos e seu pai. Esse evento e tantos outros trouxeram a confiança e reconhecimento dele como filho do rio. Seu papel de guardião passa a ser uma extensão da interlocução dele com o rio que esteve presente em sua vida, “como um pai, uma mãe, com quem você tem mais intimidade”, e a comunidade. Como guardião do verde, vigia as margens do rio:

Chego aí, alguém tá aqui, às vezes pondo uma rede. Digo: “Oh, meu irmão, vamô fazê o seguinte? Deixa um pouquinho pros otro? Se você põe uma rede, põe uma tarrafa aqui, tá tirando o meu direito, tá tirando o direito do seu irmão. O peixe é pra todo mundo. É pescado, não é naufragado.”

Na vigília, ele perpetua o que é comum e importante para a comunidade.

Quanto ao seu reconhecimento como pai do bairro Balneário Meia Ponte, podemos atestá-lo através de sua figura aglutinada das expressões de sentido, dos valores, relevantes (fundamentais) a esta pequena comunidade. Integrado ao seu meio, Sapituca é como um reduto de memória. Se Dona Iria, Seu Gercino, Dona Elza, Dona Naríndia, assim como as professoras e Dona Gilca, da Associação dos Idosos, cada vez mais distanciam seus corpos e mentes da beira do rio, seu Sapituca, enquanto guardião, ainda anda por suas margens todos os dias. Desta

forma, incita nos outros o exercício de rememorar e com isso revive o rio em suas vidas. Ter uma grande consideração pela comunidade é decorrente dele cuidar do que para todos é importante. Estamos aqui a falar muito mais do que somente da estrutura e preservação do rio. A figura de Seu Sapituca é uma espécie de lembrete para a comunidade acerca de sua linguagem, é um demarcador entre os de dentro e os de fora. O rio está em suas histórias e na maneira de como congregar a comunidade.

Essa é a importância do trabalho em loco, poder apreender não só o que se fala, mas como e o quê se faz em determinado ambiente. Seu Gercino fez um intervalo na construção de uma parede que estava sendo erguida no fundo de sua casa para nos conceder a entrevista. Em meio a nossa conversa chegam dois vizinhos para pedir algumas telhas para uma construção que estava sendo feita na casa de um deles. Num clima de amizade, fizeram alguns comentários sobre o Meia Ponte e partiram com as telhas. Na manhã que fomos entrevistar Dona Inês e sua filha, Seu Sapituca estava capinando o lote das duas. Seu José Rosa, assim como Seu Sapituca, fazia questão de acompanhar-me até o ponto de ônibus quando terminávamos nossas conversas. E todos que me falavam do clube e do lago propunham que fôssemos até lá para que víssemos melhor o que eles perderam. Os moradores que moravam em área de proteção permanente (APP) e foram removidos para um loteamento popular sempre foram lembrados por seus vizinhos. Inclusive fui levada à beira do rio para que visse as árvores frutíferas que eles cultivam em seus antigos quintais. O que se tem nessa pequena comunidade e que vem se enfraquecendo são as relações físicas com o Meia Ponte e entre os próprios vizinhos, vínculos construídos nos primeiros anos do bairro próximo ao rio. Alguns vizinhos partiram, outros já faleceram, os filhos e netos de nossos entrevistados têm relações mais superficiais com a vizinhança. Suas referências no bairro são mais expressivas no núcleo familiar, na casa.

Sendo o clube um dos pequenos benefícios estruturados desta comunidade, e o rio o ponto de encontro e agremiação, sua extinção e degradação restringiu a possibilidade de tornar o espaço de moradia em lugar de convivência para os habitantes mais novos. Para os moradores antigos, os laços de fraternidade são o

que sustentam a ainda existente comunidade. Por essa razão que eles não cansam de indignar-se com o que foi feito do clube e margens do rio:

Sobre a área de construção dentro do clube, seu José Rosa comenta:

Aonde tá essas casa aí tudo. Aí era um mato fechado. Então era fresquinho o ar. Eu não gosto porque cortaram muita madeira. Derrubaram muita madeira perto do rio. Derrubaram peroba. As árvores mais altas pra não oferecerem perigo pros moradores eles cortaram. Aí era área ambiental.

Dona Iria, sobre as árvores derrubadas, lamenta:

Você vê, este clube tinha cada árvore coisa mais linda. Cortaram tudinho. De certo a AMMA (Agência Municipal de Meia Ambiente), né, Liberô. Porque tinha carro da AMMA parado aí. Você vê. Existe as pessoas assim que : Ah! Vamos preservar a natureza. Mas na hora que chega... eu pra mim isso foi tudo comprado. Tudo pago pra tê liberação.

Parece então que mostrar e reviver a presença dos vizinhos retirados da APP na beira do rio, mostrar suas árvores frutíferas, contar sobre suas criações de galinha, que eles vendiam pra vizinhança e, por fim, lamentar a tomada do lugar por usuários de drogas e o condomínio fechado, são uma condução de nossos olhos e ouvidos para as seguintes questões: Compreende enfim a diferença entre os de lá e os de cá? Capta as fronteiras simbólicas de nosso lugar? Deu-se conta de nossa história e complexidade? Percebe nossa atual fragilidade?

Aqui a perpetuação das imagens do rio mais correntes na cidade, a saber, de uma noção bucólica ou de degradação, propagada pelas imagens midiáticas e nas propagandas imobiliárias não são o retrato fidedigno da realidade. O curso d'água do Meia Ponte, integrado à cidade, transpõe os significados de recurso aquífero, instrumento de saneamento. Embora seja marcante seu contexto dentro da malha de relações de poderes de Goiânia, que reverbera os sentidos de abjeção, pondo-o na pauta dos problemas de saneamento e preservação ambiental e de contemplação da natureza, condicionando-o à especulação imobiliária, as apreensões dos moradores mais próximos ao rio são configurações múltiplas. Na polissemia do Meia Ponte, expressa através de diferentes apropriações e percepções do espaço, o rio reveste-se entre outras imagens na de lugar de dejetos,

fonte de alimento, única opção de moradia e renda (com os criadouros, hortaliças, pesca), conteúdo de estudo da escola, lugar das memórias de infância, símbolo de reconhecimento e congregação de uma comunidade. Essas imagens locais contrapostas às da opinião pública acabam por lançar à comunidade a reflexão de seu lugar dentro dos interesses e representações no contexto da cidade. Refletindo sobre as condições do rio no bairro, Seu Gercino, remanescente da pequena comunidade, pondera a condição do rio inserido nos seguintes termos: -“O progresso é bom pra algumas coisas, mas dá pobrema pras outras. Eu acho que o progresso tem que ser mais perfeito. Eles fazê ele e prepará pra não ter as barreira que vai dá depois esse progresso. E acho que é isso aí.” Estamos a tratar de uma comunidade que fala de si, compreende seu espaço dentro da estrutura de Goiânia e entende o particular de seu lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de nosso trabalho foi de buscar, dentro de um recorte de crítica ambiental, a historicidade de um rio. Como proposta analítica, buscamos reconhecer o lugar e o papel da natureza na elaboração de sentidos e significados para os homens. Entretanto, antes de tudo, na primeira parte de nossos estudos propusemos-nos a entender a composição do próprio rio, mostrar sua condição autônoma, sua própria historicidade e, então, conectar sua existência à dos homens. A hipótese básica do trabalho era da relação complexa e profunda dos homens com o elemento água e o rio. Respaldamo-nos no método comparativo de Micea Eliade, a fim de identificar as manifestações entre os homens e o ambiente aquático ao longo dos tempos em distintas sociedades. Buscamos inteligibilidades comuns sobre o mundo natural, expressões aproximadas. A partir dessas comparações, problematizamos a relevância do elemento água para a manutenção e apreensão da vida e suas configurações com o advento da modernidade e contemporaneidade. Retrataríamos algumas estruturas *sui generis* de subordinação dos espaços e da natureza, que foram se consolidando no modelo civilizacional universalizante a partir da modernidade.

Ativemo-nos em algumas das expressões das transformações sociais, culturais, políticas e econômicas do sistema capitalista e analisamos alguns de seus aparatos legais e jurídicos concernentes à água. Toda a primeira parte de nosso trabalho foi elaborada no sentido de buscar as interlocuções de ampla escala em relação ao nosso objeto de estudo.

Os dois eixos articuladores da modernidade, a saber, as noções de desenvolvimento e progresso, foram o ponto de partida para as análises mais particularizadas. A partir da segunda parte de nosso estudo, debruçamo-nos sobre o peso e relevância das relações e práticas cotidianas na qual o sujeito está imerso. Stuart Hall (2006), explica que embora exista uma cultura globalizada, de massas, o ponto de referência da maioria das pessoas é do que lhe é mais próximo e comum, do vivenciado, do indissociável. Para ele, um dos pontos de crítica de uma noção simplista acerca da homogeneização cultural deve ser realizado a partir do questionamento do que realmente é afetado por ela:

[...] uma vez que a direção do fluxo é desequilibrada, e que continuam a existir relações desiguais de poder cultural entre o “Ocidente” e “o Resto”, pode parecer que a – embora seja por definição algo que afeta o globo inteiro – seja essencialmente um fenômeno ocidental. [...] Na última forma da globalização, são ainda as imagens, os artefatos e as identidades da modernidade ocidental, produzidos pelas indústrias culturais das sociedades “ocidentais” (incluindo o Japão) que dominam as redes globais. A proliferação das escolhas de identidade é mais ampla no “centro” do sistema global do que nas suas periferias. Os padrões de troca cultural desigual, familiar, desde as primeiras fases da globalização, continuam a existir na modernidade tardia. (HALL, 2006, p. 78 e 79)

Pudemos identificar as expressões das noções de modernidade no projeto brasileiro de desenvolvimento, através da análise da marcha para o oeste e suas expressões particulares na figura política de Pedro Ludovico. Desse contexto é que consideramos a dinâmica do rio Meia Ponte com a cidade e seus moradores. Num exercício de diminuição gradual nas escalas de análise, buscamos as apreensões sociais dos moradores de Goiânia em relação ao rio. Nosso ponto de chegada, a perspectiva mais aproximada foi realizada com os moradores do entorno do rio no bairro Balneário Meia Ponte.

Identificamos em toda a pesquisa uma tendência homogeneizante e utilitarista da natureza e, por conseguinte, dos meios aquáticos no sistema capitalista. Na cidade de Goiânia identificamos duas expressões simbólicas importantes dentro do imaginário social em relação à natureza, a de modernidade e de cidade verde. Em relação ao Meia Ponte, ao passo que a cidade fora desenvolvendo-se indiscriminadamente, sem obedecer às considerações do seu primeiro planejamento e, posteriormente, quando os planos diretores da cidade ficaram à mercê dos interesses imobiliários particulares, pudemos identificar a degradação do curso do rio e sua projeção no imaginário da cidade como lugar abjeto.

No entanto, pudemos constatar que para os entrevistados que vivem nas proximidades com o rio foram elaborados outros tipos de significados com seu ambiente. Os relatos rememoram e apresentaram outras relações e apreensões com o rio Meia Ponte. As hipóteses de nossa pesquisa em relação à memória/identidade/significações ativeram-se por um tempo à perspectiva de

abjeção sobre o Meia Ponte, devido ao contato com todas as matérias realizadas pelo jornal O popular das décadas de 1990 até o ano de 2013. Tomando como referência o discurso da imprensa, grande veiculadora de informação na cidade e fonte de um poder radiador de opinião pública, apostamos na feição abjeta do rio como sinônimo predominante de sua identidade, porque é desta maneira que ele é retratado majoritariamente.

Acreditávamos que as narrativas iriam com suas respectivas mudanças individuais, comuns à cada ser humano, confirmar esta forma: do esquecido, do não dito, do renegado, do transtorno, do indesejável. No entanto, pudemos verificar através de nossos entrevistados que a história entre o Meia Ponte e os homens é muito mais complexa e profunda a ponto de superar a noção de espaço abjeto que supúnhamos.

É preciso admitir o poder da comunicação de massas em influenciar a construção de sentidos e significados nos habitantes de uma cidade, seja lá qual for o assunto. Mas é igualmente indispensável detectar o peso e relevância da construção de sentidos em presença do espaço, que como nos foi possível observar na comunidade pesquisada, modifica os sentidos construídos pelos meios de comunicação de massa.

Assim, como resposta à noção corrente em relação ao seu espaço, o sentido de abjeção é um fator circundante nas narrativas dos entrevistados. Faz parte do princípio de suas construções narrativas, porém, este preâmbulo na construção de suas memórias é construído no exercício de apresentar no discurso os valores e categorias de pertencimento do grupo e a distinção com os outros. Eles, conscientes da interface mais conhecida do Meia Ponte, a de abjeção, em seus relatos a retomam para desenvolverem, a partir deste ponto, uma defesa e apresentação do rio sob outras imagens. Tentando responder o presente, buscar uma composição na fala – que estruture e dê sentido do hoje para o passado – os entrevistados elaboram seus relatos com base em um elemento de reconhecimento comum a todos os habitantes da cidade e, assim, o reconfiguram com expressões pessoais e locais. Feito isso, apresentam a si mesmos e sua comunidade de outra maneira.

Passam então a falar do rio da vizinhança. O rio, elemento aglutinador da comunidade e de suas memórias, está significado pela proximidade de um meio

integrativo, que reúne homens e seu ambiente em um fenômeno orgânico. Estas são as características dessa comunidade, para ser um de seus membros é necessário que se more no lugar, divida o mesmo espaço, no entanto, não é simplesmente isso que faz com que alguém seja de dentro. Existe, compartilhado silenciosamente, mas visto através da prática, um código de conduta reconhecido e aceito, no qual o fator mais expressivo é a valorização da solidariedade. Todos estes aspectos revelados nas entrevistas nos permitem então adentrar no campo das afetividades. As experiências sociais da comunidade; os conflitos de interesses políticos e econômicos em relação ao seu ambiente; o reconhecimento do rio e do bairro como seu lugar; todos esses elementos são transpassados pela afetividade.

Identificamos que as relações com o espaço e as construções íntimas do sujeito em relação ao seu meio são repletas de dimensões, camadas, profundidades. Embora exista um fator agregador entre as narrativas e as pessoas, cada qual desenha sua paisagem em relação ao rio. Alguns compõem esta relação com tons mais monocromáticos, outros enchem a mão em sua palheta, revelando perspectivas, composições e contrastes surpreendentes. Para Dona Maria, o rio é um assunto distante e tristonho. Sua maior lembrança é sobre o afogamento marcante de duas crianças gêmeas e seu pai. Ela justifica o distanciamento com o rio, argumentando ser ele muito mais um espaço dos homens. Mas, Dona Naríndia contrapõe esta afirmativa; ela guarda na memória suas idas ao rio para lavar roupa, evento que, segundo ela, era coletivo. Jam Dona Naríndia e suas vizinhas, acompanhadas dos filhos, para a beira do rio, e lá passavam boa parte do dia. O rio era ao mesmo tempo o espaço do trabalho, do lazer e da socialização.

Uma grande amplitude na palheta de cores e contrastes podemos observar nos quadros elaborados por Seu Manoel e Seu Gercino. Em suas narrativas o Meia Ponte tem vigor. É também o lugar de tragédias e/ou abjeção, porém, além destes aspectos ele é o recanto da felicidade, dos tempos bons de outrora, da rica existência na coletividade, do empoderamento do indivíduo. Foram eles excelentes pescadores, e Seu Manoel o melhor nadador conhecido do Meia Ponte no bairro, salva-vidas de profissão. Em suas narrativas identificamos que o Meia Ponte permeava as produções coletivas de valores, saberes, atividades e trabalhos,

construindo o homem no rio, dando suas águas sentidos às existências destes sujeitos.

Em suma, este trabalho apresentou as diversas faces do rio, tantas quantas foram as relações que com ele estabelecemos. Por vezes, sua corrente fora demasiado forte para nos situarmos imóveis de modo a observá-lo. Mesmo observando-o de um ponto fixo, ele não se deteve, continuou sendo rio a correr fugidio para longe da vista. O rio exigiu que reconhecêssemos primeiramente sua vastidão, em tempo e espaço, e apenas raras vezes nos permitiu o mergulho profundo em suas águas que tanta história preserva. Destas histórias pudemos vislumbrar apenas alguns de seus filamentos, alguns de seus movimentos de trânsito rumo à vastidão do oceano, na esperança que mais tantos outros historiadores também mergulhem em suas histórias.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007. 256 p.

BARBOSA, Altair Sales; SCHIMIZ, Pedro Ignacio. Ocupação indígena do Cerrado: esboço de uma história. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (Ed.). **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. p. 3-43.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141p.

_____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 145 p.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 362p.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Ed. nº 1059. [s.l.]: Coleção Saber, Publicações Europa América, 1963.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. 12°. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2004. 484p.

BRASIL, Agência Nacional das Águas (ANA). Diagnóstico da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, RP 03, Parte A. In: **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (PRH-Paranaíba)**. 2011. Disponível em: http://www.paranaiba.cbh.gov.br/PRH/RP03-Parte_A.pdf. Acesso em: 6 set. 2013.

BRASIL, Agência Nacional de Águas (ANA). **Panorama da qualidade das águas superficiais do Brasil 2012**. 2013. Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/publicacoes/Panorama_Qualidade_Aguas_Superficiais_BR_2012.pdf > Acesso em: 5 abr. 2013.

_____, Agência Nacional das Águas (ANA). **Qualidade das Águas Superficiais do Brasil 2012/2013**. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/>. Acesso em: 15 jun 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Recursos Hídricos**: Lei 9433/97.1997. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/Institucional/Legislacao/leis/lei9433.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

BRUNI, José Carlos. A água e a vida. **Tempo Social**, Revista de Sociologia – USP, São Paulo, v. 512, p. 53-65, 1994.

CAJINGAS-ROTUNDO, Juan Camilo. La biocolonialidad del poder: Amazonia, biodiversidad y ecocapitalismo. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Comp.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre; Universidad Central, Instituto de Estudios Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 169-193.

_____. **Pensamiento ambiental**: um pensar perfectible. 2003. Disponível em: <<http://www.ensayistas.org/critica/ecologia/>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

CASTILHO, Paulo. **A água e a cidade de Goiânia**. Disponível em: <<http://meiaponte.org/artigos/a-agua-e-a-cidade-de-goiania.html>> Acesso em: 28 jan. 2014.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. 2005. Disponível em <<http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/La%20postcolonialidad%20explicada%20a%20los%20ni%C3%B1os.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2012.

CPDOC- Arquivo do jornal O Popular – Centro de Documentação e Pesquisa do Jornal (CEDOC) – Goiânia

CUNHA, Marco Vinícius Godoi de Melo. **Impactos na qualidade da água do rio Meia Ponte, na área urbana de Goiânia/GO**: uma análise integrada dos aspectos ambientais e de saúde. 2006. Disponível em <http://www.cpgss.ucg.br/home/secao.asp?id_secao=3102&id_unidade=2>. Acesso em: 9 nov. 2012.

DAHER, Tania. **Goiânia**: uma utopia europeia no Brasil. Goiânia: Instituto centro Brasileiro de Cultura, 2003. 323p.

DEAN, Warren. **A ferro e a fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DINIZ, Anamaria. **Goiânia de Attílio Correa Lima (1932-1935)**. Ideal estético e realidade política. 2007. 250f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

_____. O jardim dentro da máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 276-298, 1988.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, J. L.; SILVA, S. D.; DRUMMOND, J. A.; TAVARES, G. G. (Org.). **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 333-366.

DUARTE, Regina Horta. **História & natureza**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

ELIADE, Mircea. **O mito do eterno retorno**: arquétipos e repetição. Lisboa: Edições 70, 1969. 174p.

_____. **Tratado de História das Religiões**. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 479p.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China**: uma nova história. 3. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008. 469 p.

FERREIRA, Vítor Matias. **Fascínio da Cidade**: memória e projeto da urbanidade. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais e Ler Devagar, 2004.

_____. **O fenômeno urbano**: notas prévias para a formulação de um objeto. Lisboa, 1970. Disponível em: < <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224255230K6bPA4me3Bw99CA3.pdf> > Acesso em: 4 set. 2013.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

FONSECA, Alberto de Freitas. **Controle e uso da água no Ouro Preto dos séculos XVIII e XIX**. 2004. 127f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Núcleo de Pesquisa em Recursos Hídricos – Pró-Água, Universidade Federal de Ouro Preto, 2004.

GALL, Norman. **Água na China**. 2012. Disponível em: http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp47_pt.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

GALLINI, Stefania. Invitación a la Historia Ambiental. **Revista Tarea**, Panamá, CELA – Centro de Estudios Latinoamericanos “Justo Arosemena”, p. 5-28, 2005.

GALINKIN, Maurício. **Geogoiás 2002**: estado ambiental da Goiás 2002. Goiânia: SEMARH – GO, 2003.

GODOI, Armando de. Relatório apresentado ao Sr. DR. Interventor Federal, em Goiaz, pelo engenheiro urbanista Dr. Armando de Godoi. Relativo à construção da nova capital do Estado de Goiaz nas proximidades da cidade de Campinas In: MONTEIRO, Ofélia Socrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938.

GOIÂNIA. **Projeto Macambira-Anicuns**: Estudo de Impacto Ambiental (EIA). 2004. Disponível em < <http://rmdaveiga.files.wordpress.com/2011/01/eia-macambira-anicuns.pdf> > Acesso em: 4 jan. 2014.

GOIÁS, Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Proposta de instituição do Comitê da bacia hidrográfica do rio Meia Ponte**. 2001. 27p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004. 197p.

LEFF, Enrique. **Construindo a História Ambiental da América Latina**. 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/383> > Acesso em: 3 fev. 2013.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Os historiadores e os rios: a natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999. 272 p.

LIMA, Atílio Corrêa. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Pedro Ludovico, pelo engenheiro Corrêa Lima In: MONTEIRO, Ofélia Socrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. História Ambiental: uma demanda contemporânea. **Caderno de Pesquisa Cdhis**, Uberlândia, v. 23, n. 2, p. 483-496, jul./dez. 2010.

MONTEIRO, Ofélia Socrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: UCG, 2004. 418 p.

_____; SANTOS, Sandra Sarno Rodrigues dos. **Cidade, território e requalificação urbana: programa Macambira-Anicuns na metrópole goianiense**. 2009. < <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/311> > Acesso em: 10 set. 2013.

OLIVEIRA, Eliezer Cardoso de. **Imagens e Mudança Cultural em Goiânia**. 1999. 254f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de. **“Marca d’ água”: o ser e o existir do rural no espaço metropolitano de Goiânia**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PARK, Ezra Robert. A cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

PDIG/2000. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (1992)**. Goiânia: IPLAM.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 53, June 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 mar. 2014.

PESSOA, Fernando. **Poesia/Alberto Caeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 306 p.

PINTO, Nelson L. de Sousa. **Hidrologia básica**. São Paulo: Edgard Blucher; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

PRADO Jr, Caio. **História econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 364 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (Ed.). **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. p. 89-166.

RUBIN, Julio Cezar Rubin de. **Sedimentação Quartenária, contexto palioambiental e interação antrópica nos depósitos aluviais do Alto Rio Meia Ponte – Goiás/GO**. 2002. 293f. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) – Pós-graduação em Geociências, UNESP, Rio Claro, 2002.

RUSSELL, Bertrand. **História do pensamento ocidental: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. 463 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e cultura de fronteira. **Tempo Social**, Revista de Sociologia Da USP, São Paulo, v. 5, p. 31-52, 1994.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e político na pós-modernidade. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 348 p.

SENNET, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 2. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010. 417p.

SILVA, Clarinda Aparecida da. **Goiânia(s)**: representações sociais e identidades. 2012. 331f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

SILVESTRE, Maria Elizabeth Duarte. **Código de 1934**: Água para o Brasil industrial. 2008. Disponível em: < <http://www.feth.ggf.br/%81gua.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

STRUMINSKI, Edson. **D. Pedro II adotou o romantismo naturalista para consolidar o Império no Brasil**. 2013a. Disponível em: <<http://www.historiaambiental.org/?paged=1>> Acesso em: 5 jun. 2013.

_____. **A política ambiental na era Vargas**. 2013b. Disponível em: <<http://www.historiaambiental.org/?paged=1>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. Goiânia. Cultura Goiana, 1973.

TEJERINA-GARRO, Francisco Leonardo. **Biodiversidade e impactos ambientais no Estado de Goiás**: o meio aquático In: ROCHA. Cleonice; TEJERINA-GARRO, Francisco; PIETRAFESA, José. (Org.). **Cerrado, Sociedade e Ambiente**: desenvolvimento sustentável em Goiás. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2008. p. 15-49.

TUAN, Yu Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Edue, 2012. 342p.

WORSTER, Donald. **John Muir e a paixão pela natureza**. 2005. Disponível em: <periódicos.ufsc.br/index.php/esboços/article/view/209>. Acesso em: 24 fev. 2013.

_____. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

_____. Pensando como um Rio. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFRP, 2008. p. 27-46.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente e Sociedade**, v. VI, n. 2, p. 23-44, jan./jul. 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Termos de Autorização

Termo de Autorização:

Os abaixo assinados moradores do entorno do Rio Meia Ponte, situados na cidade de Goiânia, autorizam a pesquisadora: Angela Ciccone Pinto a fazer uso de suas narrativas, registradas durante o trabalho de campo, provenientes de pesquisas utilizadas junto a essa comunidade no ano de 2013. O conteúdo de tais narrativas abarca relatos de vida destas pessoas com a região em que vivem.

Os abaixo assinados autorizam a referida pesquisadora a utilizar suas narrativas das seguintes maneiras: 1) Reproduzindo seus conteúdos parcial ou integralmente, inclusive respeitando sua norma cultural típica em termos lexicais; 2) Publicando-as em revistas, periódicos e livros, desde que estes correspondam unicamente às finalidades científico-educativas; 3) Divulgando-as em meio eletrônico, audiovisual e encontros acadêmicos, desde que esses correspondam igualmente às finalidades científico-educativas.

Assinatura

Landulfo Caldeira de Melo

Termo de Autorização:

Os abaixo assinados moradores do entorno do Rio Meia Ponte, situados na cidade de Goiânia, autorizam os pesquisadores: Angela Ciccone Pinto, Jéssica Fernandes Pinheiro, Alexandre Martins de Araújo a fazerem uso de suas narrativas, registradas durante o trabalho de campo, provenientes de pesquisas utilizadas junto a essa comunidade no ano de 2013. O conteúdo de tais narrativas abarca relatos de vida destas pessoas com a região em que vivem.

Os abaixo assinados autorizam os referidos pesquisadores do programa de pós-graduação da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás- UFG a utilizarem suas narrativas das seguintes maneiras: 1) Reproduzindo seus conteúdos parcial ou integralmente, inclusive respeitando sua norma cultural típica em termos lexicais; 2) Publicando-as em revistas, periódicos e livros, desde que estes correspondam unicamente às finalidades científico-educativas; 3) Divulgando-as em meio eletrônico, audiovisual e encontros acadêmicos, desde que esses correspondam igualmente às finalidades científico-educativas.

Assinatura

Genivaldo Lacerda Inácio

Termo de Autorização:

Os abaixo assinados moradores do entorno do Rio Meia Ponte, situados na cidade de Goiânia, autorizam a pesquisadora: Angela Ciccone Pinto a fazerem uso de suas narrativas, registradas durante o trabalho de campo, provenientes de pesquisas utilizadas junto a essa comunidade no ano de 2013. O conteúdo de tais narrativas abarca relatos de vida destas pessoas com a região em que vivem.

Os abaixo assinados autorizam a referida pesquisadora a utilizar suas narrativas das seguintes maneiras: 1) Reproduzindo seus conteúdos parcial ou integralmente, inclusive respeitando sua norma cultural típica em termos lexicais; 2) Publicando-as em revistas, periódicos e livros, desde que estes correspondam unicamente às finalidades científico-educativas; 3) Divulgando-as em meio eletrônico, audiovisual e encontros acadêmicos, desde que esses correspondam igualmente às finalidades científico-educativas.

Assinatura

Angela Ciccone Pinto

Termo de Autorização:

Os abaixo assinados moradores do entorno do Rio Meia Ponte, situados na cidade de Goiânia, autorizam os pesquisadores: Angela Ciccone Pinto, Jéssica Fernandes Pinheiro, Alexandre Martins de Araújo a fazerem uso de suas narrativas, registradas durante o trabalho de campo, provenientes de pesquisas utilizadas junto a essa comunidade no ano de 2013. O conteúdo de tais narrativas abarca relatos de vida destas pessoas com a região em que vivem.

Os abaixo assinados autorizam os referidos pesquisadores do programa de pós-graduação da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás- UFG a utilizarem suas narrativas das seguintes maneiras: 1) Reproduzindo seus conteúdos parcial ou integralmente, inclusive respeitando sua norma cultural típica em termos lexicais; 2) Publicando-as em revistas, periódicos e livros, desde que estes correspondam unicamente às finalidades científico-educativas; 3) Divulgando-as em meio eletrônico, audiovisual e encontros acadêmicos, desde que esses correspondam igualmente às finalidades científico-educativas.

Assinatura

Maíndia Cabral Oliveira
Elyza Rosa da Paz

Termo de Autorização:

Os abaixo assinados moradores do entorno do Rio Meia Ponte, situados na cidade de Goiânia, autorizam os pesquisadores: Angela Ciccone Pinto, Jéssica Fernandes Pinheiro, Alexandre Martins de Araújo a fazerem uso de suas narrativas, registradas durante o trabalho de campo, provenientes de pesquisas utilizadas junto a essa comunidade no ano de 2013. O conteúdo de tais narrativas abarca relatos de vida destas pessoas com a região em que vivem.

Os abaixo assinados autorizam os referidos pesquisadores do programa de pós-graduação da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás- UFG a utilizarem suas narrativas das seguintes maneiras: 1) Reproduzindo seus conteúdos parcial ou integralmente, inclusive respeitando sua norma cultural típica em termos lexicais; 2) Publicando-as em revistas, periódicos e livros, desde que estes correspondam unicamente às finalidades científico-educativas; 3) Divulgando-as em meio eletrônico, audiovisual e encontros acadêmicos, desde que esses correspondam igualmente às finalidades científico-educativas.

Assinatura

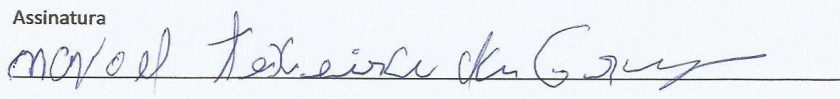
Jose Geraldo ROSA

Termo de Autorização:

Os abaixo assinados moradores do entorno do Rio Meia Ponte, situados na cidade de Goiânia, autorizam a pesquisadora: Angela Ciccone Pinto a fazerem uso de suas narrativas, registradas durante o trabalho de campo, provenientes de pesquisas utilizadas junto a essa comunidade no ano de 2013. O conteúdo de tais narrativas abarca relatos de vida destas pessoas com a região em que vivem.

Os abaixo assinados autorizam a referida pesquisadora a utilizar suas narrativas das seguintes maneiras: 1) Reproduzindo seus conteúdos parcial ou integralmente, inclusive respeitando sua norma cultural típica em termos lexicais; 2) Publicando-as em revistas, periódicos e livros, desde que estes correspondam unicamente às finalidades científico-educativas; 3) Divulgando-as em meio eletrônico, audiovisual e encontros acadêmicos, desde que esses correspondam igualmente às finalidades científico-educativas.

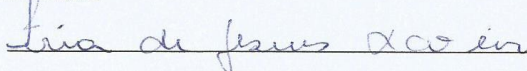
Assinatura



Termo de Autorização:

Os abaixo assinados moradores do entorno do Rio Meia Ponte, situados na cidade de Goiânia, autorizam a pesquisadora: Angela Ciccone Pinto a fazerem uso de suas narrativas, registradas durante o trabalho de campo, provenientes de pesquisas utilizadas junto a essa comunidade no ano de 2013. O conteúdo de tais narrativas abarca relatos de vida destas pessoas com a região em que vivem.

Os abaixo assinados autorizam a referida pesquisadora a utilizar suas narrativas das seguintes maneiras: 1) Reproduzindo seus conteúdos parcial ou integralmente, inclusive respeitando sua norma cultural típica em termos lexicais; 2) Publicando-as em revistas, periódicos e livros, desde que estes correspondam unicamente às finalidades científico-educativas; 3) Divulgando-as em meio eletrônico, audiovisual e encontros acadêmicos, desde que esses correspondam igualmente às finalidades científico-educativas.

Assinatura

Termo de Autorização:

Os abaixo assinados moradores do entorno do Rio Meia Ponte, situados na cidade de Goiânia, autorizam a pesquisadora: Angela Ciccone Pinto a fazerem uso de suas narrativas, registradas durante o trabalho de campo, provenientes de pesquisas utilizadas junto a essa comunidade no ano de 2013. O conteúdo de tais narrativas abarca relatos de vida destas pessoas com a região em que vivem.

Os abaixo assinados autorizam a referida pesquisadora a utilizar suas narrativas das seguintes maneiras: 1) Reproduzindo seus conteúdos parcial ou integralmente, inclusive respeitando sua norma cultural típica em termos lexicais; 2) Publicando-as em revistas, periódicos e livros, desde que estes correspondam unicamente às finalidades científico-educativas; 3) Divulgando-as em meio eletrônico, audiovisual e encontros acadêmicos, desde que esses correspondam igualmente às finalidades científico-educativas.

Assinatura



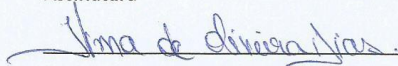
Lucas maria de Jesus da Silva

Termo de Autorização:

Os abaixo assinados moradores do entorno do Rio Meia Ponte, situados na cidade de Goiânia, autorizam a pesquisadora: Angela Ciccone Pinto a fazerem uso de suas narrativas, registradas durante o trabalho de campo, provenientes de pesquisas utilizadas junto a essa comunidade no ano de 2013. O conteúdo de tais narrativas abarca relatos de vida destas pessoas com a região em que vivem.

Os abaixo assinados autorizam a referida pesquisadora a utilizar suas narrativas das seguintes maneiras: 1) Reproduzindo seus conteúdos parcial ou integralmente, inclusive respeitando sua norma cultural típica em termos lexicais; 2) Publicando-as em revistas, periódicos e livros, desde que estes correspondam unicamente às finalidades científico-educativas; 3) Divulgando-as em meio eletrônico, audiovisual e encontros acadêmicos, desde que esses correspondam igualmente às finalidades científico-educativas.

Assinatura

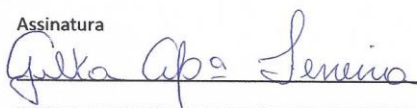
A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Ana de Oliveira', is written over a horizontal line. Below this line are three more empty horizontal lines for additional signatures.

Termo de Autorização:

Os abaixo assinados moradores do entorno do Rio Meia Ponte, situados na cidade de Goiânia, autorizam a pesquisadora: Angela Ciccone Pinto a fazer uso de suas narrativas, registradas durante o trabalho de campo, provenientes de pesquisas utilizadas junto a essa comunidade no ano de 2013. O conteúdo de tais narrativas abarca relatos de vida destas pessoas com a região em que vivem.

Os abaixo assinados autorizam a referida pesquisadora a utilizar suas narrativas das seguintes maneiras: 1) Reproduzindo seus conteúdos parcial ou integralmente, inclusive respeitando sua norma cultural típica em termos lexicais; 2) Publicando-as em revistas, periódicos e livros, desde que estes correspondam unicamente às finalidades científico-educativas; 3) Divulgando-as em meio eletrônico, audiovisual e encontros acadêmicos, desde que esses correspondam igualmente às finalidades científico-educativas.

Assinatura

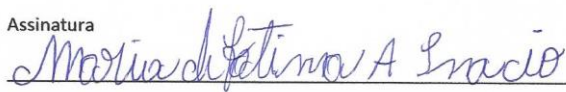


Termo de Autorização:

Os abaixo assinados moradores do entorno do Rio Meia Ponte, situados na cidade de Goiânia, autorizam a pesquisadora: Angela Ciccone Pinto a fazer uso de suas narrativas, registradas durante o trabalho de campo, provenientes de pesquisas utilizadas junto a essa comunidade no ano de 2013. O conteúdo de tais narrativas abarca relatos de vida destas pessoas com a região em que vivem.

Os abaixo assinados autorizam a referida pesquisadora a utilizar suas narrativas das seguintes maneiras: 1) Reproduzindo seus conteúdos parcial ou integralmente, inclusive respeitando sua norma cultural típica em termos lexicais; 2) Publicando-as em revistas, periódicos e livros, desde que estes correspondam unicamente às finalidades científico-educativas; 3) Divulgando-as em meio eletrônico, audiovisual e encontros acadêmicos, desde que esses correspondam igualmente às finalidades científico-educativas.

Assinatura



APÊNDICE B

REFERENCIAS ENTREVISTAS

Entrevista concedida por MELO, Landufo Caldeira de & FERREIRA, Gilka Aparecida. **Entrevista I.** [ago. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (48'32 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

Entrevista concedida por DIAS, Ilma de Oliveira. **Entrevista I.** [maio. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (11'03 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

Entrevista concedida por XAVIER, Iria de Jesus & Xavier, Inês Maria de Jesus. **Entrevista I.** [maio. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (48'32 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

Entrevista concedida por CRUZ, Manoel Teixeira da. **Entrevista I.** [maio. 2013 e jan. 2014]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013-2014. 1 arquivo .mp3 (58'33 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

Entrevista concedida por ROSA, José Geraldo. **Entrevista I.** [abr. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (20'43 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

Entrevista concedida por SAMPAIO, Marilene Eva dos Santos. **Entrevista I.** [maio. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (4'34 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

Entrevista concedida por INÁCIO, Gercino Francisco & INÁCIO, Maria. **Entrevista I.** [maio. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (17'09 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

Entrevista concedida por ALBERNAZ, Naíndia Cabral. **Entrevista I.** [maio. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (7'42 min.). A entrevista na íntegra encontra-se no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.

Entrevista concedida por PAZ, Elza Rosa da. **Entrevista I.** [maio. 2013]. Entrevistador: Angela Ciccone Pinto. Goiânia, 2013. 1 arquivo .mp3 (5'08 min.). A entrevista na íntegra no banco de dados do Núcleo de História Ambiental e Interculturalidade (NUHAI), Faculdade de História - UFG.